



PREGÃO ELETRÔNICO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

|   |                        |                     |   |                  |                        |                      |
|---|------------------------|---------------------|---|------------------|------------------------|----------------------|
| Pregão Eletrônico nº 90024/2024   |                        |                     | Data de Abertura: 19/09/2024 às 14:00 no sítio<br>www.gov.br/compras                    |                  |                        |                      |
| Objeto  |                        |                     |   |                  |                        |                      |
| Contratação de serviços de SEGURO DE VEÍCULOS AUTOMOTIVOS que integram a frota do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá.   |                        |                     |   |                  |                        |                      |
| Valor Total Estimado:   |                        |                     |   |                  |                        |                      |
| R\$ 52.356,20 (cinquenta e dois mil e trezentos e cinquenta e seis reais e vinte centavos) - Item 11 do Termo de Referência   |                        |                     |   |                  |                        |                      |
| Registro de Preços?   | Fornecimento Contínuo? | Vistoria            | Instrumento Contratual  | Modo de Disputa  | Critério de Julgamento | Habilitação Técnica  |
| Não   | Não                    | Sim*                | Termo de Contrato   | Aberto e Fechado | Menor Preço Global     | Item 7.1.2 do Edital |
| <p>*Telefone para contato: (96) 3198-7515</p> <p>*O detalhamento dos documentos/requisitos de habilitação deve ser consultado na seção do instrumento convocatório acima indicada.</p> <p>*Aplica-se a este Certame a Instrução Normativa nº 01/2024 TRE/AP – anexa ao edital – que dispõe sobre o procedimento de apuração de responsabilidade dos Licitantes e Fornecedores que cometerem infrações administrativas no âmbito das contratações realizadas nos termos da Lei nº 14.133/2021, bem como a eventual aplicação de penalidades.</p> |                        |                     |   |                  |                        |                      |
| DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (VEJA TÓPICO 7)   |                        |                     |   |                  |                        |                      |
| <b>Requisitos Básicos:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>- SicaF ou documentosequivalentes;</li><li>- Certidão do Portal da Transparência;</li><li>- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (TST);</li><li>- Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;</li><li>- Qualificação técnica exigida conforme item 8.3.4 do Termo de Referência anexo ao Edital.</li></ul>   |                        |                     |   |                  |                        |                      |
| Lic. Exclusiva ME/EPP?  | Reserv. Cota ME/EPP?   | Exige Amostra/Dem.? | Dec. nº 7.174/2010?   |                  |                        |                      |
| Não   | Não                    | Não                 | Não   |                  |                        |                      |
| Prazo para envio da proposta/documentação   |                        |                     |   |                  |                        |                      |
| Até 120 (cento e vinte) minutos após a convocação realizada pelo pregoeiro.   |                        |                     |   |                  |                        |                      |
| Pedidos de Esclarecimentos  |                        |                     | Impugnações   |                  |                        |                      |
| Até 16/09/2024 para o endereço <a href="mailto:cpl@tre-ap.jus.br">cpl@tre-ap.jus.br</a>   |                        |                     | Até 16/09/2024 para o endereço <a href="mailto:cpl@tre-ap.jus.br">cpl@tre-ap.jus.br</a> |                  |                        |                      |
| Observações Gerais:   |                        |                     |   |                  |                        |                      |
| -   |                        |                     |   |                  |                        |                      |
| RELAÇÃO DOS ITENS   |                        |                     |   |                  |                        |                      |
| Descrição   | Exclusiva ME/EPP?      | Cota ME/EPP?        | Amostra/Demonst.?   | Decreto 7.174?   | Valor Estimado         |                      |
| Serviços de SEGURO DE VEÍCULOS AUTOMOTIVOS  | Não                    | Não                 | Não   | Não              | R\$ 52.356,20          |                      |



PREGÃO ELETRÔNICO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2024  
PA SEI Nº 0001943-81.2024.6.03.8000

Entrega de propostas: a partir de 05/09/2024.

A partir da publicação no seguinte endereço eletrônico: [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)

Etapa de Lances: 19/09/2024

Abertura da seção pública:

Horário: 14h (horário oficial de Brasília)

Local: [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)

Código da UASG: 070029

Torna-se público que TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ, sediado na Avenida Mendonça Júnior, 1502, Centro, cidade de Macapá, Estado do Amapá, CEP 68.900-041, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço unitário, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, do Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, das Instruções Normativas SEGES/MP nº 73, de 30 de setembro de 2022, nº 05, de 26 de maio de 2017, e nº 03, de 26 de abril de 2018, da Resolução TREAP nº 570/2022, Resolução TREAP nº 571/2022, na Portaria Presidência TREAP nº 62/2023 e Portaria Presidência TREAP nº 66/2023, e as exigências estabelecidas neste Edital.

## 1. DO OBJETO

1. A presente licitação tem como objeto a contratação de serviços de SEGURO DE VEÍCULOS AUTOMOTIVOS que integram a frota do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá, consoante especificações, condições, quantidades e prazos constantes do Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formado por 24 itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

## 2 DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

2.1.1 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

### 2.5 Não poderão disputar esta licitação:

2.5.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.5.2 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.5.3 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.5.4 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;



## PREGÃO ELETRÔNICO

### TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

2.5.5 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.5.6 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.5.7 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.5.8 agente público do órgão ou entidade licitante;

2.5.9 **Pessoas Jurídicas reunidas em consórcio (conforme justificativa dada pelo artigo 5º da Portaria Presidência TREAP, nº 62/2023);**

2.5.10 **empresas estrangeiras;**

2.5.11 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.5.12 *Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.*

2.6 O impedimento de que trata o **item 2.5.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.7 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os **itens 2.5.2 e 2.5.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.8 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.9 O disposto nos **itens 2.5.2 e 2.5.3** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.10 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.11 A vedação de que trata o **item 2.5.8** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.12 Empresas em **processo de recuperação judicial**, sem plano de recuperação acolhido judicialmente ou certidão emitida pela instância judicial competente ou documento judicial compatível; em processo de **recuperação extrajudicial**; **cuja falência tenha sido decretada**; que se encontrem **sob concurso credores**; e em **dissolução ou em liquidação**.

**2.12.1 Admite-se a participação, em licitações, de empresas em recuperação judicial, desde que amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório. Acórdão 1201/2020 Plenário (Representação, Relator Ministro Vital do Rêgo) - Licitação. Qualificação econômico-financeira. Exigência. Habilitação de licitante. Recuperação judicial.**

2.13 a pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação (**Art. 2º, inciso VI, da Resolução nº 7 de 18/10/2005, incluído pela Resolução nº 229, de 22/06/2016 e Acórdão TCU nº 1.893/2010 – Plenário**).

### 3 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

**3.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.**

**3.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.**

**3.3** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

**3.3.1** está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**3.3.2** não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;



## PREGÃO ELETRÔNICO

### TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

**3.3.3** não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**3.3.4** cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**3.4** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

**3.5** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

**3.5.1** no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

**3.5.2** nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

**3.6** A falsidade da declaração de que trata o item 3.3 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

**3.7** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**3.8** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**3.9** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**3.10** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

**3.10.1** a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

**3.10.2** os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

**3.11** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

**3.11.1** valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

**3.11.2** percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

**3.12** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

**3.13** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**3.14** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 4 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**4.1.1** Valor unitário e Global;

**4.1.2** Descrição detalhada do objeto, contendo informações que atendam às especificações do Termo de Referência. A PROPOSTA DEVERÁ ESTAR DE ACORDO COM O TERMO DE REFERÊNCIA, em o Apêndice I;

**4.2** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

**4.3** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**4.4** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.





## PREGÃO ELETRÔNICO

### TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

**4.5** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

**4.6** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**4.7** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**4.7.1** O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

**4.7.2** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

**4.7.3** Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no **item 4.7.2**.

**4.8** O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## 5 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

**5.1** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**5.2** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**5.3** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

**5.4** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**5.5** O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário do item/Global**.

**5.6** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**5.7** O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior ou percentual de desconto superior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**5.8** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de 0,05 (cinco) centavos**.

**5.9** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.

**5.10** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa **aberto e fechado**, conforme [artigo 7º da Portaria Presidência TREAP nº 62/2023](#).

**5.11** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**5.12** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**5.13** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**5.14** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**5.15** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**5.16** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**5.17** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

**5.17.1** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**5.17.2** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.



**PREGÃO ELETRÔNICO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ**

**5.17.3** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**5.17.4** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**5.18** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**5.18.1** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.18.1.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.18.1.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.18.1.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.18.1.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**5.18.2** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.18.2.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.18.2.2 empresas brasileiras;

5.18.2.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.18.2.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

**5.19** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**5.19.1** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**5.19.2** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**5.19.3** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**5.19.4** **A proposta ajustada ao lance final da licitante vencedora, seus anexos e documentos exigidos para habilitação, deverão ser remetidos CONJUNTAMENTE via sistema, no campo convocação de anexo, no prazo de 120 (cento e vinte) minutos, contados da solicitação do Pregoeiro; sendo que para eventual complementação da documentação de habilitação ou adequações/correções/complementações da proposta e anexos inicialmente encaminhados, o Pregoeiro fará tantas convocações quantas forem necessárias, até o limite de 4 (quatro) convocações, dentro do prazo acima estabelecido.**

**5.19.5** É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**5.20** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **6 FASE DE JULGAMENTO**

**6.1** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às **condições de participação no certame**, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e **no item 2.8** do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**6.1.1** SICAF;

**6.1.2** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

**6.1.3** Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

**6.2** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

**6.3** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

**6.3.1** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

**6.3.2** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).



## PREGÃO ELETRÔNICO

### TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

**6.3.3** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

**6.4** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

**6.5** Será desclassificada a proposta vencedora que:

**6.5.1** contiver vícios insanáveis;

**6.5.2** não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

**6.5.3** apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

**6.5.4** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**6.5.5** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**6.6** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

**6.6.1** A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

**6.6.1.1** que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

**6.6.1.2** inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**6.7** Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

**6.7.1** Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

**6.7.2** No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante;

**6.8** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

**6.9** Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

**6.9.1** Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

## 7 DA FASE DE HABILITAÇÃO

**7.1** Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**7.1.1** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

**7.1.2** A qualificação técnica exigida neste certame está prevista na forma disposta do item 8.3.4, do termo de referência.

**7.2** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

**7.3** Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**7.4** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela administração.

**7.5** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

**7.6** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

**7.7** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**7.8** O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.



**PREGÃO ELETRÔNICO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ**

**7.9** Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de **VISTORIA** prévia.

**7.9.1** O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado, conforme **item 5 do Termo de Referência**, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

**7.9.2** Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

**7.10** A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

**7.10.1** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

**7.11** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

**7.11.1** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

**7.12** A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**7.12.1** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, **no prazo do envio/registro da proposta**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

**7.13** A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

**7.13.1** Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

**7.14** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

**7.14.1** complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

**7.14.2** atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

**7.15** Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**7.16** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no **subitem 7.12.1**.

**7.17** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

**7.18** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

**7.19** Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **8 DOS RECURSOS**

**8.1** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**8.1** O prazo recursal é **de 3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**8.2** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

**8.2.1** a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

**8.2.2** o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a **10 (dez) minutos**;

**8.2.3** o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

**8.2.4** na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

**8.3** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**8.4** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no **prazo de 3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no **prazo de 10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

**8.5** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.



## PREGÃO ELETRÔNICO

### TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

**8.6** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de **3 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**8.7** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**8.8** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**8.9 Os autos do processo estarão disponíveis para vista franqueada aos interessados, a pedido.**

## 9 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

**9.1** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

**9.1.1** deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

**9.1.2** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

**9.1.2.1** não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

**9.1.2.2** recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

**9.1.2.3** pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

**9.1.2.4** deixar de apresentar amostra, quando for o caso;

**9.1.2.5** apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital, quando for o caso;

**9.1.3** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**9.1.3.1** recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

**9.1.4** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

**9.1.5** fraudar a licitação

**9.1.6** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

**9.1.6.1** agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

**9.1.6.2** induzir deliberadamente a erro no julgamento;

**9.1.6.3** apresentar amostra falsificada ou deteriorada, quando for o caso;

**9.1.7** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

**9.1.8** praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

**9.2** Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

**9.2.1** advertência;

**9.2.2** multa;

**9.2.3** impedimento de licitar e contratar e

**9.2.4** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**9.3** Na aplicação das sanções serão considerados:

**9.3.1** a natureza e a gravidade da infração cometida.

**9.3.2** as peculiaridades do caso concreto

**9.3.3** as circunstâncias agravantes ou atenuantes

**9.3.4** os danos que dela provierem para a Administração Pública

**9.3.5** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**9.4** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.

**9.4.1** Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de **0,5% a 15%** do valor do contrato lícitado.

**9.4.2** Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de **15% a 30%** do valor do contrato lícitado.

**9.5** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

**9.6** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**9.7** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos **itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do **ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade**, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**9.8** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas **nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos **itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).





## PREGÃO ELETRÔNICO

### TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

**9.9** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita **no item 9.1.3**, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

**9.10** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**9.11** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**9.12** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**9.13** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**9.14** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## 10 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

**10.1** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

**10.1** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**10.2** A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, **pelo e-mail [cpl@tre-ap.jus.br](mailto:cpl@tre-ap.jus.br)**.

**10.3** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**10.3.1** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

**10.4** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## 11 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**11.1** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

**11.1** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

**11.2** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

**11.3** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**11.4** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**11.5** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**11.6** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**11.7** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**11.8** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**11.9** A contratada não poderá ocupar posto de trabalho, inclusive na função de preposto, com empregado que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de chefia, direção e de assessoramento ou membros do **TRE/AP**, nos termos do que dispõe o art. 3º da Resolução nº 7/2005, do Conselho Nacional de Justiça.

**11.10** É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação do contrato decorrente deste Pregão, caso o empregado da contratada que ocupe função de chefia ou supervisão, incida na vedação prevista nos artigos 1º e 2º da Resolução CNJ nº 156/2012.

**11.11** A contratada deverá garantir que todos os profissionais alocados para a prestação dos serviços não tenham filiação partidária, por analogia à disposição contida no Art. 366 da Lei nº 4.737/1965 (Código eleitoral), devendo apresentar, antes do início da execução dos serviços, declaração de inexistência de registro dos empregados a serem alocados no contrato em relação oficial de filiados de órgão partidário e manter essa condição até o final de seu vínculo contratual.





**PREGÃO ELETRÔNICO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ**

**11.12** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

**11.13** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**Anexo I do Edital - Termo de Referência**

- 1) Apêndice I do TR – Modelo de Proposta;
- 2) Apêndice II do TR – Estudo Técnico Preliminar - ETP;
- 3) Apêndice III do TR – Termo de Responsabilidade e Confidencialidade;
- 4) Apêndice IV do TR – Documento de Formalização da Demanda – DFD;
- 5) Apêndice V do TR - Mapeamento de Riscos;
- 6) Apêndice VI do TR - Informação do Valor Estimado – ICVE;

**Anexo II do Edital – Minuta de Contrato**

- Anexo I - Termo de Responsabilidade e Confidencialidade

Macapá/AP, 05 de setembro de 2024.

**Francisco Valentim Maia**  
**Diretor Geral – TRE/AP**

**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA – LEI Nº 14.133/21**  
**CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA**

**1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO** (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei nº 14.133/2021).

1.1. CONTRATAÇÃO de **SERVIÇOS** de seguro de veículos automotivos que integram a frota do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá, relacionados na tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

| GRUPO | ITEM | MARCA / MODELO VEÍCULO            | ANO/MOD   | PLACA   | BÔNUS VIGENTE* | SETOR               | TIPO                     |
|-------|------|-----------------------------------|-----------|---------|----------------|---------------------|--------------------------|
| 1     | 1    | NISSAN - FRONTIER                 | 2019/2020 | QLS2F69 | 4              | SEDE – PRESIDÊNCIA  | VEÍCULO DE REPRESENTAÇÃO |
|       | 2    | NISSAN - FRONTIER                 | 2019/2020 | QLS2F70 | 4              | SEDE – CORREGEDORIA | VEÍCULO DE REPRESENTAÇÃO |
|       | 3    | MITSUBISHI - TRITON L200 GLX      | 2018/2018 | QLP7622 | 6              | SEDE - TRANSPORTE   | VEÍCULO DE SERVIÇO       |
|       | 4    | MITSUBISHI - TRITON L200 GLX      | 2018/2018 | QLP7623 | 6              | SEDE - TRANSPORTE   | VEÍCULO DE SERVIÇO       |
|       | 5    | MITSUBISHI - TRITON L200 SPORT GL | 2019/2020 | QLR9979 | 4              | SEDE - TRANSPORTE   | VEÍCULO DE SERVIÇO       |
|       | 6    | MITSUBISHI - TRITON L200 SPORT GL | 2019/2020 | QLR9981 | 4              | SEDE - TRANSPORTE   | VEÍCULO DE SERVIÇO       |
|       | 7    | RENAULT / LOGAN EXP 1.6 SE        | 2018/2018 | QLP7772 | 6              | SEDE - TRANSPORTE   | VEÍCULO DE SERVIÇO       |
|       | 8    | RENAULT / LOGAN EXP 1.6 SE        | 2018/2018 | QLP7773 | 6              | SEDE - TRANSPORTE   | VEÍCULO DE SERVIÇO       |
|       | 9    | RENAULT / LOGAN ZEN 1.6 SE        | 2020/2021 | QLT2F83 | 10             | SEDE - TRANSPORTE   | VEÍCULO DE SERVIÇO       |
|       | 10   | RENAULT / LOGAN ZEN 1.6 SE        | 2020/2021 | QLT2F84 | 10             | SEDE - TRANSPORTE   | VEÍCULO DE SERVIÇO       |
|       | 11   | RENAULT / LOGAN ZEN 1.6 SE        | 2020/2021 | QLT2G29 | 8              | SEDE - TRANSPORTE   | VEÍCULO DE SERVIÇO       |
|       | 12   | RENAULT / MASTER - VAN            | 2020/2020 | QLR2D39 | 10             | SEDE - TRANSPORTE   | VEÍCULO DE SERVIÇO       |



**PREGÃO ELETRÔNICO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ**

|    |                                   |           |         |    |                   |                    |
|----|-----------------------------------|-----------|---------|----|-------------------|--------------------|
| 13 | MERCEDES / CAMINHÃO BAÚ           | 2014/2014 | QLN3056 | 8  | SEDE - TRANSPORTE | VEÍCULO DE SERVIÇO |
| 14 | MERCEDES / ÔNIBUS                 | 2013/2013 | OQS9428 | 1  | SEDE - TRANSPORTE | VEÍCULO DE SERVIÇO |
| 15 | NISSAN - FRONTIER ATK             | 2023/2024 | SAM1E56 | 10 | 1ª ZONA           | VEÍCULO DE SERVIÇO |
| 16 | RENAULT / LOGAN                   | 2018/2018 | QLP7620 | 6  | 2ª ZONA           | VEÍCULO DE SERVIÇO |
| 17 | NISSAN / FRONTIER                 | 2022/2023 | QLT7C71 | 10 | 4ª ZONA           | VEÍCULO DE SERVIÇO |
| 18 | NISSAN - FRONTIER ATK             | 2023/2024 | SAM1E57 | 10 | 5ª ZONA           | VEÍCULO DE SERVIÇO |
| 19 | RENAULT / LOGAN                   | 2018/2018 | QLP7618 | 6  | 6ª ZONA           | VEÍCULO DE SERVIÇO |
| 20 | mitsubishi / TRITON L200 SPORT GL | 2021/2022 | QLT9A78 | 10 | 7ª ZONA           | VEÍCULO DE SERVIÇO |
| 21 | NISSAN / FRONTIER                 | 2022/2023 | QLT7C93 | 10 | 8ª ZONA           | VEÍCULO DE SERVIÇO |
| 22 | RENAULT / LOGAN                   | 2018/2018 | QLP7621 | 5  | 10ª ZONA          | VEÍCULO DE SERVIÇO |
| 23 | NISSAN - FRONTIER ATK             | 2023/2024 | SAM1E58 | 10 | 11ª ZONA          | VEÍCULO DE SERVIÇO |
| 24 | mitsubishi / TRITON L200 SPORT GL | 2021/2022 | QLT9A79 | 10 | 12ª ZONA          | VEÍCULO DE SERVIÇO |

**\* Bônus informados na apólice de seguro vigente no período de julho de 2023 a julho de 2024.**

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante no item 13 do Estudo Técnico Preliminar (Apêndice II).

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano contado a partir da assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, e sua eficácia está condicionada à divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma do art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que a necessidade do serviço não é pontual uma vez que se estende para mais de um exercício, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o item 13 do Estudo Técnico Preliminar;

1.5. Os veículos que compõem a frota do TRE/AP encontram-se na sede do TRE/AP e Cartórios Eleitorais, cujos endereços constam do item 5.7.

1.6. Durante a vigência do contrato é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato (Art. 48, parágrafo único, da Lei 14133/21).

1.7. O custo estimado total da contratação é de R\$ 52.356,20 (cinquenta e dois mil trezentos e cinquenta e seis reais e vinte centavos), conforme custos unitários apostos na Informação Conclusiva do Valor Estimado - ICVE.

1.8. O valor do contrato poderá ser reajustado anualmente, adotando-se a variação do índice IPCA/IBGE para o período;

1.9. A periodicidade anual de que trata o subitem 1.8 será contada a partir data do orçamento a que a proposta se referir;

1.10. A data do último reajuste contratual passará a ser contada como marco inicial para os reajustes seguintes, respeitado o interregno mínimo de 1 (um) ano;

**2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021).**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

**3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea "c", da Lei nº 14.133/2021).**

**3.1. COBERTURAS:**

3.1.1. Colisão, incêndio e roubo/furto (casco): valor de mercado, tabela FIPE (ou Molicar em caso de inexistência da informação na tabela FIPE);

3.1.2. Responsabilidade civil por danos materiais a terceiros: R\$ 100.000,00 (cem mil reais);

3.1.3. Responsabilidade civil por danos pessoais a terceiros: R\$ 100.000,00 (cem mil reais);

3.1.4. Acidentes pessoais por passageiros/morte – APP: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);

3.1.5. Acidentes pessoais por passageiros/invalidez total ou parcial – APP: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);

3.1.6. Danos aos vidros;

3.1.7. Franquia: normal, sendo que o licitante poderá estipular franquias diferenciadas, contudo, estas não poderão onerar o valor normal do prêmio.

**3.2.** A franquia não será objeto de classificação das propostas;

**3.3. ESPECIFICAÇÕES:**

A apólice de seguro dos veículos automotores deverá atender os seguintes itens:

3.3.1. Roubo ou furto total, assim como os danos causados por tentativas de roubo ou furto;

3.3.2. Colisão com veículos, pessoas ou animais, abaloamento e capotamento envolvendo direta ou indiretamente o bem segurado;

3.3.3. Incêndio e explosão, inclusive os causados por atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros;

3.3.4. Queda em precipícios ou pontes;

3.3.5. Queda de agentes externos sobre o veículo;

3.3.6. Acidente durante o transporte do veículo por meio apropriado;

3.3.7. Submersão total ou parcial proveniente de enchentes ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo;



**PREGÃO ELETRÔNICO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ**

- 3.3.8. Cobertura de vidros, retrovisores, lentes e faróis;
- 3.3.9. Acidente envolvendo o veículo segurado com outros veículos, dentro de suas dependências;
- 3.3.10. Acessórios não referentes a som e imagem, exceto os originais de fábrica;
- 3.3.11. Danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros, excluídas indenizações por danos materiais ou pessoais causados a terceiros;
- 3.3.12. Atos involuntários praticados por terceiros;
- 3.3.13. Danos causados a pintura por acidente ou por atos de terceiros;
- 3.3.14. Danos causados aos pneus, em caso de acidentes;
- 3.3.15. Danos causados a terceiros, Responsabilidade Civil Facultativa – RCF;
- 3.3.16. Acidentes Pessoais por Passageiros – APP;
- 3.3.17. Assistência de emergência 24 (vinte e quatro) horas para veículos, passageiros e motoristas, incluindo guincho e reboque ILIMITADO em caso de panes ou acidentes, e coberturas de vidros;
- 3.3.17.1. A assistência 24 horas deverá abranger todo o Estado do Amapá, inclusive para remoção dos veículos do local onde se encontrarem até a sede do Tribunal ou oficina credenciada; e chaveiro.
- 3.3.18. Cobertura do veículo (casco) 100% da tabela FIPE (ou Molicar em caso de inexistência da informação na tabela FIPE), do valor referência.
- 3.3.19. Tratando-se de sinistro envolvendo veículos zero quilômetro, o valor será determinado com base no valor do veículo novo, por um prazo não inferior a 90 (noventa) dias a contar da data de seu recebimento pelo TRE/AP, independentemente da quilometragem rodada no período.
- 3.3.19.1. Entende-se por valor de veículo novo, o valor do veículo zero quilômetro constante da tabela de referência quando da liquidação do sinistro.

**3.4. RESPONSABILIDADE CIVIL:**

- 3.4.1. A cobertura deverá assegurar o conserto de danos materiais dos veículos abaixo descritos.
- 3.4.2. Deverá assegurar: os danos materiais causados a terceiros, os danos pessoais causados a terceiros, e acidentes pessoais de passageiros, como morte e/ou invalidez, conforme proposta.

**3.5. AVISO DE SINISTRO**

- 3.5.1. A contratada deverá colocar à disposição do contratante, 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante 7 (sete) dias da semana, central de comunicação para aviso de sinistro.
- 3.5.2. A central poderá funcionar por e-mail, telefone ou serviço on line, com acessibilidade em todo o território nacional.
- 3.5.3. Após registro de sinistro, por um dos meios acima elencados, a contratada terá, no máximo 5 (cinco) dias, a contar da data do registro, para realizar a vistoria no veículo e proceder à liberação do serviço a ser executado.
- 3.5.4. Havendo necessidade de reboque, a contratada deverá atender em um prazo máximo de 3 (três) horas após o aviso de sinistro.

**3.6. APÓLICE:**

- 3.6.1. A apólice de veículos automotores (GRUPO 1) terá vigência a partir de 13/11/2024 e duração de 12 (doze) meses, prorrogável em conformidade com o item 1.3 de Termo de Referência;
- 3.6.2. O custo, por apólice, a ser pago pelo TRE-AP deverá estar incluso no valor proposto pela seguradora, discriminadamente no corpo da planilha de formação de custos fornecida pela seguradora. Esse custo deverá ser pago uma única vez;
- 3.6.3. O mesmo prazo valerá para emissão de 2ª via, emissão de apólice por endosso ou para correção de dados, como placa de veículos, classe de bônus etc., a contar de pedido expresso pela Seção de Transportes do TRE/AP ou pela gestão de contratos.
- 3.6.4. A emissão deverá resultar em uma única apólice, que ocorrerá por meio eletrônico, não gerando custo para a Contratante.
- 3.6.5. Deverá constar na apólice:
  - a) Identificação e descrição de cada veículo com suas devidas especificações.
  - b) Indicação da tabela de referência e da tabela substituta e seus respectivos veículos de publicação.
  - c) Indicação do fator de ajuste em percentual a ser utilizado, de 100%.
  - d) Prêmios discriminados por cobertura.
  - e) Bônus, quando houver.
  - f) Franquia aplicável.
- 3.6.6. A apólice deverá ser disponibilizada para a contratante, em meios eletrônicos e com assinatura eletrônica válida, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar do recebimento da nota de empenho.
- 3.6.6.1. Após a disponibilização da referida apólice a contratante terá o prazo de 10 (dez) dias para verificação da sua conformidade e posterior confirmação de validade.
- 3.6.7. Para a inclusão por endosso ou para correção de dados, como placa de veículos, classe de bônus, entre outros, a contratada disporá de 10 (dez) dias a contar do recebimento do pedido expresso do contratante.
- 3.6.8. O fato de a seguradora deixar de disponibilizar a apólice no prazo estipulado não invalida a aplicação, dentro do prazo e termos previstos nesta contratação, da cobertura deste serviço em ocorrências de sinistros e/ou problemas correlatos bem como a aplicação das penas previstas em lei pelo referido atraso

**3.7. BÔNUS:**

- 3.7.1. A licitante vencedora, independente de ser ou não a atual contratada, deverá observar os bônus já existentes nas atuais apólices, consoante relação de veículos no item 14, elevando, em mais 01 (um), a bonificação para o período da vigência das apólices;
- 3.7.2. Na ocorrência de sinistro, a empresa poderá diminuir a bonificação em menos 01 (um), de acordo com informações constantes no item 14 e os bônus atualizados com a nova contratação.
- 3.7.3. Em caso de prorrogação do contrato, a bonificação será aumentada em 1 (um) para cada veículo sem ocorrência de sinistro.

**3.8. GUARDA, UTILIZAÇÃO E RASTREAMENTO DOS VEÍCULOS:**

- 3.8.1. Os veículos automotores são conduzidos por motoristas/condutores terceirizados/requisitados – todos com habilitação categoria “D” e habilitação náutica – e servidores habilitados – maiores de 21 anos de idade -, e enquanto no TRE/AP e Zonas Eleitorais, permanecem recolhidos em estacionamento privativo e fechado.
- 3.8.2. Todos os veículos constantes no item 14 são rastreados e monitorados eletronicamente via satélite GPS/GPRS/SATELITAL.

**3.9. SALVADOS**

- 3.9.1. Uma vez paga a indenização integral, os salvados passam a ser de inteira responsabilidade da seguradora.



**PREGÃO ELETRÔNICO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ**

3.9.2. É de inteira responsabilidade da seguradora contratada providenciar a transferência dos salvados e o devido encerramento de registro em nome da contratada junto aos órgãos pertinentes.

### **3.10. INCLUSÃO E SUBSTITUIÇÃO**

3.10.1. Havendo a necessidade de inclusão ou substituição de veículos durante o período da vigência da apólice, a contratada deverá fornecer previamente, no prazo de 10 (dez) dias orçamento que contemple o valor do prêmio total referente a cada veículo a ser incluso, considerando para isso a proporcionalidade dos valores ofertados no certame que originou a contratação.

3.10.2. Em caso de veículos a serem substituídos, cujo valor do prêmio for menor que o prêmio anteriormente contratado, a seguradora deverá realizar a devolução da diferença do prêmio, calculada proporcionalmente ao período a decorrer.

3.10.3. A devolução poderá ser realizada, preferencialmente, mediante compensação em caso de exclusão e inclusão de veículos, ou mediante pagamento de GRU, devendo a empresa enviar comprovante de quitação ao contratante.

3.10.4. O contratante poderá comparar o orçamento apresentado previamente com, pelo menos, 2 (dois) outros orçamentos, a fim de confirmar a inclusão. O mesmo procedimento poderá ser adotado para efeito de substituição de veículos, ficando a contratada obrigada a aceitar a menor proposta apresentada, caso o seu orçamento não seja o de menor valor.

### **3.11. EXCLUSÃO**

3.11.1. Havendo a necessidade, durante o período de vigência da apólice, de exclusão de veículos, a contratada deverá calcular pela aritmética simples, o valor total a ser devolvido à Administração Pública, mediante a fórmula:

$X \div 12 = Y$  e  $Y \times Z = VT$ , onde:

X = Valor anual do prêmio por veículo

12 = número total de meses da apólice

Y = Valor mensal do prêmio por veículo

Z = Número de meses restantes para o término da apólice

VT = Valor total a ser devolvido à Administração Pública

3.11.2. O valor de Z, número de meses restantes para o término da apólice, será obtido considerando a data a partir da comunicação realizada pelo contratante à contratada. Essa comunicação poderá ser realizada por meio de correspondência eletrônica com confirmação de entrega e recebimento.

3.11.3. Considera-se mês, para efeito deste cálculo, período superior a 15 (quinze) dias.

3.11.4. A devolução, encontrada no resultado de VT, deverá ser realizada conforme o item 3.11.3.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea "d", da Lei nº 14.133/21).**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Os serviços deverão ser executados em conformidade com as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, em especial as contidas no art. 6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, no que couber.

4.1.2. Deverão ser observadas na prestação do serviço os programas de sustentabilidade do órgão que visa promover ações com o foco ambiental, econômico e social, e com seu Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos que visa reduzir a geração de resíduos por meio de ações as quais devem fazer parte do cotidiano de todos.

4.1.3. A contratada deverá considerar, preferencialmente, os critérios e práticas sustentáveis abaixo listadas:

4.1.3.1. Ter substituído suas apólices de papel enviadas aos segurados por um kit totalmente digital;

4.1.3.2. Disponibilizar preferencialmente cartão eletrônico ao invés de emitir os antigos cartões de PVC;

4.1.3.3. Credenciar oficinas que realizem o descarte sustentável e responsável de peças e resíduos.

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto.

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21 porque não há complexidade no objeto e nem risco de prejuízos iminentes em razão de eventual inadimplemento do contratado, que demandem a prestação de garantia da execução;

4.4. O Contratado deverá realizar a transição contratual com disponibilizando as informações relativas ao objeto solicitadas.

## **4.5. LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO**

4.5.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, 32º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

4.5.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#)

4.5.3. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) o prazo de validade;

b) a data da emissão;

c) os dados do contrato e do órgão contratante;

d) o período respectivo de execução do contrato;

e) o valor a pagar; e

f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

4.5.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

4.5.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sites eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

4.5.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

4.5.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.



## PREGÃO ELETRÔNICO

### TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

4.5.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

4.5.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

4.5.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### Prazo de pagamento

4.5.11. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

4.5.12. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice oficial IPCA/IBGE de correção monetária.

#### Forma de pagamento

4.5.13. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

4.5.14. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária.

4.5.15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

#### 4.6. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.6.1. Responsabilizar-se pela lavratura do respectivo contrato, com base nas disposições em vigor;

4.6.2. Fornecer à contratada todas as informações necessárias visando propiciar a perfeita execução dos serviços;

4.6.3. Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear o contrato;

4.6.4. Efetuar o pagamento à contratada de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas neste instrumento e na proposta final da licitante;

4.6.5. Realizar o acompanhamento e a fiscalização do contrato.

#### 4.7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.7.1. Executar os serviços em conformidade com todos os prazos e condições estabelecidos neste instrumento;

4.7.2. Entregar a Apólice de Seguro, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da aceitação da “Proposta da Seguradora” (art. 2º, § 2º, da Circular SUSEP nº 251/2004);

4.7.3. Pagar ao Segurado a indenização, em caso de sinistro, em, no máximo, 10 (dez) dias úteis após o recebimento, pela seguradora, da documentação necessária à sua liberação;

4.7.4. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência do contratante;

4.7.5. Manter durante a execução do Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

4.7.6. A licitante vencedora será responsável por todo e qualquer dano pessoal ou material causados aos bens pertencentes ao TRE-AP, quando resultantes de ação ou omissão, negligência, imprudência ou imperícia dos seus empregados ou prepostos, bem como reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato, quando constatados vícios, defeitos ou incorreções resultantes da má execução dos serviços.

4.7.7. Para endosso de inclusão, exclusão, ou de correção de dados como placa de veículos, classe de bônus, entre outros, a contratada disporá de 10 (dez) dias para apresentar proposta, a contar do recebimento do pedido expresso pelo contratante, e 5 (cinco) dias para efetivar o endosso, a contar da autorização do contratante.

4.7.8. A contratada terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar quanto a pedidos de informação relativos ao objeto encaminhados pela fiscalização do contratante.

#### 5. VISTORIA

5.1. A avaliação prévia dos veículos para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado poderá ser realizada pelo licitante interessado em cada local onde se encontram os veículos (sede do Tribunal e Cartórios Eleitorais) sendo assegurado, após solicitação expressa por e-mail [slic@tre-ap.jus.br](mailto:slic@tre-ap.jus.br), o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 13 horas às 18 horas na sede do TRE/AP e de 8 às 14 horas nos Cartórios Eleitorais.

5.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

5.3. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

5.4. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

5.5. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5.6. A falta de pedido expresso de vistoria pressupõe que o licitante conhece todas as condições da contratação pretendida descritas no edital.

5.7. Os veículos automotores estão situados no(s) seguinte(s) endereço(s), em garagens próprias, com monitoramento eletrônico:

| LOCAL  | ENDEREÇO   |
|--|--|
| Edifício Sede, Ampliação e Anexo I             | Av. Mendonça Júnior, nº 1502, bairro Centro – Macapá/AP – CEP: 68.900-914 ( <a href="mailto:csg@tre-ap.jus.br">csg@tre-ap.jus.br</a> )                               |
| Casa da Cidadania                              | Av. Mendonça Júnior, nº 1452, bairro Centro – Macapá/AP – CEP: 68.900-020 ( <a href="mailto:zona02@tre-ap.jus.br">zona02@tre-ap.jus.br</a> )                         |
| Cartório Eleitoral da 1ª ZE - Amapá            | Rua Senador Lemos, S/N, bairro Centro – Amapá/AP – CEP: 68.950-000 ( <a href="mailto:zona01@tre-ap.jus.br">zona01@tre-ap.jus.br</a> )                                |
| Cartório Eleitoral da 4ª ZE - Oiapoque         | Av. Barão do Rio Branco, 151, bairro Centro - Oiapoque/AP – CEP: 68.980-000 ( <a href="mailto:zona04@tre-ap.jus.br">zona04@tre-ap.jus.br</a> )                       |
| Cartório Eleitoral da 5ª ZE - Mazagão          | Av. Intendente Alfredo Pinto, S/N, bairro União – Mazagão/AP – CEP: 68.940-000 ( <a href="mailto:zona05@tre-ap.jus.br">zona05@tre-ap.jus.br</a> )                    |
| Cartório Eleitoral da 6ª ZE - Santana          | Rua D-13, Quadra 17, S/N, Lote 2, Vila Amazonas – Santana/AP – CEP: 68.926-166 ( <a href="mailto:zona06@tre-ap.jus.br">zona06@tre-ap.jus.br</a> )                    |
| Cartório Eleitoral da 7ª ZE - Laranjal do Jari | Av. Tancredo Neves, S/N, bairro Agreste – Laranjal do Jari/AP – CEP: 68.920-000 ( <a href="mailto:zona07@tre-ap.jus.br">zona07@tre-ap.jus.br</a> )                   |
| Cartório Eleitoral da 8ª ZE - Tartarugalzinho  | Rua Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, 1660, bairro Centro – Tartarugalzinho/AP – CEP: 68.990-000 ( <a href="mailto:zona08@tre-ap.jus.br">zona08@tre-ap.jus.br</a> ) |





**PREGÃO ELETRÔNICO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ**

|   |   |
|---|---|
| Cartório Eleitoral da 10ª ZE – zona norte – Macapá/AP | Av. Maria Cavalcante de Azevedo Picanço, S/N, bairro Infraero II - Macapá/AP – CEP: 68.908-076 (zonal0@tre-ap.jus.br) |
| Cartório Eleitoral da 11ª ZE – Pedra Branca           | Rua Francisco Braz, S/N, bairro Centro – Pedra Branca do Amapari/AP – CEP: 68.945-000 (zonal1@tre-ap.jus.br)          |
| Cartório Eleitoral da 12ª ZE - Porto Grande           | Av. Manoel Bento Parente, 325, bairro Malvinas – Porto Grande/AP – CEP: 68.997-000 (zonal2@tre-ap.jus.br)             |

**6. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e”, da Lei nº 14.133/2021).**

- 6.1. A apólice deverá ser disponibilizada para a contratante, em meios eletrônicos e com assinatura eletrônica válida, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento pela contratada da nota de empenho.
- 6.2. A contratada deverá fornecer todo o suporte necessário e suficiente para a dinamização, atendimento e concretização dos vários feitos e etapas do seguro.
- 6.3. Assistências 24 horas com reboque ou transporte do veículo segurado, em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica, no local onde o veículo se encontrar.
- 6.4. A contratada deverá disponibilizar Central de Atendimento com funcionamento de 24h para atendimento imediato em casos de sinistro, possibilitando atendimento ao usuário e todas as providências necessárias à prestação dos serviços ora contratado, informando os números de telefone para contato.

**7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21).**

**7.1. ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL**

- 7.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).
- 7.1.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).
- 7.1.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).
- 7.1.3.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).
- 7.1.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).
- 7.1.4. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato. (Lei nº 14.133/2021, art. 118).
- 7.1.4.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade (IN 5/2017, art. 44, §1º).
- 7.1.5. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).
- 7.1.6. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).
- 7.1.7. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).
- 7.1.7.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).
- 7.1.8. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).
- 7.1.9. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).
- 7.1.10. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial (presencial ou virtual) para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros (IN 5/2017, art. 44, §3º).
- 7.1.11. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.
- 7.1.12. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.
- 7.1.13. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

| ITEM      | COMPETÊNCIA MÊS/ANO. A nota fiscal emitida a partir do 1º dia útil do mês seguinte à prestação do serviço será instruída com documentos comprobatórios do mês anterior (ex. NF de fevereiro, emitida em março, e comprovantes referentes ao mês de janeiro) |            |                |            |                      |                   |
|-----------|---|------------|----------------|------------|----------------------|-------------------|
| <b>I</b>  | <b>NOTAS FISCAIS</b>  | <b>SIM</b> | <b>PARCIAL</b> | <b>NÃO</b> | <b>NÃO SE APLICA</b> | <b>OBSERVAÇÃO</b> |
| 1         | A nota fiscal confere com o valor do contrato ou apostila?  |            |                |            |                      |                   |
| 2         | O CNPJ da contratada contido na NF é o mesmo que consta no contrato?  |            |                |            |                      |                   |
| 3         | A competência é a do mês de análise?  |            |                |            |                      |                   |
| 4         | O tomador é o TRE/AP?   |            |                |            |                      |                   |
| 5         | A descrição do serviço corresponde com o objeto do contrato?  |            |                |            |                      |                   |
| 6         | O número da chave de acesso da NF confirma a autenticidade do documento?  |            |                |            |                      |                   |
| <b>II</b> | <b>ORDEM DE SERVIÇO / EXECUÇÃO</b>  | <b>SIM</b> | <b>PARCIAL</b> | <b>NÃO</b> | <b>NÃO SE APLICA</b> | <b>OBSERVAÇÃO</b> |
| 1         | Houve emissão e entrega de ordem de serviço - OS?   |            |                |            |                      |                   |





**PREGÃO ELETRÔNICO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ**

|            |   |            |                |            |                      |                   |
|------------|---|------------|----------------|------------|----------------------|-------------------|
| 2          | O serviço foi executado / material entregue no prazo definido na OS?  |            |                |            |                      |                   |
| 3          | O serviço foi executado / material entregue na quantidade definida na OS?   |            |                |            |                      |                   |
| 4          | O serviço foi executado / material entregue com as características especificadas no edital e no contrato?                             |            |                |            |                      |                   |
| 5          | Há garantia contratual vigente?   |            |                |            |                      |                   |
| <b>III</b> | <b>CERTIDÕES DE REGULARIDADE</b>  | <b>SIM</b> | <b>PARCIAL</b> | <b>NÃO</b> | <b>NÃO SE APLICA</b> | <b>OBSERVAÇÃO</b> |
| 1          | Consta certidão de regularidade com o FGTS?   |            |                |            |                      |                   |
| 2          | Consta certidão de regularidade trabalhista - CNDT?   |            |                |            |                      |                   |
| 3          | Consta certidão de regularidade com tributos federais?  |            |                |            |                      |                   |
| 4          | Consta certidão de regularidade com tributos estaduais?   |            |                |            |                      |                   |
| 5          | Consta certidão de regularidade com tributos municipais?  |            |                |            |                      |                   |
| <b>IV</b>  | <b>OUTRAS OCORRÊNCIAS</b>   | <b>SIM</b> | <b>PARCIAL</b> | <b>NÃO</b> | <b>NÃO SE APLICA</b> | <b>OBSERVAÇÃO</b> |
| 1          | As demandas foram atendidas em quantidade, qualidade e no prazo definidos pelo contrato, ou em prazo que o fiscal considere razoável? |            |                |            |                      |                   |
| 2          | O solicitante/usuário está satisfeito com o resultado?  |            |                |            |                      |                   |

## 7.2. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

7.2.1. A avaliação da execução do objeto utilizará a TABELA DE CRITÉRIOS DE ADEQUAÇÃO DO SERVIÇO À QUALIDADE ESPERADA para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2.3. A utilização dos CRITÉRIOS DE ADEQUAÇÃO DO SERVIÇO À QUALIDADE ESPERADA não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.2.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

### CRITÉRIOS DE ADEQUAÇÃO DO SERVIÇO À QUALIDADE ESPERADA

Os indicadores mínimos de desempenho para aferição da qualidade da prestação do serviço, são os seguintes:

| ITENS | ADEQUAÇÃO DO SERVIÇO À QUALIDADE ESPERADA - Contrato nº ____ / Contratada: ____ / MÊS: ____ / ANO: ____ |            |                     |            |                      |                   |
|-------|---|------------|---------------------|------------|----------------------|-------------------|
|       | <b>ATIVIDADES RELEVANTES</b>  | <b>SIM</b> | <b>PARCIALMENTE</b> | <b>NÃO</b> | <b>NÃO SE APLICA</b> | <b>OBSERVAÇÃO</b> |
| 1     | Mantém canal de comunicação que viabiliza o recebimento das demandas no prazo definido pelo contrato    |            |                     |            |                      |                   |
| 2     | Apresenta as certidões de regularidade fiscal exigidas no contrato (FGTS, Previdência Social, CNDT)     |            |                     |            |                      |                   |
| 3     | Cumprir os prazos de apresentação de informações estabelecidos no contrato                              |            |                     |            |                      |                   |
| 4     | Cumprir os prazos de emissão de apólice/endosso estabelecidos no contrato                               |            |                     |            |                      |                   |
| 5     | Mantém central de comunicação 24 horas para comunicação de aviso de sinistros                           |            |                     |            |                      |                   |
| 6     | Outros  |            |                     |            |                      |                   |
|       | <b>TOTAL</b>  |            |                     |            |                      |                   |
|       | <b>ATIVIDADES CRÍTICAS</b>  | <b>SIM</b> | <b>PARCIALMENTE</b> | <b>NÃO</b> | <b>NÃO SE APLICA</b> |                   |
| 7     | Mantém a prestação do serviço / material disponível durante toda a vigência do contrato                 |            |                     |            |                      |                   |
| 8     | Atende / responde às convocações da fiscalização quando demandado                                       |            |                     |            |                      |                   |
| 9     | Outros  |            |                     |            |                      |                   |
| 10    | Outros  |            |                     |            |                      |                   |
|       | <b>TOTAL</b>  |            |                     |            |                      |                   |
|       | <b>FATORES FORA DO CONTROLE DO PRESTADOR</b>  | <b>SIM</b> | <b>PARCIALMENTE</b> | <b>NÃO</b> | <b>NÃO SE APLICA</b> |                   |
| 11    | Outros  |            |                     |            |                      |                   |
|       | <b>TOTAL</b>  |            |                     |            |                      |                   |

7.2.5. A avaliação de adequação do serviço à qualidade esperada deverá ser mensal, e anexada pela fiscalização junto com a certidão de prestação do serviço, para fins de pagamento da fatura.

7.2.6. Dentre os itens relacionados no tópico 7.5.3, somente os itens 1 a 10 serão considerados para adequar o pagamento à conformidade dos serviços prestados. Apenas para a justa adequação do pagamento, o item marcado como NÃO SE APLICA será considerado como SIM (ex: 6 itens SIM + 3 NÃO SE APLICA = pagamento de 100% da fatura, com 9 itens atendidos, conforme tabela a seguir):

| ITENS AVALIADOS | QUANTIDADE DE ITENS 'SIM' E 'NÃO SE APLICA' | ADEQUAÇÃO DO PAGAMENTO             |
|-----------------|---|------------------------------------|
| 1 a 10          | 9 a 10                                      | Pagamento de 100% da fatura mensal |



**PREGÃO ELETRÔNICO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ**

|  |       |                                   |
|--|-------|-----------------------------------|
|  | 5 a 8 | Pagamento de 98% da fatura mensal |
|  | 3 a 4 | Pagamento de 96% da fatura mensal |
|  | 0 a 2 | Pagamento de 95% da fatura mensal |

7.2.7. Os itens de 1 a 10 com avaliação parcial ou negativa, deverão ser objeto de notificação à contratada, sem prejuízo das adequações de pagamento. As falhas injustificadas ou não sanadas serão passíveis de aplicação de penalidades e/ou rescisão contratual.

7.2.8. O item 11 do tópico 9.2.3.1 deve ser preenchido pela fiscalização (se ocorrer) mas não terá reflexo na adequação do pagamento. Serve apenas para registro do histórico de ocorrências que estão fora do controle do prestador, mas que podem interferir na adequada execução do contrato.

7.2.9. As adequações nos pagamentos estarão limitadas a uma faixa específica de tolerância, abaixo da qual o contratado se sujeitará ao redimensionamento do pagamento e às sanções legais, se for o caso.

7.2.10. O não atendimento das metas, por ínfima ou pequena diferença, a critério da fiscalização, poderá ser objeto apenas de notificação nas primeiras ocorrências, de modo a não comprometer a continuidade da contratação.

7.2.11. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.2.11.1. não produziu os resultados acordados;

7.2.11.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

7.2.11.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

### **7.3. RECEBIMENTO**

7.3.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias úteis a partir do recebimento das apólices, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante certificação de recebimento do documento para verificação do cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.3.1.1. O contratante realizará verificação minuciosa de todas as informações contidas nas apólices, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

7.3.1.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.3.1.1.2. O contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.3.1.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.3.1.2. No prazo supracitado para o recebimento provisório, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

7.3.1.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.3.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo de 1 (um) dia, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3.3. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo as seguintes diretrizes:

7.3.3.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à contratada, por escrito, as respectivas correções;

7.3.3.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.3.3.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, *com base na TABELA DE CRITÉRIOS DE ADEQUAÇÃO DO SERVIÇO À QUALIDADE ESPERADA*.

7.3.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço global.

8.1.2. O desenvolvimento, pelo licitante, de ações de equidade entre mulheres e homens no ambiente de trabalho será critério de desempate em processos licitatórios, nos termos do disposto no inciso III e caput do art. 60 da Lei nº 14.133/2021 e Resolução CNJ nº 497, 2023, art. 8º.

8.1.2.1. Serão consideradas ações de equidade, respeitada a seguinte ordem:

I. medidas de inserção, de participação e de ascensão profissional igualitária entre mulheres e homens, incluída a proporção de mulheres em cargos de direção do licitante;

II. ações de promoção da igualdade de oportunidades e de tratamento entre mulheres e homens em matéria de emprego e ocupação;

III. igualdade de remuneração e paridade salarial entre mulheres e homens;

IV. práticas de prevenção e de enfrentamento do assédio moral e sexual;

V. programas destinados à equidade de gênero e de raça; e

VI. ações em saúde e segurança do trabalho que considerem as diferenças entre os gêneros.

8.2. Regime de execução:

O regime de execução do contrato será indireto, mediante empreitada por preço global.



**PREGÃO ELETRÔNICO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ**

**8.3. Exigências de habilitação**

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

**8.3.1. Habilitação jurídica**

- a) Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- b) Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- c) Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- d) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- e) Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- f) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- g) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.**

**8.3.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;**
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.**
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);**
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);**
- e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Estadual/Distrital (se o objeto for fornecimento)* ou *Municipal/Distrital (se o objeto for serviço)* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;**
- f) Prova de regularidade com a Fazenda *Estadual/Distrital (se o objeto for fornecimento)* ou *Municipal/Distrital (se o objeto for serviço)* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;**
- g) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *Estadual/Distrital* ou *Municipal/Distrital* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.**

**8.3.3. Qualificação Econômico-Financeira**

- a) Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;**
- b) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II);**
- c) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:**
- d) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);**
- e) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º);**
- f) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.**
- g) Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.**
- h) Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.**
- i) O atendimento dos índices econômicos previstos neste item, que não puderem ser demonstrados via verificação no SICAF, deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.**

**8.3.4. Qualificação Técnico-operacional**

- a) Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.**
- b) Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:**
  - b.1) Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 3 (três) anos na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os anos serem ininterruptos (art. 67, § 5º da Lei 14.133/2021);**
  - b.2) Comprovação que já executou contrato(s) com quantitativo de veículos de 50% (cinquenta por cento) da contratação pretendida (art. 67, §2º da Lei 14.133/2021);**
- c) Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017, aplicável por força da IN SEGES/ME nº 98/2022.**
- d) Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.**
- e) O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.**
- f) Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;**
- g) Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.**



## PREGÃO ELETRÔNICO

### TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

h) A apresentação de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitido, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

#### 9. PRIVILÉGIOS LEGAIS ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - LICITAÇÕES EXCLUSIVAS PARA ME'S E EPP'S

Em atenção ao art. 48 da LC nº 123/2006 (alterado pela LC nº 147/2014), que determina a realização de processo licitatório destinado **EXCLUSIVAMENTE** à participação de ME's e EPP's nos itens de contratações cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), o objeto **NÃO** se enquadra no critério legal para participação exclusiva de ME's e EPP's, em razão do art. 3º, § 4º, VIII da referida LC nº 123/2006, que dispõe que:

§ 4º **Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado** previsto nesta Lei Complementar, incluído o regime de que trata o [art. 12 desta Lei Complementar](#), para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica:

VIII - **que exerça atividade de** banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, **de seguros privados** e de capitalização ou de previdência complementar;

#### 10. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- der causa à inexecução parcial do contrato;
- der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- der causa à inexecução total do contrato;
- ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
  - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem 10.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
  - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem 10.1, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- d) Multa:
- Moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias ;  
*d.1.1) O atraso superior a 15 (quinze) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*
  - Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 10.1, de 10% a 25% do valor do Contrato .
  - Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 10.1, de 26% a 30% do valor do Contrato.
  - Para infração descrita na alínea “b” do subitem 10.1, a multa será de 20% a 30% do valor do item/fatura/parcela inadimplida.
  - Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 10.1, a multa será de 10% a 19% do valor do item/fatura/parcela inadimplida.
  - Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 10.1, a multa será de 6% a 9% do valor do item/fatura/parcela inadimplida, ressalvadas as seguintes infrações para as quais a Administração aplicará multas conforme a graduação estabelecida nas seguintes tabelas:

| GRAU | CORRESPONDÊNCIA – VALOR DO ITEM/FATURA/PARCELA INADIMPLIDA |
|------|--|
| 1    | 0,5%   |
| 2    | 1%   |
| 3    | 2%   |
| 4    | 3%   |
| 5    | 4%   |
| 6    | 5%   |

Tabela 10 - Multa (Grau X Correspondência - Valor do item/fatura/parcela inadimplida)

| ITEM | DESCRIÇÃO   | GRAU                  | INCIDÊNCIA  |
|------|---|-----------------------|---|
| 1    | Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequência letais.  | 6                     | Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão da contratação              |
| 2    | Destruir ou danificar documentos/equipamentos/instalações do CONTRATANTE, por culpa ou dolo de seus agentes.  | 5 (culpa)<br>6 (dolo) | Por ocorrência, sem prejuízo da reparação do dano                                     |
| 3    | Infringir a Política de Segurança da Informação do TRE-AP e suas normas correlatas (Resolução TREAP nº 570/2022 ou Resolução TRE-AP nº 571/2022, que dispõe sobre a Política Geral de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do TRE-AP, e suas normas correlatas, ou Descumprir as obrigações contidas no item 15 do Termo de Referência. | 5                     | Por ocorrência  |
| 4    | Retirar das dependências do CONTRATANTE quaisquer equipamentos ou materiais de consumo sem autorização prévia do responsável.   | 6                     | Por ocorrência  |
| 5    | Causar atraso ou embaraço na execução do serviço  | 5                     | Por dia, limitado a 30% do valor mensal do serviço e sem prejuízo da possibilidade de |



**PREGÃO ELETRÔNICO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ**

|   |   |   |  |
|---|---|---|--|
|   |   |   | rescisão contratual  |
| 6   | Reincidir em atos penalizados com advertência.  | 4 | Por ocorrência   |
| <b>PARA OS ITENS A SEGUIR, DEIXAR DE:</b> |   |   |  |
| 7   | Apresentar a nota fiscal para atesto do gestor do contrato no prazo definido no contrato  | 1 | Por dia de atraso, limitada a incidência a 10 (dez) dias.            |
| 8   | Comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade referente à execução dos serviços;   | 3 | Por ocorrência   |
| 9   | Apresentar os esclarecimentos formais solicitados pela fiscalização para sanar as inconsistências, dúvidas, ou dar prosseguimento nos desdobramentos do contrato, como aditivos, acréscimos, exclusões. | 2 | Por dia de atraso, limitada a incidência a 10 (dez) dias             |
| 10  | Manter as condições de habilitação durante a contratação.   | 5 | Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão contratual |

Tabela 11 - Multa (Grau X Incidência)

10.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

10.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.8. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.9. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

10.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

10.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

## 11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O valor global estimado para a contratação é de R\$ 52.356,20 (cinquenta e dois mil trezentos e cinquenta e seis reais e vinte centavos)

11.2. O valor global contempla as parcelas do serviço descritas no quadro-resumo a seguir compostas pelos ITENS 1 e 2:

| GRUPO | ITEM | MARCA / MODELO VEÍCULO       | ANO/MOD   | PLACA   | BÔNUS VIGENTE* | SETOR               | TIPO                     | VALOR UNITÁRIO DO PRÊMIO ESTIMADO (R\$) |
|-------|------|------------------------------|-----------|---------|----------------|---------------------|--------------------------|---|
| 1     | 1    | NISSAN - FRONTIER            | 2019/2020 | QLS2F69 | 4              | SEDE – PRESIDÊNCIA  | VEÍCULO DE REPRESENTAÇÃO | 2.037,80                                |
|       | 2    | NISSAN - FRONTIER            | 2019/2020 | QLS2F70 | 4              | SEDE – CORREGEDORIA | VEÍCULO DE REPRESENTAÇÃO | 2.037,80                                |
|       | 3    | MITSUBISHI - TRITON L200 GLX | 2018/2018 | QLP7622 | 6              | SEDE - TRANSPORTE   | VEÍCULO DE SERVIÇO       | 2.239,19                                |





**PREGÃO ELETRÔNICO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ**

|                       |                                   |           |         |    |                   |                    |           |
|-----------------------|-----------------------------------|-----------|---------|----|-------------------|--------------------|-----------|
| 4                     | mitsubishi - TRITON L200 GLX      | 2018/2018 | QLP7623 | 6  | SEDE - TRANSPORTE | VEÍCULO DE SERVIÇO | 2.239,19  |
| 5                     | mitsubishi - TRITON L200 SPORT GL | 2019/2020 | QLR9979 | 4  | SEDE - TRANSPORTE | VEÍCULO DE SERVIÇO | 2.037,80  |
| 6                     | mitsubishi - TRITON L200 SPORT GL | 2019/2020 | QLR9981 | 4  | SEDE - TRANSPORTE | VEÍCULO DE SERVIÇO | 2.037,80  |
| 7                     | RENAULT / LOGAN EXP 1.6 SE        | 2018/2018 | QLP7772 | 6  | SEDE - TRANSPORTE | VEÍCULO DE SERVIÇO | 1.463,40  |
| 8                     | RENAULT / LOGAN EXP 1.6 SE        | 2018/2018 | QLP7773 | 6  | SEDE - TRANSPORTE | VEÍCULO DE SERVIÇO | 1.463,40  |
| 9                     | RENAULT / LOGAN ZEN 1.6 SE        | 2020/2021 | QLT2F83 | 10 | SEDE - TRANSPORTE | VEÍCULO DE SERVIÇO | 1.464,01  |
| 10                    | RENAULT / LOGAN ZEN 1.6 SE        | 2020/2021 | QLT2F84 | 10 | SEDE - TRANSPORTE | VEÍCULO DE SERVIÇO | 1.464,01  |
| 11                    | RENAULT / LOGAN ZEN 1.6 SE        | 2020/2021 | QLT2G29 | 8  | SEDE - TRANSPORTE | VEÍCULO DE SERVIÇO | 1.464,01  |
| 12                    | RENAULT / MASTER - VAN            | 2020/2020 | QLR2D39 | 10 | SEDE - TRANSPORTE | VEÍCULO DE SERVIÇO | 2.516,12  |
| 13                    | MERCEDES / CAMINHÃO BAÚ           | 2014/2014 | QLN3056 | 8  | SEDE - TRANSPORTE | VEÍCULO DE SERVIÇO | 3.482,44  |
| 14                    | MERCEDES / ÔNIBUS                 | 2013/2013 | OQS9428 | 1  | SEDE - TRANSPORTE | VEÍCULO DE SERVIÇO | 4.030,57  |
| 15                    | NISSAN - FRONTIER ATK             | 2023/2024 | SAM1E56 | 10 | 1ª ZONA           | VEÍCULO DE SERVIÇO | 3.036,02  |
| 16                    | RENAULT / LOGAN                   | 2018/2018 | QLP7620 | 6  | 2ª ZONA           | VEÍCULO DE SERVIÇO | 1.463,40  |
| 17                    | NISSAN / FRONTIER                 | 2022/2023 | QLT7C71 | 10 | 4ª ZONA           | VEÍCULO DE SERVIÇO | 2.402,40  |
| 18                    | NISSAN - FRONTIER ATK             | 2023/2024 | SAM1E57 | 10 | 5ª ZONA           | VEÍCULO DE SERVIÇO | 3.036,02  |
| 19                    | RENAULT / LOGAN                   | 2018/2018 | QLP7618 | 6  | 6ª ZONA           | VEÍCULO DE SERVIÇO | 1.463,40  |
| 20                    | mitsubishi / TRITON L200 SPORT GL | 2021/2022 | QLT9A78 | 10 | 7ª ZONA           | VEÍCULO DE SERVIÇO | 2.037,80  |
| 21                    | NISSAN / FRONTIER                 | 2022/2023 | QLT7C93 | 10 | 8ª ZONA           | VEÍCULO DE SERVIÇO | 2.402,40  |
| 22                    | RENAULT / LOGAN                   | 2018/2018 | QLP7621 | 5  | 10ª ZONA          | VEÍCULO DE SERVIÇO | 1.463,40  |
| 23                    | NISSAN - FRONTIER ATK             | 2023/2024 | SAM1E58 | 10 | 11ª ZONA          | VEÍCULO DE SERVIÇO | 3.036,02  |
| 24                    | mitsubishi / TRITON L200 SPORT GL | 2021/2022 | QLT9A79 | 10 | 12ª ZONA          | VEÍCULO DE SERVIÇO | 2.037,80  |
| TOTAL DO GRUPO 1      |                                   |           |         |    |                   |                    | 52.356,20 |
| VALOR GLOBAL ESTIMADO |                                   |           |         |    |                   |                    | 52.356,20 |

\* Bônus informados na apólice de seguro vigente no período de julho de 2023 a julho de 2024.

11.3. A proposta deverá observar o modelo de proposta (APÊNDICE I) contendo a descrição das coberturas contempladas.

## 12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

A contratação será atendida pela seguinte dotação: Gestão/Unidade: Coordenadoria de Serviços Gerais. Exercício 2024. Despesa agregada: **JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA NA JUSTIÇA ELEITORAL. SEGURO DE VEÍCULOS 20GP.**

12.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante nota de empenho.

## 13. LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (Lei 13.709/2018)

13.1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

13.2. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de



**PREGÃO ELETRÔNICO****TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ**

Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

**13.3.** As partes responderão administrativa e judicialmente caso causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à Lei Geral de Proteção de Dados.

**13.4.** Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, o contratante, para a execução do serviço objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes da contratada, tais como números do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial, e cópia do documento de identificação.

**13.5.** A contratada declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo contratante.

**13.6.** A contratada fica obrigada a comunicar ao contratante em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

**14. TERMO DE RESPONSABILIDADE E CONFIDENCIALIDADE**

A contratada deverá assinar junto com o contrato, o Termo de Responsabilidade e Confidencialidade (Apêndice III), apresentando-os, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da solicitação pelo fiscal;

**15. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA**

Marcelle Ferreira - Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

**APÊNDICE I DO TERMO DE REFERÊNCIA**  
**MODELO DA PROPOSTA**

| GRUPO | ITEM | MARCA / MODELO VEÍCULO                            | ANO/MOD   | PLACA   | BÔNUS VIGENTE | SETOR               | TIPO                     | FRANQUIA (R\$) | VALOR UNITÁRIO DO PRÊMIO (R\$) |
|-------|------|---|-----------|---------|---------------|---------------------|--------------------------|----------------|--------------------------------|
| 1     | 1    | NISSAN - FRONTIER                                 | 2019/2020 | QLS2F69 |               | SEDE – PRESIDÊNCIA  | VEÍCULO DE REPRESENTAÇÃO |                |                                |
|       | 2    | NISSAN - FRONTIER                                 | 2019/2020 | QLS2F70 |               | SEDE – CORREGEDORIA | VEÍCULO DE REPRESENTAÇÃO |                |                                |
|       | 3    | MITSUBISHI - TRITON L200 GLX                      | 2018/2018 | QLP7622 |               | SEDE - TRANSPORTE   | VEÍCULO DE SERVIÇO       |                |                                |
|       | 4    | MITSUBISHI - TRITON L200 GLX                      | 2018/2018 | QLP7623 |               | SEDE - TRANSPORTE   | VEÍCULO DE SERVIÇO       |                |                                |
|       | 5    | MITSUBISHI - TRITON L200 SPORT GL                 | 2019/2020 | QLR9979 |               | SEDE - TRANSPORTE   | VEÍCULO DE SERVIÇO       |                |                                |
|       | 6    | MITSUBISHI - TRITON L200 SPORT GL                 | 2019/2020 | QLR9981 |               | SEDE - TRANSPORTE   | VEÍCULO DE SERVIÇO       |                |                                |
|       | 7    | RENAULT / LOGAN EXP 1.6 SE                        | 2018/2018 | QLP7772 |               | SEDE - TRANSPORTE   | VEÍCULO DE SERVIÇO       |                |                                |
|       | 8    | RENAULT / LOGAN EXP 1.6 SE                        | 2018/2018 | QLP7773 |               | SEDE - TRANSPORTE   | VEÍCULO DE SERVIÇO       |                |                                |
|       | 9    | RENAULT / LOGAN ZEN 1.6 SE                        | 2020/2021 | QLT2F83 |               | SEDE - TRANSPORTE   | VEÍCULO DE SERVIÇO       |                |                                |
|       | 10   | RENAULT / LOGAN ZEN 1.6 SE                        | 2020/2021 | QLT2F84 |               | SEDE - TRANSPORTE   | VEÍCULO DE SERVIÇO       |                |                                |
|       | 11   | RENAULT / LOGAN ZEN 1.6 SE                        | 2020/2021 | QLT2G29 |               | SEDE - TRANSPORTE   | VEÍCULO DE SERVIÇO       |                |                                |
|       | 12   | RENAULT / MASTER - VAN                            | 2020/2020 | QLR2D39 |               | SEDE - TRANSPORTE   | VEÍCULO DE SERVIÇO       |                |                                |
|       | 13   | MERCEDES / CAMINHÃO BAÚ                           | 2014/2014 | QLN3056 |               | SEDE - TRANSPORTE   | VEÍCULO DE SERVIÇO       |                |                                |
|       | 14   | MERCEDES / ÔNIBUS ADAPTADO PARA ATENDIMENTO MÓVEL | 2013/2013 | OQS9428 |               | SEDE - TRANSPORTE   | VEÍCULO DE SERVIÇO       |                |                                |



**PREGÃO ELETRÔNICO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ**

|                  |   |           |         |  |                                  |                       |  |  |
|------------------|---|-----------|---------|--|----------------------------------|-----------------------|--|--|
| 15               | NISSAN - FRONTIER<br>ATK                | 2023/2024 | SAM1E56 |  | 1ª ZONA - AMAPÁ                  | VEÍCULO DE<br>SERVIÇO |  |  |
| 16               | RENAULT / LOGAN                         | 2018/2018 | QLP7620 |  | 2ª ZONA -<br>MACAPÁ              | VEÍCULO DE<br>SERVIÇO |  |  |
| 17               | NISSAN / FRONTIER                       | 2022/2023 | QLT7C71 |  | 4ª ZONA -<br>OIAPOQUE            | VEÍCULO DE<br>SERVIÇO |  |  |
| 18               | NISSAN - FRONTIER<br>ATK                | 2023/2024 | SAM1E57 |  | 5ª ZONA -<br>MAZAGÃO             | VEÍCULO DE<br>SERVIÇO |  |  |
| 19               | RENAULT / LOGAN                         | 2018/2018 | QLP7618 |  | 6ª ZONA -<br>SANTANA             | VEÍCULO DE<br>SERVIÇO |  |  |
| 20               | MITSUBISHI /<br>TRITON L200 SPORT<br>GL | 2021/2022 | QLT9A78 |  | 7ª ZONA -<br>LARANJAL DO<br>JARI | VEÍCULO DE<br>SERVIÇO |  |  |
| 21               | NISSAN / FRONTIER                       | 2022/2023 | QLT7C93 |  | 8ª ZONA                          | VEÍCULO DE<br>SERVIÇO |  |  |
| 22               | RENAULT / LOGAN                         | 2018/2018 | QLP7621 |  | 10ª ZONA                         | VEÍCULO DE<br>SERVIÇO |  |  |
| 23               | NISSAN - FRONTIER<br>ATK                | 2023/2024 | SAM1E58 |  | 11ª ZONA                         | VEÍCULO DE<br>SERVIÇO |  |  |
| 24               | MITSUBISHI /<br>TRITON L200 SPORT<br>GL | 2021/2022 | QLT9A79 |  | 12ª ZONA                         | VEÍCULO DE<br>SERVIÇO |  |  |
| TOTAL DO GRUPO 1 |   |           |         |  |                                  |                       |  |  |

**APÊNDICE II DO TERMO DE REFERÊNCIA**  
**Estudo Técnico Preliminar – ETP**  
**ART. 18 § 1º DA LEI Nº 14.133/21**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP**  
**ART. 18 § 1º DA LEI Nº 14.133/21**

**1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE SOLICITANTE E DEMANDANTE**

|                      |  |
|----------------------|--|
| Unidade solicitante: | Assessoria de Planejamento e Gestão Administrativa |
| Unidade demandante:  | Seção de Transporte - STRAN                        |

**2 - OBJETO A SER CONTRATADO**

*Descrever:*

Serviço continuado de seguro de veículos para a frota do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá.

**3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

*A descrição da necessidade da contratação consta no Documento de Formalização da Demanda:*

A contratação se justifica como instrumento para evitar ou minimizar prejuízos à Administração Pública decorrentes de acidente de trânsito, furto, roubo, dano ou pane causados aos veículos de sua propriedade, garantindo a justa indenização do bem segurado, assim como o ressarcimento de possíveis danos pessoais e/ou materiais causados aos agentes públicos usuários e/ou terceiros.

**Nota(s):**

**1.** A justificativa deve conter os fatos e fundamentos que especifiquem a necessidade de uso/utilização do bem/serviço, bem como os benefícios a serem alcançados, considerando o problema a ser resolvido, sob a perspectiva do interesse público.

**4. INFORMAÇÕES SOBRE CONTRATAÇÕES**

**4.1** Informação sobre **contratações semelhantes em exercícios anteriores** e, se positivo, **incidentes e lições aprendidas**:

A fiscalização pontuou a necessidade de melhorar os canais de comunicação com a contratada, de modo que as respostas às demandas apresentadas ocorram de forma mais célere, e que o Termo de Referência contenha prazos específicos para o cumprimento das obrigações contratuais como emissão de apólice, assinatura de documentos, apresentação de orçamentos, etc.

( ) Não se aplica.



**PREGÃO ELETRÔNICO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ**

**4.2 Informação sobre contratações correlatas e/ou interdependentes que deverão se realizadas em função desta:**

( x ) Não se aplica.

**4.3 Informação se o novo Termo de Referência estabelecerá alguma melhoria ou alteração substancial em relação à contratação anterior:**  
Será incluído lote específico para contratação de seguro para embarcações.

( ) Não se aplica

**5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (NECESSÁRIOS E SUFICIENTES PARA ATENDIMENTO DA NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO)**

| NECESSIDADES                                     | REQUISITOS   | JUSTIFICATIVA   |
|--|--|---|
| Padrão mínimo de Qualidade                       | Descrição dos padrões  | A contratada deverá demonstrar as condições de habilitação exigidas para a prestação do serviço.  |
| Legais   | Normativos que devem ser observados pela solução contratada para o alcance dos objetivos esperados           | Lei 14.133/2021 - Lei de licitações e contratos administrativos.<br>IN SEGES/ME nº 65/2021 - Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.<br>Lei nº 12.527/2011, Lei de Acesso à Informação (LAI)<br>Resolução CNJ nº 363/2021, estabelece medidas para o processo de adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais a serem adotadas pelos tribunais<br>Circular SUSEP nº 621, de 12/02/2021 - Dispõe sobre as regras de funcionamento e os critérios para operação das coberturas dos seguros e danos. |
| Garantia e Manutenção                            | Registro da efetiva necessidade e requisitos de exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica | Não se aplica   |
| Temporais  | A contratação deverá ocorrer até o término da vigência do Contrato nº _____.                                 | Visando a continuidade dos serviços a contratação deverá ocorrer preferencialmente concomitante à assinatura do contrato.   |
| Segurança da Informação                          | Requisitos para eventual atendimento   | A contratada deverá cumprir os requisitos da Lei Geral de Proteção de Dados - Lei 13.709/2018; deverá assinar junto com o contrato, o Termo de Responsabilidade e Confidencialidade em atendimento à política de Segurança da Informação e Comunicação do TRE/AP.   |
| Metodologia de trabalho e implantação da solução | Local de entrega:<br>Local de Execução dos Serviços:   | As apólices deverão ser entregues, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados da data de assinatura do Contrato, diretamente ao gestor responsável, no seguinte endereço eletrônico <a href="mailto:csg@tre-ap.jus.br">csg@tre-ap.jus.br</a> . A cobertura deverá abranger a localização de cada veículo. A localização original de cada veículo está identificada no Termo de Referência.  |
| Capacitação e experiência profissional da equipe | Técnicos certificados:   | A empresa deverá comprovar que dispõe de profissionais habilitados à prestação dos serviços? NÃO  |
|  | Atestado de Capacidade Técnica   | Devido à criticidade para o negócio e à complexidade das aplicações suportadas pela infraestrutura do Tribunal, a empresa a ser contratada deverá possuir experiência compatível com a natureza e o quantitativo dos serviços a serem prestados? Sim, a empresa de seguros deverá ser registrada e autorizada a operar no mercado de seguros, cumprindo todas as regulamentações locais e nacionais e boa reputação no cumprimento de suas obrigações e no pagamento de sinistros.  |
| ( ) NÃO OBRIGATÓRIO                              |  | JUSTIFICAR:   |

**6. LEVANTAMENTO DE MERCADO - CONSULTAS E ESTUDOS REALIZADOS**

| AÇÃO   | DOCUMENTAÇÃO GERADA   |
|--|---|
| Consulta a fornecedores                      | Não houve consulta a fornecedores.  |
| Consulta a contratações de outros órgãos     | As consultas a contratações de outros órgãos estão materializadas nas pesquisas de preços (propostas e planilhas) <a href="#">0843802</a> / <a href="#">0843803</a> / <a href="#">0843807</a> / <a href="#">0843808</a> / <a href="#">0843809</a> / <a href="#">0843811</a> / <a href="#">0843812</a> / <a href="#">0858771</a> : |
| Consulta Painel de Preços ou Banco de preços | As pesquisas de preços foram obtidas junto ao Banco de Preços   |
| Estudos técnicos                             | Não se aplica   |
| ( ) NÃO OBRIGATÓRIO                          | JUSTIFICAR:   |

**7. LEVANTAMENTO DE MERCADO - ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS**



**PREGÃO ELETRÔNICO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ**

|  |   |
|--|---|
| <b>Descrição da Solução 1</b>  |   |
| Atendimento aos requisitos   | Serviço continuado de seguro de veículos para a frota do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá.  |
| <b>Para Dispensas de Licitação por Pequeno Valor:</b><br>Informação sobre o ramo de atividade do mercado que habitualmente comercialize o bem, obra ou serviço a ser contratado, por meio da indicação do <b>nível de subclasse da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)</b> , a ser obtido no endereço <a href="https://cnae.ibge.gov.br/?view=estrutura">https://cnae.ibge.gov.br/?view=estrutura</a><br><b>Para Contratações via Licitação:</b><br><b>CATMAT*</b> - Bens e Materiais de Consumo<br>ou<br><b>CATSER*</b> - Serviços<br>*A ser obtido no endereço: <a href="https://catalogo.compras.gov.br/cnbs-web/busca">https://catalogo.compras.gov.br/cnbs-web/busca</a> | CATSER 13943 - Corretagem / seguro  |
| Vantagens e Desvantagens da Solução  | Vantagens: Trata-se de opção identificada como instrumento viável e amplamente utilizado para evitar ou minimizar prejuízos à Administração Pública decorrentes de sinistros, respaldando assim a integridade do patrimônio público e de terceiros.<br>Desvantagens: Não foram identificadas desvantagens para a solução. |
| Valor Estimado   | R\$ 52.356,20 (cinquenta e dois mil trezentos e cinquenta e seis reais e vinte centavos)  |
| Solução Escolhida  | ( x ) Sim - Justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar: Foram pesquisadas no Banco de Preços soluções que visam resguardar o patrimônio público, e a alternativa ora proposta foi a única solução identificada.<br>( ) Não   |

**8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

Contratação de SEGURO TOTAL (cobertura abrangente) contra colisão, incêndio, roubo ou furto, com assistência 24 horas, dos veículos (automóveis) pertencentes à frota oficial do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá, com as seguintes coberturas:

Colisão, incêndio e roubo/furto (casco): valor de mercado, tabela FIPE (ou Molicar em caso de inexistência da informação na tabela FIPE);

Responsabilidade civil por danos materiais a terceiros: R\$ 100.000,00 (cem mil reais);

Responsabilidade civil por danos pessoais a terceiros: R\$ 100.000,00 (cem mil reais);

Acidentes pessoais por passageiros/morte – APP: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);

Acidentes pessoais por passageiros/invalidez total ou parcial – APP: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);

Danos aos vidros;

Franquia: normal, sendo que o licitante poderá estipular franquias diferenciadas, contudo, estas não poderão onerar o valor normal do prêmio.

A franquia não será objeto de classificação das propostas.

**9. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES**

Dado constante do item 04 do DFD de ID [0837060](#)

**10. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO**

*A licitação será pelo menor preço global, do ponto de vista técnico, por se tratar de certame com itens da mesma categoria (automóveis).*

**SÚMULA Nº 247 - TCU:**

*É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.*

*A licitação pelo menor preço global não representa restrição de competitividade, uma vez que as características do objeto estão definidas de modo que qualquer empresa autorizada que atue no segmento de seguro de veículos deverá estar apta para a cobertura de todos os itens que compõem o objeto, não havendo especificação técnica que configure*



**PREGÃO ELETRÔNICO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ**

a necessidade de parcelamento para ampliação de competitividade.

**Nota(s):**

1. O parcelamento do objeto deverá ser adotado SEMPRE que a sua divisão seja tecnicamente viável e economicamente vantajosa, não represente perda de economia de escala e garanta a ampliação da competição e evite a concentração de mercado. O não parcelamento do objeto deverá SEMPRE ser devidamente justificado com a demonstração das razões técnicas, administrativas e econômicas que o inviabilize.

2. Nas compras, deverão ser considerados para fins de aplicação do parcelamento, CONJUNTAMENTE: **I** - a viabilidade da divisão do objeto em lotes; **II** - o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; e **III** - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

3. O parcelamento não será adotado quando: **I** - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor; **II** - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido; e **III** - o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo.

**11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

Valor estimado da contratação: R\$ 52.356,20 (cinquenta e dois mil trezentos e cinquenta e seis reais e vinte centavos)

**Nota(s):**

1. A estimativa do valor da contratação deve ser realizada de acordo com as regras definidas no Anexo III - ICVE desta instrução normativa.

**12. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS<sup>1</sup>**

| Tipo  | Detalhamento   |
|---|--|
| ( ) Ganho de produtividade                                  |  |
| ( ) Redução de esforço                                      |  |
| ( x ) Redução de custo                                      | A contratação de seguro reduz os custos patrimoniais e pessoais em caso de eventual sinistro.                                  |
| ( ) Redução de uso de recursos                              |  |
| ( ) Melhoria de controle                                    |  |
| ( ) Redução de riscos                                       |  |
| ( x ) Cumprimento de determinação legal e/ou administrativa | É dever da Administração zelar pelo patrimônio público e oferecer meios para evitar ou minimizar prejuízos para a organização. |
| ( ) Melhoria/adequação nas instalações físicas              |  |
| ( ) Outro   |  |

**Nota(s):**

1. Em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis.

**13. CARACTERIZAÇÃO DE SERVIÇOS OU FORNECIMENTOS CONTÍNUOS**

**Serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas.**

( ) Não se aplica.

( x ) Sim - *Justificativa:*

O serviço pretendido constitui-se em atividade acessória, instrumental e complementar à atividade-fim do TRE/AP. Trata-se de serviço comum, tendo em vista que as especificações técnicas e padrões de execução não apresentam critérios de especialidade capazes de inviabilizar a seleção de fornecedores com base no menor preço ou no maior desconto.

O serviço deverá ser prestado de forma contínua e indireta, através de empresa do ramo, em conformidade com as normas que regulam a atividade. A necessidade do serviço não é pontual uma vez que se estende para mais de um exercício, portanto possui natureza contínua.

A contratação do seguro de veículos resguarda a administração contra a perda total ou parcial do patrimônio em caso de sinistros, bem como contra eventual responsabilização em decorrência de danos pessoais e/ou materiais a terceiros em caso de acidentes. A preservação do patrimônio público é um dever permanente da Administração para não expor a risco de perda ou deterioração os bens de sua titularidade. Dessa forma, o seguro de veículos é uma necessidade contínua e ininterrupta em razão da necessária mitigação do risco.

O caráter continuado do serviço é determinado por sua importância para o bom desenvolvimento das atividades da Justiça Eleitoral do Amapá; esse serviço embora acessório, está voltado ao apoio administrativo para o desenvolvimento da atividade-fim da Justiça Eleitoral do Amapá. Afirmação essa que encontra respaldo em julgado do Tribunal de Contas da União:

**Acórdão 1127/2009 - PLENÁRIO. Relator: Min. Benjamin Zymler. Consulta (CONS)**

ANÁLISE



**PREGÃO ELETRÔNICO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ**

17. Também é fato que o contrato de locação de imóvel, mesmo celebrado pela Administração Pública, tem características essenciais de direito privado. No dizer da Administrativista Maria Sylvia Zanella Di Pietro: '...quando a Administração celebra contrato cujo objeto apenas indiretamente ou acessoriamente diz respeito ao interesse geral (na medida em que tem repercussão orçamentária, quer do lado da despesa, quer do lado da receita), ela se submete ou pode submeter-se ao direito privado; por exemplo, para comprar materiais necessários a uma obra ou serviço público, **para colocar no seguro os veículos oficiais**, para alugar um imóvel necessário à instalação de repartição pública, enfim, para se equipar dos instrumentos necessários à realização da atividade principal, esta sim regida pelo direito público. (grifos nossos) '

Voto

Preliminarmente, insta destacar que a consulta ora em exame atende aos requisitos de admissibilidade previstos no artigo 1º, inciso XVII, da Lei nº 8.443/92 c/c artigo 264, inciso III, do RITCU, razão pela qual deve ser conhecida.

2. Trata o presente feito de **consulta formulada** pelo Advogado-Geral da União, Sr. José Antônio Toffoli, **sobre a possibilidade de prorrogação, por prazo superior aos 60 (sessenta) meses fixados pelo artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93, de contratos de locação de imóvel** celebrados com fundamento no artigo 24, inciso X, da Lei nº 8.666/93 (dispensa de licitação), nos quais a Administração Pública figure como locatária.

3. Ao meu ver, a proposta elaborada pela Unidade Técnica não merece reparos.

(...)

6. O artigo 62, § 3º, da Lei nº 8.666/93, por sua vez, **determina a aplicação do regime de direito público, no que couber, aos contratos privados praticados pela Administração (I - contratos de seguro, de financiamento, de locação** em que o Poder Público seja locatário, e aos demais cujo conteúdo seja regido, predominantemente, por norma de direito privado; II - aos contratos em que a Administração for parte como usuária de serviço público). Por outro lado, os princípios de direito privado são aplicados na medida em que sejam compatíveis com o regime de direito público.

(...)

11. **Não há óbice, pois, a prorrogações sucessivas de contrato em que a Administração seja locatária** com fundamento no artigo 24, inciso X, da Lei nº 8.666/93 (Decisão nº 503/96-Plenário, Decisão nº 828/00 - Plenário e Acórdão nº 170/05-Plenário).

(...)

13. **Considero pertinentes, ainda, as considerações feitas pela Unidade Técnica a respeito do objetivo almejado pela Administração ao optar pela prorrogação contratual**, a saber: a busca pela melhor oferta e condições mais vantajosas, seja do contrato oriundo de licitação, caso em que se preserva essa condição por meio do artigo 3º da Lei nº 8.666/93, seja oriundo de dispensa, onde a aplicação do artigo 24, inciso X, da mesma Lei, exige preço compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia.

(...)

15. Ante o exposto, acolho o parecer da Unidade Técnica e VOTO para que este Tribunal adote a deliberação que ora submeto à apreciação deste Egrégio Plenário.

**14. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE A CELEBRAÇÃO DO CONTRATO - PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES EVENTUAIS**

|   |  |
|---|--|
| ( ) Necessidade de capacitação de gestores e fiscais da contratação | Caso marcado, JUSTIFICAR   |
| ( ) Instalação elétrica   | Caso marcado, JUSTIFICAR   |
| ( ) Instalação lógica   | Caso marcado, JUSTIFICAR   |
| ( ) Alteração de layout   | Caso marcado, JUSTIFICAR   |
| ( ) Outra   | Caso marcado, JUSTIFICAR   |
| ( x ) Não se aplica   | Caso marcado, JUSTIFICAR. Trata-se de contratação continuada do TRE/AP, a qual não apresenta nenhuma especificidade ou inovação que se configure como necessária providência preliminar para implementação do novo contrato. |

**15. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS¹**

Descrever: Veículos. Reduzir o gasto com veículos e transportes. Gasto com manutenção de veículos.

A contratação está alinhada com o **Plano de Logística Sustentável do TRE/AP?**

( x ) Sim

( ) Não

( ) Não se aplica

**Nota(s):**

1. Descrever as respectivas medidas mitigadoras, tais como: requisitos de baixo consumo de recursos naturais, logística reversa, reciclagem e destinação final dos resíduos gerados em decorrência da contratação, etc.

2. Deve-se, ainda, observar as diretrizes do **Plano de Logística Sustentável – PLS 2021-2026 deste Órgão (ID 0619891)** - ou outro que o atualize ou substitua - além do **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, da Advocacia Geral da União - AGU, 5ª ed. 2022, adotado no TRE-AP, e suas atualizações.**

**16. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO**





**PREGÃO ELETRÔNICO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ**

| DA CONTRATAÇÃO   |       |  |
|--|-------|--|
| Baseado nos estudos preliminares, a contratação demonstra-se adequada para o atendimento da demanda? | ( x ) | Justificativa: Trata-se de solução recomendável e necessária para resguardar o patrimônio público. O mercado oferece variedade de empresas especializadas que oferecem a solução pretendida. |
|  | Sim   |  |
|  | ( )   |  |
|  | Não   |  |

| UNIDADE DEMANDANTE                    |                         |
|---------------------------------------|-------------------------|
|                                       |                         |
| Responsável (nome) _____              |                         |
| EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO |                         |
| Integrante (nome) _____               | Integrante (nome) _____ |
| Integrante (nome) _____               | Integrante (nome) _____ |
| Integrante (nome) _____               | Integrante (nome) _____ |

**APÊNDICE III DO TERMO DE REFERÊNCIA**  
**Termo de Responsabilidade e Confidencialidade**

Política de Segurança da Informação do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

Eu, \_\_\_\_\_, inscrito(a) sob RG nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, representante da empresa \_\_\_\_\_, estabelecida no endereço \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF com o n.º \_\_\_\_\_, em razão da execução das atividades previstas do Contrato TRE/AP nº \_\_\_\_\_, firmo o presente TERMO DE RESPONSABILIDADE E CONFIDENCIALIDADE, mediante as estipulações consignadas neste instrumento:

1. O subscritor declara expressamente por este ato, ter conhecimento e ciência:

1.1. Da Política de Segurança da Informação e Comunicação do TRE-AP, constante da Resolução TRE-AP nº 570/2022, disponível em <https://www.tre-ap.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/governanca-de-tecnologia-da-informacao-e-comunicacao/politicas-normas-e-processos>, podendo ser solicitada à Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) ou de Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) do TRE/AP, em caso de indisponibilidade técnica pela internet, assumindo inteira responsabilidade em dar ciência da norma a seu(s) colaborador(es) e prezar pelo cumprimento da mesma, no que couber;

1.2. Da Política Geral de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do TRE-AP, constante da Resolução TRE-AP nº 571/2022, disponível em <https://www.tre-ap.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/governanca-de-tecnologia-da-informacao-e-comunicacao/politicas-normas-e-processos>, podendo ser solicitada à Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) ou de Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) do TRE/AP, em caso de indisponibilidade técnica pela internet, assumindo inteira responsabilidade em dar ciência da norma a seu(s) colaborador(es) e prezar pelo cumprimento da mesma, no que couber;

1.3. De que todos os acessos efetuados, trabalhos desenvolvidos, informações manipuladas, arquivos, conteúdos, conexões, acesso remoto, mensagens eletrônicas e acesso à internet, podem ser verificados e auditados pelos colaboradores efetivos do TRE-AP com atribuição para tal, a qualquer momento, independente de aviso prévio, podendo ainda revogar as autorizações que lhe tenham sido concedidas;

1.4. De que todos os ambientes físicos e lógicos do TRE-AP são monitorados para garantir a proteção e guarda das informações e dos Recursos de Tecnologia de Informação e Comunicação;

1.5. De que não deve publicar ou divulgar, por quaisquer meio, segredos ou informações sigilosas que forem acessadas, obtidas ou geradas em decorrência do exercício do cargo ou dos serviços contratados, sem permissão prévia e por escrito do TRE-AP, sendo obrigado a ressarcir as perdas e danos experimentados pelo TRE-AP, sem prejuízo das penalidades administrativas, civis e criminais previstas em lei. Esse compromisso permanecerá inclusive após o término ou rescisão do vínculo;

1.6. De que quaisquer violações à Política de Segurança, Normas e procedimentos correlatos são passíveis de penalidades administrativas, sem prejuízo de ações legais cabíveis.

2. Este Termo tem natureza irrevogável e irretroatável, vigorando a partir da data de sua assinatura.

E por estar de acordo com o inteiro teor deste Termo, o assina nesta data, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

\_\_\_\_\_, [DIA] de [MÊS] de [ANO].

\_\_\_\_\_  
ASSINATURA DO XX



**PREGÃO ELETRÔNICO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ**

**APÊNDICE IV DO TERMO DE REFERÊNCIA**  
Documento de Formalização Da Demanda – DFD

**1. OBJETO A SER CONTRATADO**

Serviço continuado de seguro de veículos para a frota do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá.

**2 - IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE DEMANDANTE**

**Unidade/Setor:** Seção de Transporte - STRAN

**Responsável(eis):** Cristina Pereira Santa Brígida

**3. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

A contratação se justifica como instrumento para evitar ou minimizar prejuízos à Administração Pública decorrentes de acidente de trânsito, furto, roubo, dano ou pane causados aos veículos de sua propriedade, garantindo a justa indenização do bem segurado, assim como o ressarcimento de possíveis danos pessoais e/ou materiais causados aos agentes públicos usuários e/ou terceiros.

**4. QUANTIDADE A SER CONTRATADA E JUSTIFICATIVA**

A quantidade de veículos relacionada corresponde à efetiva frota de automóveis do TRE/AP.

| ITEM | MARCA / MODELO VEÍCULO            | ANO/MOD   | PLACA   | BÔNUS VIGENTE | SETOR              |
|------|-----------------------------------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| 1    | NISSAN - FRONTIER                 | 2019/2020 | QLS2F69 |               | SEDE – PRESIDÊNCIA |
| 2    | NISSAN - FRONTIER                 | 2019/2020 | QLS2F70 |               | SEDE – CORREGEDOR  |
| 3    | MITSUBISHI - TRITON L200 GLX      | 2018/2018 | QLP7622 |               | SEDE - TRANSPORTE  |
| 4    | MITSUBISHI - TRITON L200 GLX      | 2018/2018 | QLP7623 |               | SEDE - TRANSPORTE  |
| 5    | MITSUBISHI - TRITON L200 SPORT GL | 2019/2020 | QLR9979 |               | SEDE - TRANSPORTE  |
| 6    | MITSUBISHI - TRITON L200 SPORT GL | 2019/2020 | QLR9981 |               | SEDE - TRANSPORTE  |
| 7    | RENAULT / LOGAN EXP 1.6 SE        | 2018/2018 | QLP7772 |               | SEDE - TRANSPORTE  |
| 8    | RENAULT / LOGAN EXP 1.6 SE        | 2018/2018 | QLP7773 |               | SEDE - TRANSPORTE  |
| 9    | RENAULT / LOGAN ZEN 1.6 SE        | 2020/2021 | QLT2F83 |               | SEDE - TRANSPORTE  |
| 10   | RENAULT / LOGAN ZEN 1.6 SE        | 2020/2021 | QLT2F84 |               | SEDE - TRANSPORTE  |
| 11   | RENAULT / LOGAN ZEN 1.6 SE        | 2020/2021 | QLT2G29 |               | SEDE - TRANSPORTE  |
| 12   | RENAULT / MASTER - VAN            | 2020/2020 | QLR2D39 |               | SEDE - TRANSPORTE  |



**PREGÃO ELETRÔNICO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ**

|    |   |           |         |  |                   |  |    |
|----|---|-----------|---------|--|-------------------|--|----|
| 13 | MERCEDES / CAMINHÃO BAÚ                           | 2014/2014 | QLN3056 |  | SEDE - TRANSPORTE |  | VE |
| 14 | MERCEDES / ÔNIBUS ADAPTADO PARA ATENDIMENTO MÓVEL | 2013/2013 | OQS9428 |  | SEDE - TRANSPORTE |  | VE |
| 15 | NISSAN - FRONTIER ATK                             | 2023/2024 | SAM1E56 |  | 1ª ZONA           |  | VE |
| 16 | RENAULT / LOGAN                                   | 2018/2018 | QLP7620 |  | 2ª ZONA           |  | VE |
| 17 | NISSAN / FRONTIER                                 | 2022/2023 | QLT7C71 |  | 4ª ZONA           |  | VE |
| 18 | NISSAN - FRONTIER ATK                             | 2023/2024 | SAM1E57 |  | 5ª ZONA           |  | VE |
| 19 | RENAULT / LOGAN                                   | 2018/2018 | QLP7618 |  | 6ª ZONA           |  | VE |
| 20 | MITSUBISHI / TRITON L200 SPORT GL                 | 2021/2022 | QLT9A78 |  | 7ª ZONA           |  | VE |
| 21 | NISSAN / FRONTIER                                 | 2022/2023 | QLT7C93 |  | 8ª ZONA           |  | VE |
| 22 | RENAULT / LOGAN                                   | 2018/2018 | QLP7621 |  | 10ª ZONA          |  | VE |
| 23 | NISSAN - FRONTIER ATK                             | 2023/2024 | SAM1E58 |  | 11ª ZONA          |  | VE |
| 24 | MITSUBISHI / TRITON L200 SPORT GL                 | 2021/2022 | QLT9A79 |  | 12ª ZONA          |  | VE |
|    |   |           |         |  |                   |  |    |
|    |   |           |         |  |                   |  |    |

**5. PREVISÃO DA DATA EM QUE DEVE SER ENTREGUE O BEM OU INICIADA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**Data:** 12/11/2024

**Justificativa:** Data de vencimento do contrato anterior

( ) Não se aplica

**6. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO**

**A contratação está alinhada a algum objetivo do Plano Estratégico do TRE/AP?**

**( x ) Sim - Qual(is)?**

- ( ) Garantia dos Direitos da Cidadania
- ( ) Fortalecimento da Relação Institucional do Poder Judiciário com a Sociedade
- ( ) Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional
- ( ) Enfrentamento à Corrupção, à Improbidade Administrativa e aos Ilícitos Eleitorais
- ( ) Promoção da Sustentabilidade
- ( x ) Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária
- ( ) Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas
- ( ) Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira
- ( ) Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados

**( ) Não**

**Nota(s):**

1. [Planejamento Estratégico 2021/2026 - TRE/AP](#)

**7. PREVISÃO NO PLANO DE AQUISIÇÕES ANUAL**

**A contratação está prevista no Plano de Compras do TRE/AP?**

( x ) Sim. Indicação: Item de serviço nº 49

( ) Não. Justificativa:

**Nota(s):** [Plano de Contratações Anual 2024](#)

**8. INFORMAÇÕES ADICIONAIS**



**PREGÃO ELETRÔNICO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ**

**A contratação exigirá:**

**8.1. Equipe de Planejamento:**

( ) Não. Justificativa:

( x ) Sim. Composição:

| Nome                   | Tipo de Integrante<br>(Solicitante, Demandante,<br>técnico e administrativo) | Unidade/Setor |
|------------------------|--|---------------|
| Marcelle Ferreira      | Integrante administrativo  | APGA          |
| Cristina Santa Brígida | Integrante demandante  | STRAN         |
|                        |  |               |

**Notas:**

*1. A formalização da equipe de planejamento da contratação é obrigatória nas contratações cujo planejamento contenha estudos técnicos preliminares e mapa de riscos, quando a complexidade assim exigir.*

*2. Integrante Demandante: servidor representante da unidade demandante que assinou o DFD;*

*Integrante Solicitante: servidor representante da unidade responsável pela solicitação da contratação, quando já não for da própria unidade demandante;*

*Integrante Técnico: servidor representante da unidade técnica que seja julgada necessária a participação;*

*Integrante Administrativo: servidor representante de área administrativa não vinculada à unidade demandante, solicitante e técnica.*

*3. A equipe de planejamento deverá ser composta por, no mínimo, 02 (dois) servidores, sendo obrigatória a participação de um representante da unidade demandante. Cabe à unidade demandante verificar qual será a composição da equipe de planejamento.*

*4. O planejamento das contratações realizadas mediante dispensa de licitação e as inexigibilidades até o valor máximo de dispensa, poderá ser conduzido por apenas um servidor, a critério da unidade demandante, exceto quando necessária a elaboração de estudos técnicos preliminares e de mapa de riscos, hipótese em que será constituída equipe de planejamento.*

**8.2. Estudo Técnico Preliminar:**

( ) Não. Justificativa:

( x ) Sim.

**8.3. Mapa de riscos:**

( ) Não. Justificativa:

( x ) Sim.

**8.4. Equipe de Fiscalização de contrato:**

( x ) Não. Justificativa: A equipe de fiscalização será designada quando da formalização do contrato após o procedimento licitatório.

( ) Sim. Composição:

| Integrante                                      | Titular | Substituto                         | Unidade |
|---|---------|------------------------------------|---------|
| Gestor:   |         |                                    |         |
| Fiscal Técnico:                                 |         |                                    |         |
| Fiscal Administrativo:                          |         |                                    |         |
| Observado o Princípio da Segregação de Funções? |         | ( ) Sim<br>( ) Não. Justificativa: |         |

**8.5. A contratação será processada por Dispensa Eletrônica?**

( ) Sim.

( x ) Não. Justificativa: Será realizado pregão eletrônico em razão do valor estimado.

**8.6. Tratando-se de contratação com fundamento nos incisos I e II do artigo 75 da Lei nº 14.133/2021, a estimativa de preços será realizada concomitantemente à seleção da proposta economicamente mais vantajosa?**

( ) Sim (Justificar e informar a fonte orçamentária para cobertura da futura despesa, nos moldes adotado por este Tribunal).

( x ) Não.

**9. RESPONSÁVEL PELA FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA**

|  |
|--|
| Marcelle Ferreira                        |
| Gestor Responsável da Unidade Demandante |
| APGA                                     |

**APÊNDICE V DO TERMO DE REFERÊNCIA**

**Mapeamento de Riscos**

**OBJETO:** Serviço continuado de seguro de veículos para a frota do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá.



**PREGÃO ELETRÔNICO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ**

**i. FASE DE PLANEJAMENTO (ATÉ A ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA)**

**A.1. IDENTIFICAÇÃO DE EVENTOS DE RISCO**

- **RISCO:** Especificação do objeto insuficiente ou inadequada.
- **CAUSA:** A unidade de planejamento não detalhou nem informou com clareza às empresas pesquisadas os requisitos do objeto, as condições e prazos de execução e pagamento, formação de preços.
- **CONSEQUÊNCIA:** As unidades de controle interno poderão identificar falhas no edital que precisam e podem ser corrigidas antes de sua publicação.

**- NÍVEL DE RISCO:**

- ( x ) BAIXO  
( ) MÉDIO  
( ) ALTO

**A.2. TRATAMENTO DO RISCO**

- **RESPOSTA AO RISCO IDENTIFICADO:** Participação conjunta entre o demandante e a equipe de planejamento para compor a instrução do processo. Consultas prévias informais às unidades de análise técnica.

- **UNIDADE RESPONSÁVEL:** Demandante e equipe de planejamento.

**A.3. ACOMPANHAMENTO DO RISCO**

- **AÇÕES SUGERIDAS:** Acompanhar a movimentação do processo até a aprovação do termo de referência, apresentando respostas imediatas às eventuais desconformidades apontadas.

- **UNIDADE RESPONSÁVEL:** Demandante e equipe de planejamento.

**ii. FASE DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

**A.1. IDENTIFICAÇÃO DE EVENTOS DE RISCO**

- **RISCO:** Demora na conclusão do processo licitatório em face de impugnações ou recursos.
- **CAUSA:** A unidade de planejamento deixou de observar as atualizações da legislação e da jurisprudência, os modelos padronizados adotados pela instituição e os check-lists instituídos pelas unidades de análise técnica.
- **CONSEQUÊNCIA:** Possibilidade de atraso para o início da execução do objeto.

**- NÍVEL DE RISCO:**

- ( x ) BAIXO  
( ) MÉDIO  
( ) ALTO

**A.2. TRATAMENTO DO RISCO**

- **RESPOSTA AO RISCO IDENTIFICADO:** Elaboração do planejamento da contratação considerando contratações anteriores e soluções atualizadas similares em outros órgãos; Definição dos critérios com respaldo na jurisprudência atualizada dos órgãos de controle.

- **UNIDADE RESPONSÁVEL:** Equipe de planejamento da contratação

**A.3. ACOMPANHAMENTO DO RISCO**

- **AÇÕES SUGERIDAS:** Apoio técnico à equipe de licitação nas respostas às impugnações e recursos; Observância às recomendações da área jurídica.

- **UNIDADE RESPONSÁVEL:** Demandante, equipe de planejamento e pregoeiro.

**iii. FASE DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**A.1. IDENTIFICAÇÃO DE EVENTOS DE RISCO**

- **RISCO:** Atraso no início da execução; descumprimento parcial ou integral do objeto.
- **CAUSA:** A empresa contratada atrasa a emissão das apólices de seguro.
- **CONSEQUÊNCIA:** Frustração parcial ou total do objeto.

**- NÍVEL DE RISCO:**

- ( ) BAIXO  
( X ) MÉDIO  
( ) ALTO

**A.2. TRATAMENTO DO RISCO**

- **RESPOSTA AO RISCO IDENTIFICADO:** Realizar reunião inicial do contrato, reiterando as condições de execução explícitas na proposta e pontuando as demais condições para a boa execução do objeto, além de estabelecer canais de comunicação ágeis para atendimento das demandas.

- **UNIDADE RESPONSÁVEL:** Demandante e SAGC.

**A.3. ACOMPANHAMENTO DO RISCO**

- **AÇÕES SUGERIDAS:** Notificar formalmente a contratada a cada inconsistência observada durante a execução, e aplicar penalidades em caso de reincidências.

- **UNIDADE RESPONSÁVEL:** Fiscalização e SAGC.

**APÊNDICE VI DO TERMO DE REFERÊNCIA**

**Informação do Valor Estimado – ICVE**

**Valor estimado da contratação**

R\$ 52.356,20 (cinquenta e dois mil trezentos e cinquenta e seis reais e vinte centavos)



**PREGÃO ELETRÔNICO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ**

|   |   |
|---|---|
| <b>Forma de aquisição</b>   | ( x ) Pregão Eletrônico ou Concorrência.<br>( ) Outra.<br>( ) Aquisição direta:<br>( ) Inexigibilidade.<br>( ) Dispensa de licitação.   |
| <b>Classificação da contratação</b>                                   | ( ) obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores;<br>( x ) outros serviços e compras<br>( ) serviços com dedicação de mão de obra exclusiva;<br>( ) SOLUÇÕES DE TIC (Resolução CNJ nº 468/2022), quando aplicável.   |
| <b>Objeto</b>   | Serviço de seguro de veículos automotivos que integram a frota do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá  |
| <b>Servidor ou servidores responsáveis pela estimativa de preços:</b> | Servidor 1: Marcelle Ferreira, Lotação: APGA  |
| <b>Norma utilizada para a estimativa de preços</b>                    | ( x ) Instrução Normativa SG/ME nº 65, de 07 de julho de 2021.<br>( ) Outra norma/fonte/critério de pesquisa de preços ( <i>JUSTIFICAR</i> ):   |
| <b>Critérios:</b><br>(situações específicas de cada objeto)           | <b>A cotação de preços observou as condições comerciais praticadas, na forma do art. 4º da IN SG/ME nº 65/21?</b><br>( x ) <b>Sim.</b><br>( ) <b>Não.</b> Listar quais não foram e justificar. Pode haver alguma que não se aplica, se for o caso, identificar também:<br><b>Nota(s):</b><br><i>1. Condições: prazos e locais de entrega, instalação e montagem do bem ou execução do serviço, quantidade contratada, formas e prazos de pagamento, fretes, garantias exigidas e marcas e modelos, quando for o caso, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.</i><br><i>2. No caso de <b>previsão de matriz de alocação de riscos</b> entre o contratante e o contratado, o cálculo do valor estimado da contratação poderá considerar taxa de risco compatível com o objeto da contratação e os riscos atribuídos ao contratado, podendo ser utilizada a metodologia estabelecida no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia ou metodologia, desde que em harmonia com a Política de Gestão de Riscos adotada no âmbito da Justiça Eleitoral do Amapá.</i>   |
| <b>Parâmetros adotados na estimativa de preços</b>                    | <b>I - ASSINALAR quais parâmetros do art. 5º da IN SG/ME nº 65/21 foram utilizados:</b><br>( ) <b>Inciso I</b> - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Pannel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;<br>( x ) <b>Inciso II</b> - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;<br>( ) <b>Inciso III</b> - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;<br>( ) <b>Inciso IV</b> - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou<br>( ) <b>Inciso V</b> - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.<br><b>Nota(s):</b><br><i>1. Excepcionalmente, será admitido o preço estimado com base em orçamento fora do prazo estipulado neste inciso II, desde que devidamente justificado nos autos pelo agente responsável e observado o índice de atualização de preços correspondente.</i><br><i>2. Tratando-se de bens ou serviços para os quais, de forma justificada no processo, não foi possível estimar os preços com os parâmetros definidos acima, poderá a unidade simplificar sua estimativa inicial por outros meios idôneos, entre eles:</i><br>( ) último valor contratado pelo órgão, atualizado até a data da estimativa pelo critério previsto no contrato; não havendo, pelo índice setorial específico aplicável e, na falta desse, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA divulgado pelo IBGE;<br>( ) pesquisa em sites especializados ou de domínio amplo, devendo ser observadas nessa pesquisa as regras do Caderno de Logística para pesquisa de preços editado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia;<br>( ) consulta direta aos fornecedores potenciais, mesmo que por e-mail, WhatsApp, comprovada no processo, ou por telefone, neste caso caso certificadas no processo, no mínimo, as seguintes informações: nome do servidor que realizou a pesquisa; nome, número do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, praça da sede e o número do telefone da empresa pesquisada; nome do atendente e o valor obtido na pesquisa.<br><br><b>II - A cotação de preços priorizou os parâmetros definidos nos incisos I e II:</b><br>( ) Sim<br>( x ) Não ( <i>JUSTIFICAR</i> ): Foi utilizado o inciso II buscando-se contratações similares feitas pela Administração Pública e atualização dos preços. Não foram identificados preços baixo da média, e foram desconsiderados custos excessivamente acima da média. |





PREGÃO ELETRÔNICO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

|   |  |
|---|--|
|   | <p><b>III - Na pesquisa direta com fornecedores foram observados os requisitos listados no § 2º do art. 5º da IN SG/ME nº 65/21.</b></p> <p>( ) Sim, todos.</p> <p>( x ) Parcialmente ou não observado (JUSTIFICAR): Não houve pesquisa direta com fornecedores. A formação de preços foi fundamentada em pesquisas obtidas no Banco de Preços, resultado de licitações ocorridas em dezembro/2023, março/2024 e abril/2024. A frota do TRE/AP é composta por 24 (vinte e quatro) veículos <u>0857979</u> de pequeno, médio e grande porte, com modelos dos anos de 2013, 2014, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023 e 2024. Essas características foram observadas na atualização da média de preços. Observou-se aumento considerável dos valores de referência (57% cinquenta e sete por cento) quando comparados com a contratação anterior, cuja licitação foi realizada em 2019 com preço global de referência de R\$ 33.150,59 <u>0375215</u> para 30 (trinta) veículos, e valor original da contratação de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).</p> <p><b>IV - Nos casos específicos de DISPENSA e INEXIGIBILIDADE de licitação:</b></p> <p>( x ) N/A</p> <p><b>Foram observadas as regras do art. 5º da IN nº 65/2021?</b></p> <p>( ) Sim.</p> <p>( ) Não, adotado os seguintes critérios:</p> <p>( ) valores de contratações de objetos idênticos, comercializados pela futura contratada, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes, públicos ou privados, no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo;</p> <p>( ) Excepcionalmente, como a futura contratada não comercializou o objeto anteriormente, a justificativa de preço foi realizada com objetos semelhantes de mesma natureza, com as especificações técnicas que demonstram similaridade com o objeto pretendido. APONTAR QUAIS:</p> <p>( ) Caso não tenha utilizado a IN SG/ME nº 65/21 DESCREVER os critérios e parâmetros adotados na pesquisa de preços:</p> <p><u>Nota(s):</u></p> <p><b>1. CONTRATAÇÃO DE ITENS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TIC:</b> será admitido o preço estimado com base em orçamento fora do prazo estipulado neste inciso II, desde que devidamente justificado nos autos pelo agente responsável e observado o índice de atualização de preços correspondente.</p> <p><b>2. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS COM DEDICAÇÃO DE MÃO DE OBRA EXCLUSIVA:</b> na pesquisa de preço para obtenção do preço estimado relativo às contratações de prestação de serviços com regime de dedicação de mão de obra exclusiva, aplica-se o disposto na Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017 - e suas eventuais alterações ou nova regulamentação expedida pelo Poder Executivo, salvo disposição superveniente em contrário expedida pelo Conselho Nacional de Justiça ou pelo Tribunal Superior Eleitoral, de observância obrigatória por este Regional - observando, no que couber, as regras deste anexo.</p> |
| Metodologia para obtenção da estimativa de preços | <p><b>Art. 6º da IN SG/ME nº 65/21:</b></p> <p><b>I - INSERIR como ANEXO I desta Informação o QUADRO com os preços obtidos e as fontes pesquisadas, linkadas com o número dos eventos no SEI.</b></p> <p>( ) Não há grande variação entre os preços obtidos.</p> <p>( x ) Há grande variação entre os preços obtidos*.</p> <p><b>*Nesse caso: ANALISAR de forma crítica os preços coletados e descritos no referido Anexo I, em especial, quando houver grande variação entre os valores apresentados (§ 4º do art. 6º da IN SG/ME nº 65/21).</b></p> <p><b>a) foi acrescentado ou subtraído determinado percentual, de forma a aliar a atratividade do mercado e mitigar o risco de sobrepreço? (§ 2º do art. 6º da IN SG/ME nº 65/21):</b></p> <p>( x ) Não.</p> <p>( ) Sim, justificar:</p> <p><b>b) há valores inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados?</b></p> <p>( ) Não há valores com essas características.</p> <p>( x ) Sim; se forem desconsiderados, FUNDAMENTAR (§ 3º do art. 6º da IN SG/ME nº 65/21):<br/>Foram excluídos preços obtidos na pesquisa 3 que representaram acréscimos de 170%, 108% e 62% na média de preços observados para veículos da mesma categoria/ano.</p> <p><b>c) o preço estimado foi obtido com base única no inciso I do art. 5º (§ 6º do art. 6º da IN SG/ME nº 65/21):</b></p> <p>( x ) Não</p> <p>( ) sim e observou o limite representado pela mediana do item nos sistemas consultados.</p> <p><b>**Após os procedimentos acima, INSERIR COMO ANEXO II desta Informação NOVO QUADRO com os PREÇOS FINAIS ESTIMADOS para a licitação ou contratação direta, as fontes pesquisadas - linkadas com o número do evento no SEI - decorrentes da média, mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, OU de forma excepcional e justificada abaixo, em número menor, desde que aprovado pela autoridade competente (§ 4º do art. 6º da IN SG/ME nº 65/21):</b></p> <p>( ) N/A</p> <p><b>***Para esta contratação serão utilizados outros critérios ou métodos?</b> Caso positivo, deverão ser devidamente justificados pelos responsáveis da informação conclusiva sobre o valor estimado e aprovados pela autoridade competente (§ 1º do art. 6º da IN SG/ME nº 65/21):</p> <p>( ) N/A</p>   |



**PREGÃO ELETRÔNICO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ**

|                   |   |
|-------------------|---|
| <b>Publicação</b> | <p><b>Valor estimado é sigiloso:</b><br/>( x ) Não, PUBLICAR.<br/>( ) Sim. Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, salvo na hipótese de contratação cujo critério de julgamento for por maior desconto (art. 24 da Lei nº 14.133/2021).<br/>JUSTIFICATIVA:<br/>...<br/>( ) Sim, hipóteses de informações cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado (art. 13 da Lei 14.133/2021 e § 1º do art. 7º da Lei n. 12.527/2011). JUSTIFICATIVA:<br/>...<br/><b>Nota(s):</b><br/><b>I. Ainda que se trate de preço com divulgação restrita na fase de planejamento e da seleção do fornecedor, a publicação dos dados deste formulário ocorrerá após a finalização da contratação.</b></p> |
|-------------------|---|

**ANEXO I - PREÇOS OBTIDOS NA PESQUISA**

| GRUPO I | tipo                              | quantidade | ano       | pesquisa 1 <a href="#">0843802</a> e 4 <a href="#">0858771</a> | pesquisa 2 <a href="#">0843803</a> | pesquisa 3 <a href="#">0846085</a> | MÉDIA        |               |
|---------|-----------------------------------|------------|-----------|--|------------------------------------|------------------------------------|--------------|---------------|
|         | Automóvel pequeno porte           | 5          | 2018      | R\$ 1.178,18   | R\$ 1.122,69                       | R\$ 2.089,33                       | R\$ 1.463,40 | R\$ 7.317,00  |
|         |                                   | 3          | 2020/2021 | R\$ 1.718,18   | R\$ 1.209,84                       |                                    | R\$ 1.464,01 | R\$ 4.392,03  |
|         | Automóvel médio porte             | 2          | 2018      | R\$ 2.075,97   | R\$ 2.402,40                       | <b>R\$ 6.500,00</b>                | R\$ 3.659,46 | R\$ 7.318,91  |
|         |                                   | 4          | 2019/2020 |  |                                    | <b>R\$ 6.500,00</b>                | R\$ 6.500,00 | R\$ 26.000,00 |
|         |                                   | 2          | 2021/2022 | R\$ 2.037,80   |                                    |                                    | R\$ 2.037,80 | R\$ 4.075,60  |
|         |                                   | 2          | 2022/2023 |  | R\$ 2.402,40                       | <b>R\$ 5.000,00</b>                | R\$ 3.701,20 | R\$ 7.402,40  |
|         |                                   | 3          | 2023/2024 |  | R\$ 2.402,40                       | R\$ 3.669,64                       | R\$ 3.036,02 | R\$ 9.108,06  |
|         | Automóvel grande porte (caminhão) | 1          | 2014      | R\$ 3.453,67   | R\$ 3.511,20                       | <b>R\$ 5.670,82</b>                | R\$ 4.211,90 | R\$ 4.211,90  |
|         | Automóvel grande porte (van)      | 1          | 2020      | R\$ 2.946,80   | R\$ 2.085,44                       |                                    | R\$ 2.516,12 | R\$ 2.516,12  |
|         | Ônibus personalizado              | 1          | 2013      | R\$ 2.261,13   |                                    | R\$ 5.800,00                       | R\$ 4.030,57 | R\$ 4.030,57  |
|         |                                   |            |           |  |                                    |                                    |              |               |
|         |                                   | 24         |           |  |                                    |                                    |              | R\$ 76.372,59 |

**ANEXO II - PREÇOS CONSIDERADOS PARA A ESTIMATIVA FINAL**

| GRUPO I | tipo                              | quantidade | ano       | pesquisa 1 <a href="#">0843802</a> e 4 <a href="#">0858771</a> | pesquisa 2 <a href="#">0843803</a> | pesquisa 3 <a href="#">0846085</a> | MÉDIA AJUSTADA | TOTAL AJUSTADO |
|---------|-----------------------------------|------------|-----------|--|------------------------------------|------------------------------------|----------------|----------------|
|         | Automóvel pequeno porte           | 5          | 2018      | R\$ 1.178,18   | R\$ 1.122,69                       | R\$ 2.089,33                       | R\$ 1.463,40   | R\$ 7.317,00   |
|         |                                   | 3          | 2020/2021 | R\$ 1.718,18   | R\$ 1.209,84                       |                                    | R\$ 1.464,01   | R\$ 4.392,03   |
|         | Automóvel médio porte             | 2          | 2018      | R\$ 2.075,97   | R\$ 2.402,40                       | <b>R\$ 6.500,00</b>                | R\$ 2.239,19   | R\$ 4.478,37   |
|         |                                   | 4          | 2019/2020 |  |                                    | <b>R\$ 6.500,00</b>                | R\$ 2.037,80   | R\$ 8.151,20   |
|         |                                   | 2          | 2021/2022 | R\$ 2.037,80   |                                    |                                    | R\$ 2.037,80   | R\$ 4.075,60   |
|         |                                   | 2          | 2022/2023 |  | R\$ 2.402,40                       | <b>R\$ 5.000,00</b>                | R\$ 2.402,40   | R\$ 4.804,80   |
|         |                                   | 3          | 2023/2024 |  | R\$ 2.402,40                       | R\$ 3.669,64                       | R\$ 3.036,02   | R\$ 9.108,06   |
|         | Automóvel grande porte (caminhão) | 1          | 2014      | R\$ 3.453,67   | R\$ 3.511,20                       | <b>R\$ 5.670,82</b>                | R\$ 3.482,44   | R\$ 3.482,44   |
|         | Automóvel grande porte (van)      | 1          | 2020      | R\$ 2.946,80   | R\$ 2.085,44                       |                                    | R\$ 2.516,12   | R\$ 2.516,12   |
|         | Ônibus personalizado              | 1          | 2013      | R\$ 2.261,13   |                                    | R\$ 5.800,00                       | R\$ 4.030,57   | R\$ 4.030,57   |
|         |                                   |            |           |  |                                    |                                    |                |                |
|         |                                   | 24         |           |  |                                    |                                    |                | R\$ 52.356,18  |



PREGÃO ELETRÔNICO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

Concluídos os procedimentos acima, encaminho a Informação Conclusiva sobre o Valor Estimado da Contratação acompanhada dos comprovantes de Cotação de Preços, Pesquisa de Mercado e demais fontes de consultas de composição do valor estimado, nos termos registrados neste formulário, bem como o ETP e TR/PB para apreciação e aprovação pela autoridade competente.

ANEXO II

(minuta) CONTRATO nº \_\_\_\_ / 2024

Contrato de prestação de serviços, que entre si fazem o Tribunal Regional Eleitoral do Amapá e a Empresa-----.

**CONTRATANTE:** A União, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ**, com sede na Av. Mendonça Júnior, 1502, Centro, Macapá-AP, CEP 68.900-914, inscrito no CNPJ nº 34.927.343/0001-18, representado pelo senhor **FRANCISCO VALENTIM MAIA**, CPF nº xxx.651.522-xx, no uso de suas atribuições legais.

**CONTRATADA:** A empresa\_\_, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº \_\_, estabelecida na Cidade de Macapá (AP), Rua \_\_, CEP \_\_, Telefones comerciais \_\_, e-mail \_\_, representada legalmente pelo Sr \_\_, portador do CPF nº \_\_.

Tendo em vista o que consta no **PA SEI nº 0001943-81.2024.6.03.8000**, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2024**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)**

**1.1** O objeto do presente instrumento é a **serviços de SEGURO DE VEÍCULOS AUTOMOTIVOS que integram a frota do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá**, nos termos da tabela abaixo, e nas condições estabelecidas no Termo de Referência (Anexo II).

**1.2** Objeto da contratação:

| GRUPO | ITEM | MARCA / MODELO VEÍCULO            | ANO/MOD   | PLACA   | BÔNUS VIGENTE* | SETOR               | TIPO                     |
|-------|------|-----------------------------------|-----------|---------|----------------|---------------------|--------------------------|
| 1     | 1    | NISSAN - FRONTIER                 | 2019/2020 | QLS2F69 | 4              | SEDE – PRESIDÊNCIA  | VEÍCULO DE REPRESENTAÇÃO |
|       | 2    | NISSAN - FRONTIER                 | 2019/2020 | QLS2F70 | 4              | SEDE – CORREGEDORIA | VEÍCULO DE REPRESENTAÇÃO |
|       | 3    | MITSUBISHI - TRITON L200 GLX      | 2018/2018 | QLP7622 | 6              | SEDE - TRANSPORTE   | VEÍCULO DE SERVIÇO       |
|       | 4    | MITSUBISHI - TRITON L200 GLX      | 2018/2018 | QLP7623 | 6              | SEDE - TRANSPORTE   | VEÍCULO DE SERVIÇO       |
|       | 5    | MITSUBISHI - TRITON L200 SPORT GL | 2019/2020 | QLR9979 | 4              | SEDE - TRANSPORTE   | VEÍCULO DE SERVIÇO       |
|       | 6    | MITSUBISHI - TRITON L200 SPORT GL | 2019/2020 | QLR9981 | 4              | SEDE - TRANSPORTE   | VEÍCULO DE SERVIÇO       |
|       | 7    | RENAULT / LOGAN EXP 1.6 SE        | 2018/2018 | QLP7772 | 6              | SEDE - TRANSPORTE   | VEÍCULO DE SERVIÇO       |
|       | 8    | RENAULT / LOGAN EXP 1.6 SE        | 2018/2018 | QLP7773 | 6              | SEDE - TRANSPORTE   | VEÍCULO DE SERVIÇO       |
|       | 9    | RENAULT / LOGAN ZEN 1.6 SE        | 2020/2021 | QLT2F83 | 10             | SEDE - TRANSPORTE   | VEÍCULO DE SERVIÇO       |
|       | 10   | RENAULT / LOGAN ZEN 1.6 SE        | 2020/2021 | QLT2F84 | 10             | SEDE - TRANSPORTE   | VEÍCULO DE SERVIÇO       |
|       | 11   | RENAULT / LOGAN ZEN 1.6 SE        | 2020/2021 | QLT2G29 | 8              | SEDE - TRANSPORTE   | VEÍCULO DE SERVIÇO       |
|       | 12   | RENAULT / MASTER - VAN            | 2020/2020 | QLR2D39 | 10             | SEDE - TRANSPORTE   | VEÍCULO DE SERVIÇO       |
|       | 13   | MERCEDES / CAMINHÃO BAÚ           | 2014/2014 | QLN3056 | 8              | SEDE - TRANSPORTE   | VEÍCULO DE SERVIÇO       |
|       | 14   | MERCEDES / ÔNIBUS                 | 2013/2013 | OQS9428 | 1              | SEDE - TRANSPORTE   | VEÍCULO DE SERVIÇO       |
|       | 15   | NISSAN - FRONTIER ATK             | 2023/2024 | SAM1E56 | 10             | 1ª ZONA             | VEÍCULO DE SERVIÇO       |
|       | 16   | RENAULT / LOGAN                   | 2018/2018 | QLP7620 | 6              | 2ª ZONA             | VEÍCULO DE SERVIÇO       |
|       | 17   | NISSAN / FRONTIER                 | 2022/2023 | QLT7C71 | 10             | 4ª ZONA             | VEÍCULO DE SERVIÇO       |
|       | 18   | NISSAN - FRONTIER ATK             | 2023/2024 | SAM1E57 | 10             | 5ª ZONA             | VEÍCULO DE SERVIÇO       |
|       | 19   | RENAULT / LOGAN                   | 2018/2018 | QLP7618 | 6              | 6ª ZONA             | VEÍCULO DE SERVIÇO       |
|       | 20   | MITSUBISHI / TRITON L200 SPORT GL | 2021/2022 | QLT9A78 | 10             | 7ª ZONA             | VEÍCULO DE SERVIÇO       |
|       | 21   | NISSAN / FRONTIER                 | 2022/2023 | QLT7C93 | 10             | 8ª ZONA             | VEÍCULO DE SERVIÇO       |



**PREGÃO ELETRÔNICO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ**

|  |    |                                   |           |         |    |          |                    |
|--|----|-----------------------------------|-----------|---------|----|----------|--------------------|
|  | 22 | RENAULT / LOGAN                   | 2018/2018 | QLP7621 | 5  | 10ª ZONA | VEÍCULO DE SERVIÇO |
|  | 23 | NISSAN - FRONTIER ATK             | 2023/2024 | SAM1E58 | 10 | 11ª ZONA | VEÍCULO DE SERVIÇO |
|  | 24 | MITSUBISHI / TRITON L200 SPORT GL | 2021/2022 | QLT9A79 | 10 | 12ª ZONA | VEÍCULO DE SERVIÇO |

1.3. Durante a vigência do contrato é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato (Art. 48, parágrafo único, da Lei 14133/21).

1.4. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.4.1 O Termo de Referência (Anexo II);

1.4.2 O Edital da Licitação;

1.4.3 A Proposta do contratado;

1.4.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO (arts. 106 e 107)**

2.1 O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano contado a partir da assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, e sua eficácia está condicionada à divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma do art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3 O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5 Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6 O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

**CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato (Anexo II).

**CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

**CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)**

5.1 O valor global estimado para a contratação é de R\$ 00,00 (reais), conforme tabela abaixo:

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

| GRUPO | ITEM | MARCA / MODELO VEÍCULO            | ANO/MOD   | PLACA   | BÔNUS VIGENTE* | SETOR               | TIPO                     | VALOR UNITÁRIO DO PRÊMIO ESTIMADO (R\$) |
|-------|------|-----------------------------------|-----------|---------|----------------|---------------------|--------------------------|---|
| 1     | 1    | NISSAN - FRONTIER                 | 2019/2020 | QLS2F69 | 4              | SEDE – PRESIDÊNCIA  | VEÍCULO DE REPRESENTAÇÃO |   |
|       | 2    | NISSAN - FRONTIER                 | 2019/2020 | QLS2F70 | 4              | SEDE – CORREGEDORIA | VEÍCULO DE REPRESENTAÇÃO |   |
|       | 3    | MITSUBISHI - TRITON L200 GLX      | 2018/2018 | QLP7622 | 6              | SEDE - TRANSPORTE   | VEÍCULO DE SERVIÇO       |   |
|       | 4    | MITSUBISHI - TRITON L200 GLX      | 2018/2018 | QLP7623 | 6              | SEDE - TRANSPORTE   | VEÍCULO DE SERVIÇO       |   |
|       | 5    | MITSUBISHI - TRITON L200 SPORT GL | 2019/2020 | QLR9979 | 4              | SEDE - TRANSPORTE   | VEÍCULO DE SERVIÇO       |   |



**PREGÃO ELETRÔNICO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ**

|                       |                                      |           |         |    |                      |                    |  |
|-----------------------|--------------------------------------|-----------|---------|----|----------------------|--------------------|--|
| 6                     | mitsubishi - triton<br>L200 SPORT GL | 2019/2020 | QLR9981 | 4  | SEDE -<br>TRANSPORTE | VEÍCULO DE SERVIÇO |  |
| 7                     | RENAULT / LOGAN EXP<br>1.6 SE        | 2018/2018 | QLP7772 | 6  | SEDE -<br>TRANSPORTE | VEÍCULO DE SERVIÇO |  |
| 8                     | RENAULT / LOGAN EXP<br>1.6 SE        | 2018/2018 | QLP7773 | 6  | SEDE -<br>TRANSPORTE | VEÍCULO DE SERVIÇO |  |
| 9                     | RENAULT / LOGAN ZEN<br>1.6 SE        | 2020/2021 | QLT2F83 | 10 | SEDE -<br>TRANSPORTE | VEÍCULO DE SERVIÇO |  |
| 10                    | RENAULT / LOGAN ZEN<br>1.6 SE        | 2020/2021 | QLT2F84 | 10 | SEDE -<br>TRANSPORTE | VEÍCULO DE SERVIÇO |  |
| 11                    | RENAULT / LOGAN ZEN<br>1.6 SE        | 2020/2021 | QLT2G29 | 8  | SEDE -<br>TRANSPORTE | VEÍCULO DE SERVIÇO |  |
| 12                    | RENAULT / MASTER -<br>VAN            | 2020/2020 | QLR2D39 | 10 | SEDE -<br>TRANSPORTE | VEÍCULO DE SERVIÇO |  |
| 13                    | MERCEDES /<br>CAMINHÃO BAÚ           | 2014/2014 | QLN3056 | 8  | SEDE -<br>TRANSPORTE | VEÍCULO DE SERVIÇO |  |
| 14                    | MERCEDES / ÔNIBUS                    | 2013/2013 | OQS9428 | 1  | SEDE -<br>TRANSPORTE | VEÍCULO DE SERVIÇO |  |
| 15                    | NISSAN - FRONTIER ATK                | 2023/2024 | SAM1E56 | 10 | 1ª ZONA              | VEÍCULO DE SERVIÇO |  |
| 16                    | RENAULT / LOGAN                      | 2018/2018 | QLP7620 | 6  | 2ª ZONA              | VEÍCULO DE SERVIÇO |  |
| 17                    | NISSAN / FRONTIER                    | 2022/2023 | QLT7C71 | 10 | 4ª ZONA              | VEÍCULO DE SERVIÇO |  |
| 18                    | NISSAN - FRONTIER ATK                | 2023/2024 | SAM1E57 | 10 | 5ª ZONA              | VEÍCULO DE SERVIÇO |  |
| 19                    | RENAULT / LOGAN                      | 2018/2018 | QLP7618 | 6  | 6ª ZONA              | VEÍCULO DE SERVIÇO |  |
| 20                    | mitsubishi / triton<br>L200 SPORT GL | 2021/2022 | QLT9A78 | 10 | 7ª ZONA              | VEÍCULO DE SERVIÇO |  |
| 21                    | NISSAN / FRONTIER                    | 2022/2023 | QLT7C93 | 10 | 8ª ZONA              | VEÍCULO DE SERVIÇO |  |
| 22                    | RENAULT / LOGAN                      | 2018/2018 | QLP7621 | 5  | 10ª ZONA             | VEÍCULO DE SERVIÇO |  |
| 23                    | NISSAN - FRONTIER ATK                | 2023/2024 | SAM1E58 | 10 | 11ª ZONA             | VEÍCULO DE SERVIÇO |  |
| 24                    | mitsubishi / triton<br>L200 SPORT GL | 2021/2022 | QLT9A79 | 10 | 12ª ZONA             | VEÍCULO DE SERVIÇO |  |
| TOTAL DO GRUPO 1      |                                      |           |         |    |                      |                    |  |
| VALOR GLOBAL ESTIMADO |                                      |           |         |    |                      |                    |  |

\* Bônus informados na apólice de seguro vigente no período de julho de 2023 a julho de 2024.

**CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

6.1 O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato (Anexo II).

**CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE (art. 92, V)**

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado constante do termo de referência assinado pela autoridade competente.

7.1.1. A periodicidade anual de que trata este item será contada a partir data do orçamento a que a proposta se referir;

7.1.2 A data do último reajuste contratual passará a ser contada como marco inicial para os reajustes seguintes, respeitado o interregno mínimo de 1 (um) ano.

7.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8 O reajuste será realizado por apostilamento.



**PREGÃO ELETRÔNICO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ**

**CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

- 8.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Contrato;
- 8.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.5 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.6 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência (Anexo II);
- 8.7 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.8 Não praticar atos de ingerência na administração do contratado, tais como (art. 48 da Lei nº 14.133/2021):
- 8.8.1 indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
  - 8.8.2 fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo contratado;
  - 8.8.3 estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do contratado;
  - 8.8.4 definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
  - 8.8.5 demandar a funcionário do contratado a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;
  - 8.8.6 prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado.
- 8.9 Cientificar o órgão de representação judicial da Administração para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.10 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.11 A Administração terá o prazo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.12 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de **30 (trinta) dias**.
- 8.13 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 8.14 Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.15 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

- 9.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas, **além das previstas no termo de referência** (Anexo II):
- 9.2 Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.
- 9.3 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.4 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.5 Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 9.6 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.7 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.8 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.9 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.10 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 9.11 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 9.12 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 9.13 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.





## PREGÃO ELETRÔNICO

### TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

- 9.14 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 9.15 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.16 Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 9.17 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.18 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.19 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
- 9.20 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
- 9.21 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.22 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.23 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 9.24. Apresentar no momento da liquidação/pagamento da despesa pelo CONTRATANTE, certidões de regularidade fiscal junto ao INSS, FGTS e CNDT válidas, sob pena de aplicação de penalidade prevista na tabela constante do item 12.2, da Cláusula Décima Segunda.
- 9.25 Em atendimento ao disposto nos artigo 92, inciso XVI da Lei 14.133/21, a contratada deverá manter durante toda execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta, caso contrário estará sujeita as penalidades previstas na Legislação citada, bem como na Cláusula Décima Segunda, deste Contrato, no que couber, sem prejuízo da rescisão do contrato a critério da Administração.
- 9.26. Assinar junto com o contrato, o Termo de Responsabilidade e Confidencialidade (Anexo I), apresentando-os, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da solicitação pelo fiscal, sob pena de aplicação de penalidade prevista na tabela constante do item 12.2, da Cláusula Décima Segunda.

#### OUTRAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 9.27 Executar os serviços em conformidade com todos os prazos e condições estabelecidos neste instrumento.
- 9.28 Entregar a Apólice de Seguro, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da aceitação da “Proposta da Seguradora” (art. 2º, § 2º, da Circular SUSEP nº 251/2004).
- 9.29 Pagar ao Segurado a indenização, em caso de sinistro, em, no máximo, 10 (dez) dias úteis após o recebimento, pela seguradora, da documentação necessária à sua liberação.
- 9.30 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência do contratante.
- 9.31 Manter durante a execução do Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.
- 9.32. A licitante vencedora será responsável por todo e qualquer dano pessoal ou material causados aos bens pertencentes ao TRE-AP, quando resultantes de ação ou omissão, negligência, imprudência ou imperícia dos seus empregados ou prepostos, bem como reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato, quando constatados vícios, defeitos ou incorreções resultantes da má execução dos serviços.
- 9.33 Para endosso de inclusão, exclusão, ou de correção de dados como placa de veículos, classe de bônus, entre outros, a contratada disporá de 10 (dez) dias para apresentar proposta, a contar do recebimento do pedido expresso pelo contratante, e 5 (cinco) dias para efetivar o endosso, a contar da autorização do contratante.
- 9.34 A contratada terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar quanto a pedidos de informação relativos ao objeto encaminhados pela fiscalização do contratante.

#### 9.35 TERMO DE RESPONSABILIDADE E CONFIDENCIALIDADE

- 9.35.1 A contratada deverá assinar junto com o contrato, o Termo de Responsabilidade e Confidencialidade (Anexo I), apresentando-os, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da solicitação pelo fiscal;

#### CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 10.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 10.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 10.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 10.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 10.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 10.6 É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 10.7 O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 10.8 O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 10.9 O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.



**PREGÃO ELETRÔNICO**

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ**

**10.10** Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

**10.10.1** Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

**10.11** O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

**10.12** Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)**

**11.1.** Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

**12.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**12.2.** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem 12.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem 12.1, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**d) Multa:**

d.1) Moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

d.1.1) O atraso superior a 15 (quinze) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

d.2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 10% a 25% do valor do Contrato.

d.3) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 26% a 30% do valor do Contrato.

d.4) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 20% a 30% do valor do item/fatura/parcela inadimplida.

d.5) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 10% a 19% do valor do item/fatura/parcela inadimplida.

d.6) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 6% a 9% do valor do item/fatura/parcela inadimplida, ressalvadas as seguintes infrações para as quais a Administração aplicará multas conforme a graduação estabelecida nas seguintes tabelas:

| GRAU | CORRESPONDÊNCIA – VALOR DO ITEM/FATURA/PARCELA INADIMPLIDA |
|------|--|
| 1    | 0,5%   |
| 2    | 1%   |
| 3    | 2%   |
| 4    | 3%   |
| 5    | 4%   |
| 6    | 5%   |

Tabela 10 - Multa (Grau X Correspondência - Valor do item/fatura/parcela inadimplida)

| ITEM | DESCRIÇÃO   | GRAU                  | INCIDÊNCIA   |
|------|---|-----------------------|--|
| 1    | Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequência letais.  | 6                     | Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão da contratação |
| 2    | Destruir ou danificar documentos / equipamentos/instalações do CONTRATANTE, por culpa ou dolo de seus agentes.  | 5 (culpa)<br>6 (dolo) | Por ocorrência, sem prejuízo da reparação do dano                        |
| 3    | Infringir a Política de Segurança da Informação do TRE-AP e suas normas correlatas (Resolução TREAP nº 570/2022 ou Resolução TRE-AP nº 571/2022), que dispõe sobre a Política Geral de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do TRE-AP, e suas normas correlatas, ou Descumprir as obrigações contidas na Cláusula Décima. | 5                     | Por ocorrência   |
| 4    | Retirar das dependências do CONTRATANTE quaisquer equipamentos ou materiais de consumo sem autorização prévia do responsável.   | 6                     | Por ocorrência   |



**PREGÃO ELETRÔNICO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ**

|   |  |   |   |
|---|--|---|---|
| 5 | Causar atraso ou embaraço na execução do serviço | 5 | Por dia, limitado a 30% do valor da Ordem de Serviço e sem prejuízo da possibilidade de rescisão contratual |
| 6 | Reincidir em atos penalizados com advertência.   | 4 | Por ocorrência  |

**PARA OS ITENS A SEGUIR, DEIXAR DE:**

|    |   |   |  |
|----|---|---|--|
| 7  | Apresentar a nota fiscal para atesto do gestor do contrato, no prazo definido no contrato.  | 1 | Por dia de atraso, limitada a incidência a 10 (dez) dias.                |
| 8  | Comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade referente à execução dos serviços;   | 3 | Por ocorrência   |
| 9  | Apresentar os esclarecimentos formais solicitados pela fiscalização para sanar as inconsistências, dúvidas, ou dar prosseguimento nos desdobramentos do contrato, como aditivos, acréscimos, exclusões. | 2 | Por dia de atraso, limitada a incidência a 10 (dez) dias                 |
| 10 | <b>Manter as condições de habilitação durante a contratação, conforme item 9.25 da Cláusula Nona;<br/>E, ainda, cumprir a obrigação constante nos itens 9.24 e 9.26, da Cláusula Nona.</b>              | 5 | Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão da contratação |

Tabela 11 - Multa (Grau X Incidência)

**12.3.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

**12.4.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**12.4.1.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**12.5.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**12.6.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**12.7.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**12.8.** Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**12.9.** Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

**12.10.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**12.11.** O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**12.12.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

**12.13.** Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

**13.1** O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

**13.2** O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

**13.2.1** A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

**13.2.2** Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

**13.3** O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**13.3.1** Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.



## PREGÃO ELETRÔNICO

### TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

**13.3.2** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**13.3.3** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**13.4** O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

**13.4.1** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**13.4.2** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**13.4.3** Indenizações e multas.

**13.5** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

**13.6** O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do contratante e à aplicação das penalidades cabíveis.

**13.7** O contratante poderá conceder prazo para que o contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

**13.8** Quando da extinção, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo contratado das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

**13.9** Até que o contratado comprove o disposto no item anterior, o contratante reterá:

**13.9.1** a garantia contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria (art. 121, § 3º, I, e art. 139, III, b, da Lei nº 14.133/2021); e

**13.9.2** os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

**13.10** Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 15 (quinze) dias, o contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao contratado (art. 121, §3º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

**13.11** O contratante poderá ainda:

**13.11.1** nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo contratado, reter a garantia prestada a ser executada (art. 139, III, "c", da Lei nº 14.133/2021), conforme legislação que rege a matéria; e

**13.11.2** nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do contratado decorrentes do contrato.

**13.12** O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

**14.1** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

**14.2** O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**14.3** As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

**14.4** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, III)

**15.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

**15.2.** A contratação será atendida pela seguinte dotação: Gestão/Unidade: Coordenadoria de Serviços Gerais. Exercício 2024. Despesa agregada: **JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA NA JUSTIÇA ELEITORAL. SEGURO DE VEÍCULOS 20GP.**

**15.3** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante nota de empenho.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

**16.1** Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – APLICAÇÃO DA TEORIA DA IMPREVISÃO

**17.1** Não será cobrada multa da Contratada pelo descumprimento do prazo contratual, atrasos no cronograma e consequentes prejuízos, se forem comprovados fatos supervenientes impossíveis de evitá-los, provenientes de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou da Contratante, no que couber, tais como:

a) Incêndios, explosões, desmoronamentos e catástrofes climáticas.

b) Epidemias.

c) Greves e convulsões político-sociais.

d) Interrupção dos meios normais de transportes de que dependa a execução do objeto contratado.

e) Falta de energia elétrica ou de suprimento de água necessárias à execução do objeto contratado.

f) Chuvas excepcionais ou excessivas.

g) Falta de elementos técnicos para o início ou o prosseguimento dos serviços, quando o seu fornecimento dependa da Contratante.

h) Atrasos na efetivação de medidas que permitam tornar os locais de trabalho livres e desembaraçados de qualquer ônus que impeça ou dificulte a execução do objeto contratado.



**PREGÃO ELETRÔNICO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ**

i) Ordem escrita da Contratante para paralisar ou restringir o andamento dos serviços.

j) Imposições legais posteriores à celebração deste Contrato.

k) Outras ocorrências que se enquadram no Código Civil Brasileiro.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Os motivos imprevistos ou previstos, porém de consequências incalculáveis, quando ocorrerem, deverão ser comunicados, imediatamente, pela Contratada à Contratante.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO**

**18.1** Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO (art. 92, §1º)**

**19.1** É eleito o Foro da Justiça Federal no Amapá, Seção Judiciária de Macapá, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

E, para firmeza, como prova de haverem, entre si, ajustado e contratado, depois de lido e achado conforme, é firmado o presente Contrato pelas partes, dele sendo extraídas as cópias necessárias para a sua publicação e execução.

**ANEXO I DO CONTRATO**  
**TERMO DE RESPONSABILIDADE E CONFIDENCIALIDADE**  
**Política de Segurança da Informação do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá**

Eu, \_\_\_\_\_, inscrito(a) sob RG nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, representante da empresa \_\_\_\_\_, estabelecida no endereço \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF com o n.º \_\_\_\_\_, em razão da execução das atividades previstas do Contrato TRE/AP nº \_\_\_\_\_, firmo o presente TERMO DE RESPONSABILIDADE E CONFIDENCIALIDADE, mediante as estipulações consignadas neste instrumento:

1. O subscritor declara expressamente por este ato, ter conhecimento e ciência:

1.1. Da Política de Segurança da Informação e Comunicação do TRE-AP, constante da Resolução TRE-AP nº 570/2022, disponível em <https://www.tre-ap.ius.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/governanca-de-tecnologia-da-informacao-e-comunicacao/politicas-normas-e-processos>, podendo ser solicitada à Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) ou de Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) do TRE/AP, em caso de indisponibilidade técnica pela internet, assumindo inteira responsabilidade em dar ciência da norma a seu(s) colaborador(es) e prezar pelo cumprimento da mesma, no que couber;

1.2. Da Política Geral de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do TRE-AP, constante da Resolução TRE-AP nº 571/2022, disponível em <https://www.tre-ap.ius.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/governanca-de-tecnologia-da-informacao-e-comunicacao/politicas-normas-e-processos>, podendo ser solicitada à Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) ou de Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) do TRE/AP, em caso de indisponibilidade técnica pela internet, assumindo inteira responsabilidade em dar ciência da norma a seu(s) colaborador(es) e prezar pelo cumprimento da mesma, no que couber;

1.3. De que todos os acessos efetuados, trabalhos desenvolvidos, informações manipuladas, arquivos, conteúdos, conexões, acesso remoto, mensagens eletrônicas e acesso à internet, podem ser verificados e auditados pelos colaboradores efetivos do TRE-AP com atribuição para tal, a qualquer momento, independente de aviso prévio, podendo ainda revogar as autorizações que lhe tenham sido concedidas;

1.4. De que todos os ambientes físicos e lógicos do TRE-AP são monitorados para garantir a proteção e guarda das informações e dos Recursos de Tecnologia de Informação e Comunicação;

1.5. De que não deve publicar ou divulgar, por quaisquer meio, segredos ou informações sigilosas que forem acessadas, obtidas ou geradas em decorrência do exercício do cargo ou dos serviços contratados, sem permissão prévia e por escrito do TRE-AP, sendo obrigado a ressarcir as perdas e danos experimentados pelo TRE-AP, sem prejuízo das penalidades administrativas, civis e criminais previstas em lei. Esse compromisso permanecerá inclusive após o término ou rescisão do vínculo;

1.6. De que quaisquer violações à Política de Segurança, Normas e procedimentos correlatos são passíveis de penalidades administrativas, sem prejuízo de ações legais cabíveis.

2. Este Termo tem natureza irrevogável e irretratável, vigorando a partir da data de sua assinatura.

E por estar de acordo com o inteiro teor deste Termo, o assina nesta data, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

\_\_\_\_\_, [DIA] de [MÊS] de [ANO].

\_\_\_\_\_  
ASSINATURA DO XX

**ANEXO II DO CONTRATO**



**PREGÃO ELETRÔNICO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei nº 14.133/2021).**

1.1. CONTRATAÇÃO de **SERVIÇOS** de seguro de veículos automotivos que integram a frota do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá, relacionados na tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

| GRUPO | ITEM | MARCA / MODELO VEÍCULO            | ANO/MOD   | PLACA   | BÔNUS VIGENTE* | SETOR               | TIPO                     |
|-------|------|-----------------------------------|-----------|---------|----------------|---------------------|--------------------------|
| 1     | 1    | NISSAN - FRONTIER                 | 2019/2020 | QLS2F69 | 4              | SEDE – PRESIDÊNCIA  | VEÍCULO DE REPRESENTAÇÃO |
|       | 2    | NISSAN - FRONTIER                 | 2019/2020 | QLS2F70 | 4              | SEDE – CORREGEDORIA | VEÍCULO DE REPRESENTAÇÃO |
|       | 3    | MITSUBISHI - TRITON L200 GLX      | 2018/2018 | QLP7622 | 6              | SEDE - TRANSPORTE   | VEÍCULO DE SERVIÇO       |
|       | 4    | MITSUBISHI - TRITON L200 GLX      | 2018/2018 | QLP7623 | 6              | SEDE - TRANSPORTE   | VEÍCULO DE SERVIÇO       |
|       | 5    | MITSUBISHI - TRITON L200 SPORT GL | 2019/2020 | QLR9979 | 4              | SEDE - TRANSPORTE   | VEÍCULO DE SERVIÇO       |
|       | 6    | MITSUBISHI - TRITON L200 SPORT GL | 2019/2020 | QLR9981 | 4              | SEDE - TRANSPORTE   | VEÍCULO DE SERVIÇO       |
|       | 7    | RENAULT / LOGAN EXP 1.6 SE        | 2018/2018 | QLP7772 | 6              | SEDE - TRANSPORTE   | VEÍCULO DE SERVIÇO       |
|       | 8    | RENAULT / LOGAN EXP 1.6 SE        | 2018/2018 | QLP7773 | 6              | SEDE - TRANSPORTE   | VEÍCULO DE SERVIÇO       |
|       | 9    | RENAULT / LOGAN ZEN 1.6 SE        | 2020/2021 | QLT2F83 | 10             | SEDE - TRANSPORTE   | VEÍCULO DE SERVIÇO       |
|       | 10   | RENAULT / LOGAN ZEN 1.6 SE        | 2020/2021 | QLT2F84 | 10             | SEDE - TRANSPORTE   | VEÍCULO DE SERVIÇO       |
|       | 11   | RENAULT / LOGAN ZEN 1.6 SE        | 2020/2021 | QLT2G29 | 8              | SEDE - TRANSPORTE   | VEÍCULO DE SERVIÇO       |
|       | 12   | RENAULT / MASTER - VAN            | 2020/2020 | QLR2D39 | 10             | SEDE - TRANSPORTE   | VEÍCULO DE SERVIÇO       |
|       | 13   | MERCEDES / CAMINHÃO BAÚ           | 2014/2014 | QLN3056 | 8              | SEDE - TRANSPORTE   | VEÍCULO DE SERVIÇO       |
|       | 14   | MERCEDES / ÔNIBUS                 | 2013/2013 | OQS9428 | 1              | SEDE - TRANSPORTE   | VEÍCULO DE SERVIÇO       |
|       | 15   | NISSAN - FRONTIER ATK             | 2023/2024 | SAM1E56 | 10             | 1ª ZONA             | VEÍCULO DE SERVIÇO       |
|       | 16   | RENAULT / LOGAN                   | 2018/2018 | QLP7620 | 6              | 2ª ZONA             | VEÍCULO DE SERVIÇO       |
|       | 17   | NISSAN / FRONTIER                 | 2022/2023 | QLT7C71 | 10             | 4ª ZONA             | VEÍCULO DE SERVIÇO       |
|       | 18   | NISSAN - FRONTIER ATK             | 2023/2024 | SAM1E57 | 10             | 5ª ZONA             | VEÍCULO DE SERVIÇO       |
|       | 19   | RENAULT / LOGAN                   | 2018/2018 | QLP7618 | 6              | 6ª ZONA             | VEÍCULO DE SERVIÇO       |
|       | 20   | MITSUBISHI / TRITON L200 SPORT GL | 2021/2022 | QLT9A78 | 10             | 7ª ZONA             | VEÍCULO DE SERVIÇO       |
|       | 21   | NISSAN / FRONTIER                 | 2022/2023 | QLT7C93 | 10             | 8ª ZONA             | VEÍCULO DE SERVIÇO       |
|       | 22   | RENAULT / LOGAN                   | 2018/2018 | QLP7621 | 5              | 10ª ZONA            | VEÍCULO DE SERVIÇO       |
|       | 23   | NISSAN - FRONTIER ATK             | 2023/2024 | SAM1E58 | 10             | 11ª ZONA            | VEÍCULO DE SERVIÇO       |
|       | 24   | MITSUBISHI / TRITON L200 SPORT GL | 2021/2022 | QLT9A79 | 10             | 12ª ZONA            | VEÍCULO DE SERVIÇO       |

\* Bônus informados na apólice de seguro vigente no período de julho de 2023 a julho de 2024.





## PREGÃO ELETRÔNICO

### TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

- 1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante no item 13 do Estudo Técnico Preliminar (Apêndice II).
- 1.3. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano contado a partir da assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, e sua eficácia está condicionada à divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma do art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.4. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que a necessidade do serviço não é pontual uma vez que se estende para mais de um exercício, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o item 13 do Estudo Técnico Preliminar;
- 1.5. Os veículos que compõem a frota do TRE/AP encontram-se na sede do TRE/AP e Cartórios Eleitorais, cujos endereços constam do item 5.7.
- 1.6. Durante a vigência do contrato é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato (Art. 48, parágrafo único, da Lei 14133/21).
- 1.7. O custo estimado total da contratação é de R\$ 52.356,20 (cinquenta e dois mil trezentos e cinquenta e seis reais e vinte centavos), conforme custos unitários apostos na Informação Conclusiva do Valor Estimado - ICVE.
- 1.8. O valor do contrato poderá ser reajustado anualmente, adotando-se a variação do índice IPCA/IBGE para o período;
- 1.9. A periodicidade anual de que trata o subitem 1.8 será contada a partir data do orçamento a que a proposta se referir;
- 1.10. A data do último reajuste contratual passará a ser contada como marco inicial para os reajustes seguintes, respeitado o interregno mínimo de 1 (um) ano;

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021).**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea "c", da Lei nº 14.133/2021).**

### **3.1. COBERTURAS:**

- 3.1.1. Colisão, incêndio e roubo/furto (casco): valor de mercado, tabela FIPE (ou Molicar em caso de inexistência da informação na tabela FIPE);
- 3.1.2. Responsabilidade civil por danos materiais a terceiros: R\$ 100.000,00 (cem mil reais);
- 3.1.3. Responsabilidade civil por danos pessoais a terceiros: R\$ 100.000,00 (cem mil reais);
- 3.1.4. Acidentes pessoais por passageiros/morte – APP: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);
- 3.1.5. Acidentes pessoais por passageiros/invalidez total ou parcial – APP: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);
- 3.1.6. Danos aos vidros;
- 3.1.7. Franquia: normal, sendo que o licitante poderá estipular franquias diferenciadas, contudo, estas não poderão onerar o valor normal do prêmio.

3.2. A franquia não será objeto de classificação das propostas;

### **3.3. ESPECIFICAÇÕES:**

A apólice de seguro dos veículos automotores deverá atender os seguintes itens:

- 3.3.1. Roubo ou furto total, assim como os danos causados por tentativas de roubo ou furto;
- 3.3.2. Colisão com veículos, pessoas ou animais, abalroamento e capotamento envolvendo direta ou indiretamente o bem segurado;
- 3.3.3. Incêndio e explosão, inclusive os causados por atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros;
- 3.3.4. Queda em precipícios ou pontes;
- 3.3.5. Queda de agentes externos sobre o veículo;
- 3.3.6. Acidente durante o transporte do veículo por meio apropriado;
- 3.3.7. Submersão total ou parcial proveniente de enchentes ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo;
- 3.3.8. Cobertura de vidros, retrovisores, lentes e faróis;
- 3.3.9. Acidente envolvendo o veículo segurado com outros veículos, dentro de suas dependências;
- 3.3.10. Acessórios não referentes a som e imagem, exceto os originais de fábrica;
- 3.3.11. Danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros, excluídas indenizações por danos materiais ou pessoais causados a terceiros;
- 3.3.12. Atos involuntários praticados por terceiros;
- 3.3.13. Danos causados a pintura por acidente ou por atos de terceiros;
- 3.3.14. Danos causados aos pneus, em caso de acidentes;
- 3.3.15. Danos causados a terceiros, Responsabilidade Civil Facultativa – RCF;
- 3.3.16. Acidentes Pessoais por Passageiros – APP;
- 3.3.17. Assistência de emergência 24 (vinte e quatro) horas para veículos, passageiros e motoristas, incluindo guincho e reboque ILIMITADO em caso de panes ou acidentes, e coberturas de vidros;
- 3.3.17.1. A assistência 24 horas deverá abranger todo o Estado do Amapá, inclusive para remoção dos veículos do local onde se encontrarem até a sede do Tribunal ou oficina credenciada; e chaveiro.
- 3.3.18. Cobertura do veículo (casco) 100% da tabela FIPE (ou Molicar em caso de inexistência da informação na tabela FIPE), do valor referência.
- 3.3.19. Tratando-se de sinistro envolvendo veículos zero quilômetro, o valor será determinado com base no valor do veículo novo, por um prazo não inferior a 90 (noventa) dias a contar da data de seu recebimento pelo TRE/AP, independentemente da quilometragem rodada no período.
- 3.3.19.1. Entende-se por valor de veículo novo, o valor do veículo zero quilômetro constante da tabela de referência quando da liquidação do sinistro.

### **3.4. RESPONSABILIDADE CIVIL:**

- 3.4.1. A cobertura deverá assegurar o conserto de danos materiais dos veículos abaixo descritos.
- 3.4.2. Deverá assegurar: os danos materiais causados a terceiros, os danos pessoais causados a terceiros, e acidentes pessoais de passageiros, como morte e/ou invalidez, conforme proposta.

### **3.5. AVISO DE SINISTRO**

- 3.5.1. A contratada deverá colocar à disposição do contratante, 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante 7 (sete) dias da semana, central de comunicação para aviso de sinistro.



## PREGÃO ELETRÔNICO

### TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

3.5.2. A central poderá funcionar por e-mail, telefone ou serviço on line, com acessibilidade em todo o território nacional.

3.5.3. Após registro de sinistro, por um dos meios acima elencados, a contratada terá, no máximo 5 (cinco) dias, a contar da data do registro, para realizar a vistoria no veículo e proceder à liberação do serviço a ser executado.

3.5.4. Havendo necessidade de reboque, a contratada deverá atender em um prazo máximo de 3 (três) horas após o aviso de sinistro.

#### 3.6. APÓLICE:

3.6.1. A apólice de veículos automotores (GRUPO 1) terá vigência a partir de 13/11/2024 e duração de 12 (doze) meses, prorrogável em conformidade com o item 1.3 de Termo de Referência;

3.6.2. O custo, por apólice, a ser pago pelo TRE-AP deverá estar incluso no valor proposto pela seguradora, discriminadamente no corpo da planilha de formação de custos fornecida pela seguradora. Esse custo deverá ser pago uma única vez;

3.6.3. O mesmo prazo valerá para emissão de 2ª via, emissão de apólice por endosso ou para correção de dados, como placa de veículos, classe de bônus etc., a contar de pedido expresso pela Seção de Transportes do TRE/AP ou pela gestão de contratos.

3.6.4. A emissão deverá resultar em uma única apólice, que ocorrerá por meio eletrônico, não gerando custo para a Contratante.

3.6.5. Deverá constar na apólice:

a) Identificação e descrição de cada veículo com suas devidas especificações.

b) Indicação da tabela de referência e da tabela substituta e seus respectivos veículos de publicação.

c) Indicação do fator de ajuste em percentual a ser utilizado, de 100%.

d) Prêmios discriminados por cobertura.

e) Bônus, quando houver.

f) Franquia aplicável.

3.6.6. A apólice deverá ser disponibilizada para a contratante, em meios eletrônicos e com assinatura eletrônica válida, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar do recebimento da nota de empenho.

3.6.6.1. Após a disponibilização da referida apólice a contratante terá o prazo de 10 (dez) dias para verificação da sua conformidade e posterior confirmação de validade.

3.6.7. Para a inclusão por endosso ou para correção de dados, como placa de veículos, classe de bônus, entre outros, a contratada disporá de 10 (dez) dias a contar do recebimento do pedido expresso do contratante.

3.6.8. O fato de a seguradora deixar de disponibilizar a apólice no prazo estipulado não invalida a aplicação, dentro do prazo e termos previstos nesta contratação, da cobertura deste serviço em ocorrências de sinistros e/ou problemas correlatos bem como a aplicação das penas previstas em lei pelo referido atraso

#### 3.7. BÔNUS:

3.7.1. A licitante vencedora, independente de ser ou não a atual contratada, deverá observar os bônus já existentes nas atuais apólices, consoante relação de veículos no item 14, elevando, em mais 01 (um), a bonificação para o período da vigência das apólices;

3.7.2. Na ocorrência de sinistro, a empresa poderá diminuir a bonificação em menos 01 (um), de acordo com informações constantes no item 14 e os bônus atualizados com a nova contratação.

3.7.3. Em caso de prorrogação do contrato, a bonificação será aumentada em 1 (um) para cada veículo sem ocorrência de sinistro.

#### 3.8. GUARDA, UTILIZAÇÃO E RASTREAMENTO DOS VEÍCULOS:

3.8.1. Os veículos automotores são conduzidos por motoristas/condutores terceirizados/requisitados – todos com habilitação categoria “D” e habilitação náutica – e servidores habilitados – maiores de 21 anos de idade -, e enquanto no TRE/AP e Zonas Eleitorais, permanecem recolhidos em estacionamento privativo e fechado.

3.8.2. Todos os veículos constantes no item 14 são rastreados e monitorados eletronicamente via satélite GPS/GPRS/SATELITAL.

#### 3.9. SALVADOS

3.9.1. Uma vez paga a indenização integral, os salvados passam a ser de inteira responsabilidade da seguradora.

3.9.2. É de inteira responsabilidade da seguradora contratada providenciar a transferência dos salvados e o devido encerramento de registro em nome da contratada junto aos órgãos pertinentes.

#### 3.10. INCLUSÃO E SUBSTITUIÇÃO

3.10.1. Havendo a necessidade de inclusão ou substituição de veículos durante o período da vigência da apólice, a contratada deverá fornecer previamente, no prazo de 10 (dez) dias orçamento que contemple o valor do prêmio total referente a cada veículo a ser incluso, considerando para isso a proporcionalidade dos valores ofertados no certame que originou a contratação.

3.10.2. Em caso de veículos a serem substituídos, cujo valor do prêmio for menor que o prêmio anteriormente contratado, a seguradora deverá realizar a devolução da diferença do prêmio, calculada proporcionalmente ao período a decorrer.

3.10.3. A devolução poderá ser realizada, preferencialmente, mediante compensação em caso de exclusão e inclusão de veículos, ou mediante pagamento de GRU, devendo a empresa enviar comprovante de quitação ao contratante.

3.10.4. O contratante poderá comparar o orçamento apresentado previamente com, pelo menos, 2 (dois) outros orçamentos, a fim de confirmar a inclusão. O mesmo procedimento poderá ser adotado para efeito de substituição de veículos, ficando a contratada obrigada a aceitar a menor proposta apresentada, caso o seu orçamento não seja o de menor valor.

#### 3.11. EXCLUSÃO

3.11.1. Havendo a necessidade, durante o período de vigência da apólice, de exclusão de veículos, a contratada deverá calcular pela aritmética simples, o valor total a ser devolvido à Administração Pública, mediante a fórmula:

$X \div 12 = Y$  e  $Y \times Z = VT$ , onde:

X = Valor anual do prêmio por veículo

12 = número total de meses da apólice

Y = Valor mensal do prêmio por veículo

Z = Número de meses restantes para o término da apólice

VT = Valor total a ser devolvido à Administração Pública

3.11.2. O valor de Z, número de meses restantes para o término da apólice, será obtido considerando a data a partir da comunicação realizada pelo contratante à contratada. Essa comunicação poderá ser realizada por meio de correspondência eletrônica com confirmação de entrega e recebimento.

3.11.3. Considera-se mês, para efeito deste cálculo, período superior a 15 (quinze) dias.

3.11.4. A devolução, encontrada no resultado de VT, deverá ser realizada conforme o item 3.11.3.



**PREGÃO ELETRÔNICO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ**

**4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea "d", da Lei nº 14.133/21).**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Os serviços deverão ser executados em conformidade com as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, em especial as contidas no art. 6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, no que couber.

4.1.2. Deverão ser observadas na prestação do serviço os programas de sustentabilidade do órgão que visa promover ações com o foco ambiental, econômico e social, e com seu Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos que visa reduzir a geração de resíduos por meio de ações as quais devem fazer parte do cotidiano de todos.

4.1.3. A contratada deverá considerar, preferencialmente, os critérios e práticas sustentáveis abaixo listadas:

4.1.3.1. Ter substituído suas apólices de papel enviadas aos segurados por um kit totalmente digital;

4.1.3.2. Disponibilizar preferencialmente cartão eletrônico ao invés de emitir os antigos cartões de PVC;

4.1.3.3. Credenciar oficinas que realizem o descarte sustentável e responsável de peças e resíduos.

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto.

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21 porque não há complexidade no objeto e nem risco de prejuízos iminentes em razão de eventual inadimplemento do contratado, que demandem a prestação de garantia da execução;

4.4. O Contratado deverá realizar a transição contratual com disponibilizando as informações relativas ao objeto solicitadas.

**4.5. LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO**

4.5.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, 32º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

4.5.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#)

4.5.3. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) o prazo de validade;

b) a data da emissão;

c) os dados do contrato e do órgão contratante;

d) o período respectivo de execução do contrato;

e) o valor a pagar; e

f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

4.5.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

4.5.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

4.5.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

4.5.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

4.5.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

4.5.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

4.5.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

**Prazo de pagamento**

4.5.11. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

4.5.12. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice oficial IPCA/IBGE de correção monetária.

**Forma de pagamento**

4.5.13. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

4.5.14. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária.

4.5.15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**4.6. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

4.6.1. Responsabilizar-se pela lavratura do respectivo contrato, com base nas disposições em vigor;

4.6.2. Fornecer à contratada todas as informações necessárias visando propiciar a perfeita execução dos serviços;

4.6.3. Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear o contrato;

4.6.4. Efetuar o pagamento à contratada de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas neste instrumento e na proposta final da licitante;

4.6.5. Realizar o acompanhamento e a fiscalização do contrato.

**4.7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

4.7.1. Executar os serviços em conformidade com todos os prazos e condições estabelecidos neste instrumento;



## PREGÃO ELETRÔNICO

### TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

- 4.7.2. Entregar a Apólice de Seguro, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da aceitação da “Proposta da Seguradora” (art. 2º, § 2º, da Circular SUSEP nº 251/2004);
- 4.7.3. Pagar ao Segurado a indenização, em caso de sinistro, em, no máximo, 10 (dez) dias úteis após o recebimento, pela seguradora, da documentação necessária à sua liberação;
- 4.7.4. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência do contratante;
- 4.7.5. Manter durante a execução do Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.
- 4.7.6. A licitante vencedora será responsável por todo e qualquer dano pessoal ou material causados aos bens pertencentes ao TRE-AP, quando resultantes de ação ou omissão, negligência, imprudência ou imperícia dos seus empregados ou prepostos, bem como reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato, quando constatados vícios, defeitos ou incorreções resultantes da má execução dos serviços.
- 4.7.7. Para endosso de inclusão, exclusão, ou de correção de dados como placa de veículos, classe de bônus, entre outros, a contratada disporá de 10 (dez) dias para apresentar proposta, a contar do recebimento do pedido expresso pelo contratante, e 5 (cinco) dias para efetivar o endosso, a contar da autorização do contratante.
- 4.7.8. A contratada terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar quanto a pedidos de informação relativos ao objeto encaminhados pela fiscalização do contratante.

## 5. VISTORIA

- 5.1. A avaliação prévia dos veículos para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado poderá ser realizada pelo licitante interessado em cada local onde se encontram os veículos (sede do Tribunal e Cartórios Eleitorais) sendo assegurado, após solicitação expressa por e-mail [slic@tre-ap.jus.br](mailto:slic@tre-ap.jus.br), o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 13 horas às 18 horas na sede do TRE/AP e de 8 às 14 horas nos Cartórios Eleitorais.
- 5.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.
- 5.3. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.
- 5.4. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 5.5. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.
- 5.6. A falta de pedido expresso de vistoria pressupõe que o licitante conhece todas as condições da contratação pretendida descritas no edital.
- 5.7. Os veículos automotores estão situados no(s) seguinte(s) endereço(s), em garagens próprias, com monitoramento eletrônico:

| LOCAL   | ENDEREÇO   |
|---|--|
| Edifício Sede, Ampliação e Anexo I                    | Av. Mendonça Júnior, nº 1502, bairro Centro – Macapá/AP – CEP: 68.900-914 ( <a href="mailto:csg@tre-ap.jus.br">csg@tre-ap.jus.br</a> )                               |
| Casa da Cidadania                                     | Av. Mendonça Júnior, nº 1452, bairro Centro – Macapá/AP – CEP: 68.900-020 ( <a href="mailto:zona02@tre-ap.jus.br">zona02@tre-ap.jus.br</a> )                         |
| Cartório Eleitoral da 1ª ZE - Amapá                   | Rua Senador Lemos, S/N, bairro Centro – Amapá/AP – CEP: 68.950-000 ( <a href="mailto:zona01@tre-ap.jus.br">zona01@tre-ap.jus.br</a> )                                |
| Cartório Eleitoral da 4ª ZE - Oiapoque                | Av. Barão do Rio Branco, 151, bairro Centro - Oiapoque/AP – CEP: 68.980-000 ( <a href="mailto:zona04@tre-ap.jus.br">zona04@tre-ap.jus.br</a> )                       |
| Cartório Eleitoral da 5ª ZE - Mazagão                 | Av. Intendente Alfredo Pinto, S/N, bairro União – Mazagão/AP – CEP: 68.940-000 ( <a href="mailto:zona05@tre-ap.jus.br">zona05@tre-ap.jus.br</a> )                    |
| Cartório Eleitoral da 6ª ZE - Santana                 | Rua D-13, Quadra 17, S/N, Lote 2, Vila Amazonas – Santana/AP – CEP: 68.926-166 ( <a href="mailto:zona06@tre-ap.jus.br">zona06@tre-ap.jus.br</a> )                    |
| Cartório Eleitoral da 7ª ZE - Laranjal do Jari        | Av. Tancredo Neves, S/N, bairro Agreste – Laranjal do Jari/AP – CEP: 68.920-000 ( <a href="mailto:zona07@tre-ap.jus.br">zona07@tre-ap.jus.br</a> )                   |
| Cartório Eleitoral da 8ª ZE - Tartarugalzinho         | Rua Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, 1660, bairro Centro – Tartarugalzinho/AP – CEP: 68.990-000 ( <a href="mailto:zona08@tre-ap.jus.br">zona08@tre-ap.jus.br</a> ) |
| Cartório Eleitoral da 10ª ZE – zona norte – Macapá/AP | Av. Maria Cavalcante de Azevedo Picanço, S/N, bairro Infraero II - Macapá/AP – CEP: 68.908-076 ( <a href="mailto:zona10@tre-ap.jus.br">zona10@tre-ap.jus.br</a> )    |
| Cartório Eleitoral da 11ª ZE – Pedra Branca           | Rua Francisco Braz, S/N, bairro Centro – Pedra Branca do Amapari/AP – CEP: 68.945-000 ( <a href="mailto:zona11@tre-ap.jus.br">zona11@tre-ap.jus.br</a> )             |
| Cartório Eleitoral da 12ª ZE - Porto Grande           | Av. Manoel Bento Parente, 325, bairro Malvinas – Porto Grande/AP – CEP: 68.997-000 ( <a href="mailto:zona12@tre-ap.jus.br">zona12@tre-ap.jus.br</a> )                |

## 6. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e”, da Lei nº 14.133/2021).

- 6.1. A apólice deverá ser disponibilizada para a contratante, em meios eletrônicos e com assinatura eletrônica válida, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento pela contratada da nota de empenho.
- 6.2. A contratada deverá fornecer todo o suporte necessário e suficiente para a dinamização, atendimento e concretização dos vários feitos e etapas do seguro.
- 6.3. Assistências 24 horas com reboque ou transporte do veículo segurado, em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica, no local onde o veículo se encontrar.
- 6.4. A contratada deverá disponibilizar Central de Atendimento com funcionamento de 24h para atendimento imediato em casos de sinistro, possibilitando atendimento ao usuário e todas as providências necessárias à prestação dos serviços ora contratado, informando os números de telefone para contato.

## 7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21).

### 7.1. ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

- 7.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).
- 7.1.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).
- 7.1.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).



**PREGÃO ELETRÔNICO**

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ**

7.1.3.1. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

7.1.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

7.1.4. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato. (Lei nº 14.133/2021, art. 118).

7.1.4.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade (IN 5/2017, art. 44, §1º).

7.1.5. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

7.1.6. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

7.1.7. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

7.1.7.1 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

7.1.8. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

7.1.9. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §1º).

7.1.10. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial (presencial ou virtual) para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros (IN 5/2017, art. 44, §1º).

7.1.11. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

7.1.12. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

7.1.13. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

| ITEM       | COMPETÊNCIA MÊS/ANO. A nota fiscal emitida a partir do 1º dia útil do mês seguinte à prestação do serviço será instruída com documentos comprobatórios do mês anterior (ex. NF de fevereiro, emitida em março, e comprovantes referentes ao mês de janeiro) |            |                |            |                      |                   |
|------------|---|------------|----------------|------------|----------------------|-------------------|
| <b>I</b>   | <b>NOTAS FISCAIS</b>  | <b>SIM</b> | <b>PARCIAL</b> | <b>NÃO</b> | <b>NÃO SE APLICA</b> | <b>OBSERVAÇÃO</b> |
| 1          | A nota fiscal confere com o valor do contrato ou apostila?  |            |                |            |                      |                   |
| 2          | O CNPJ da contratada contido na NF é o mesmo que consta no contrato?  |            |                |            |                      |                   |
| 3          | A competência é a do mês de análise?  |            |                |            |                      |                   |
| 4          | O tomador é o TRE/AP?   |            |                |            |                      |                   |
| 5          | A descrição do serviço corresponde com o objeto do contrato?  |            |                |            |                      |                   |
| 6          | O número da chave de acesso da NF confirma a autenticidade do documento?  |            |                |            |                      |                   |
| <b>II</b>  | <b>ORDEM DE SERVIÇO / EXECUÇÃO</b>  | <b>SIM</b> | <b>PARCIAL</b> | <b>NÃO</b> | <b>NÃO SE APLICA</b> | <b>OBSERVAÇÃO</b> |
| 1          | Houve emissão e entrega de ordem de serviço - OS?   |            |                |            |                      |                   |
| 2          | O serviço foi executado / material entregue no prazo definido na OS?  |            |                |            |                      |                   |
| 3          | O serviço foi executado / material entregue na quantidade definida na OS?   |            |                |            |                      |                   |
| 4          | O serviço foi executado / material entregue com as características especificadas no edital e no contrato?   |            |                |            |                      |                   |
| 5          | Há garantia contratual vigente?   |            |                |            |                      |                   |
| <b>III</b> | <b>CERTIDÕES DE REGULARIDADE</b>  | <b>SIM</b> | <b>PARCIAL</b> | <b>NÃO</b> | <b>NÃO SE APLICA</b> | <b>OBSERVAÇÃO</b> |
| 1          | Consta certidão de regularidade com o FGTS?   |            |                |            |                      |                   |
| 2          | Consta certidão de regularidade trabalhista - CNDT?   |            |                |            |                      |                   |
| 3          | Consta certidão de regularidade com tributos federais?  |            |                |            |                      |                   |
| 4          | Consta certidão de regularidade com tributos estaduais?   |            |                |            |                      |                   |
| 5          | Consta certidão de regularidade com tributos municipais?  |            |                |            |                      |                   |
| <b>IV</b>  | <b>OUTRAS OCORRÊNCIAS</b>   | <b>SIM</b> | <b>PARCIAL</b> | <b>NÃO</b> | <b>NÃO SE APLICA</b> | <b>OBSERVAÇÃO</b> |
| 1          | As demandas foram atendidas em quantidade, qualidade e no prazo definidos pelo contrato, ou em prazo que o fiscal considere razoável?   |            |                |            |                      |                   |
| 2          | O solicitante/usuário está satisfeito com o resultado?  |            |                |            |                      |                   |

**7.2. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO**

7.2.1. A avaliação da execução do objeto utilizará a TABELA DE CRITÉRIOS DE ADEQUAÇÃO DO SERVIÇO À QUALIDADE ESPERADA para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou



**PREGÃO ELETRÔNICO****TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ**

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2.3. A utilização dos CRITÉRIOS DE ADEQUAÇÃO DO SERVIÇO À QUALIDADE ESPERADA não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.2.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

**CRITÉRIOS DE ADEQUAÇÃO DO SERVIÇO À QUALIDADE ESPERADA**

Os indicadores mínimos de desempenho para aferição da qualidade da prestação do serviço, são os seguintes:

| ITENS | ADEQUAÇÃO DO SERVIÇO À QUALIDADE ESPERADA - Contrato nº ____ / Contratada: ____ / MÊS: ____ / ANO: ____ |     |              |     |               |            |
|-------|---|-----|--------------|-----|---------------|------------|
|       | <b>ATIVIDADES RELEVANTES</b>  | SIM | PARCIALMENTE | NÃO | NÃO SE APLICA | OBSERVAÇÃO |
| 1     | Mantém canal de comunicação que viabiliza o recebimento das demandas no prazo definido pelo contrato    |     |              |     |               |            |
| 2     | Apresenta as certidões de regularidade fiscal exigidas no contrato (FGTS, Previdência Social, CNDT)     |     |              |     |               |            |
| 3     | Cumprir os prazos de apresentação de informações estabelecidos no contrato                              |     |              |     |               |            |
| 4     | Cumprir os prazos de emissão de apólice/endosso estabelecidos no contrato                               |     |              |     |               |            |
| 5     | Mantém central de comunicação 24 horas para comunicação de aviso de sinistros                           |     |              |     |               |            |
| 6     | Outros  |     |              |     |               |            |
|       | <b>TOTAL</b>  |     |              |     |               |            |
|       | <b>ATIVIDADES CRÍTICAS</b>  | SIM | PARCIALMENTE | NÃO | NÃO SE APLICA |            |
| 7     | Mantém a prestação do serviço / material disponível durante toda a vigência do contrato                 |     |              |     |               |            |
| 8     | Atende / responde às convocações da fiscalização quando demandado                                       |     |              |     |               |            |
| 9     | Outros  |     |              |     |               |            |
| 10    | Outros  |     |              |     |               |            |
|       | <b>TOTAL</b>  |     |              |     |               |            |
|       | <b>FATORES FORA DO CONTROLE DO PRESTADOR</b>  | SIM | PARCIALMENTE | NÃO | NÃO SE APLICA |            |
| 11    | Outros  |     |              |     |               |            |
|       | <b>TOTAL</b>  |     |              |     |               |            |

7.2.5. A avaliação de adequação do serviço à qualidade esperada deverá ser mensal, e anexada pela fiscalização junto com a certidão de prestação do serviço, para fins de pagamento da fatura.

7.2.6. Dentre os itens relacionados no tópico 7.5.3, somente os itens 1 a 10 serão considerados para adequar o pagamento à conformidade dos serviços prestados. Apenas para a justa adequação do pagamento, o item marcado como NÃO SE APLICA será considerado como SIM (ex: 6 itens SIM + 3 NÃO SE APLICA = pagamento de 100% da fatura, com 9 itens atendidos, conforme tabela a seguir):

| ITENS AVALIADOS | QUANTIDADE DE ITENS 'SIM' E 'NÃO SE APLICA' | ADEQUAÇÃO DO PAGAMENTO             |
|-----------------|---|------------------------------------|
| 1 a 10          | 9 a 10                                      | Pagamento de 100% da fatura mensal |
|                 | 5 a 8                                       | Pagamento de 98% da fatura mensal  |
|                 | 3 a 4                                       | Pagamento de 96% da fatura mensal  |
|                 | 0 a 2                                       | Pagamento de 95% da fatura mensal  |

7.2.7. Os itens de 1 a 10 com avaliação parcial ou negativa, deverão ser objeto de notificação à contratada, sem prejuízo das adequações de pagamento. As falhas injustificadas ou não sanadas serão passíveis de aplicação de penalidades e/ou rescisão contratual.

7.2.8. O item 11 do tópico 9.2.3.1 deve ser preenchido pela fiscalização (se ocorrer) mas não terá reflexo na adequação do pagamento. Serve apenas para registro do histórico de ocorrências que estão fora do controle do prestador, mas que podem interferir na adequada execução do contrato.

7.2.9. As adequações nos pagamentos estarão limitadas a uma faixa específica de tolerância, abaixo da qual o contratado se sujeitará ao redimensionamento do pagamento e às sanções legais, se for o caso.

7.2.10. O não atendimento das metas, por ínfima ou pequena diferença, a critério da fiscalização, poderá ser objeto apenas de notificação nas primeiras ocorrências, de modo a não comprometer a continuidade da contratação.

7.2.11. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.2.11.1. não produziu os resultados acordados;

7.2.11.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

7.2.11.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

**7.3. RECEBIMENTO**

7.3.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias úteis a partir do recebimento das apólices, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante certificação de recebimento do documento para verificação do cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.3.1.1. O contratante realizará verificação minuciosa de todas as informações contidas nas apólices, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.





## PREGÃO ELETRÔNICO

### TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

7.3.1.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.3.1.1.2. O contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.3.1.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.3.1.2. No prazo supracitado para o recebimento provisório, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

7.3.1.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.3.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo de 1 (um) dia, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3.3. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo as seguintes diretrizes:

7.3.3.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à contratada, por escrito, as respectivas correções;

7.3.3.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.3.3.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, *com base na TABELA DE CRITÉRIOS DE ADEQUAÇÃO DO SERVIÇO À QUALIDADE ESPERADA*.

7.3.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço global.

8.1.2. O desenvolvimento, pelo licitante, de ações de equidade entre mulheres e homens no ambiente de trabalho será critério de desempate em processos licitatórios, nos termos do disposto no inciso III e caput do art. 60 da Lei nº 14.133/2021 e Resolução CNJ nº 497, 2023, art. 8º.

8.1.2.1. Serão consideradas ações de equidade, respeitada a seguinte ordem:

I. medidas de inserção, de participação e de ascensão profissional igualitária entre mulheres e homens, incluída a proporção de mulheres em cargos de direção do licitante;

II. ações de promoção da igualdade de oportunidades e de tratamento entre mulheres e homens em matéria de emprego e ocupação;

III. igualdade de remuneração e paridade salarial entre mulheres e homens;

IV. práticas de prevenção e de enfrentamento do assédio moral e sexual;

V. programas destinados à equidade de gênero e de raça; e

VI. ações em saúde e segurança do trabalho que considerem as diferenças entre os gêneros.

8.2. Regime de execução:

O regime de execução do contrato será indireto, mediante empreitada por preço global.

8.3. Exigências de habilitação

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.3.1. Habilitação jurídica

**a) Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

**b) Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**c) Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**d) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIREL:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**e) Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**f) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

**g) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.**

8.3.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);



## PREGÃO ELETRÔNICO

### TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);
- e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Estadual/Distrital (se o objeto for fornecimento)* ou *Municipal/Distrital (se o objeto for serviço)* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda *Estadual/Distrital (se o objeto for fornecimento)* ou *Municipal/Distrital (se o objeto for serviço)* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- g) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *Estadual/Distrital* ou *Municipal/Distrital* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

#### 8.3.3. Qualificação Econômico-Financeira

- a) Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
- b) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II);
- c) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;
- d) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- e) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º);
- f) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- g) Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- h) Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.
- i) O atendimento dos índices econômicos previstos neste item, que não puderem ser demonstrados via verificação no SICAF, deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

#### 8.3.4. Qualificação Técnico-operacional

- a) Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- b) Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:
- b.1) Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 3 (três) anos na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os anos serem ininterruptos (art. 67, § 5º da Lei 14.133/2021);
- b.2) Comprovação que já executou contrato(s) com quantitativo de veículos de 50% (cinquenta por cento) da contratação pretendida (art. 67, §2º da Lei 14.133/2021);
- c) Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017, aplicável por força da IN SEGES/ME nº 98/2022.
- d) Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.
- e) O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.
- f) Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;
- g) Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.
- h) A apresentação de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitido, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

### 9. PRIVILÉGIOS LEGAIS ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - LICITAÇÕES EXCLUSIVAS PARA ME'S E EPP'S

Em atenção ao art. 48 da LC nº 123/2006 (alterado pela LC nº 147/2014), que determina a realização de processo licitatório destinado **EXCLUSIVAMENTE** à participação de ME's e EPP's nos itens de contratações cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), o objeto **NÃO** se enquadra no critério legal para participação exclusiva de ME's e EPP's, em razão do art. 3º, § 4º, VIII da referida LC nº 123/2006, que dispõe que:

§ 4º **Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado** previsto nesta Lei Complementar, incluído o regime de que trata o [art. 12 desta Lei Complementar](#), para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica:

VIII - **que exerça atividade de** banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, **de seguros privados** e de capitalização ou de previdência complementar;

### 10. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



**PREGÃO ELETRÔNICO**

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ**

10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem 10.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem 10.1, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

d) Multa:

d.1) Moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias ;

d.1.1) O atraso superior a 15 (quinze) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o [inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021](#).

d.2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 10.1, de 10% a 25% do valor do Contrato .

d.3) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 10.1, de 26% a 30% do valor do Contrato.

d.4) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 10.1, a multa será de 20% a 30% do valor do item/fatura/parcela inadimplida.

d.5) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 10.1, a multa será de 10% a 19% do valor do item/fatura/parcela inadimplida.

d.6) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 10.1, a multa será de 6% a 9% do valor do item/fatura/parcela inadimplida, ressalvadas as seguintes infrações para as quais a Administração aplicará multas conforme a graduação estabelecida nas seguintes tabelas:

| GRAU | CORRESPONDÊNCIA – VALOR DO ITEM/FATURA/PARCELA INADIMPLIDA |
|------|--|
| 1    | 0,5%   |
| 2    | 1%   |
| 3    | 2%   |
| 4    | 3%   |
| 5    | 4%   |
| 6    | 5%   |

Tabela 10 - Multa (Grau X Correspondência - Valor do item/fatura/parcela inadimplida)

| ITEM                                      | DESCRIÇÃO   | GRAU                  | INCIDÊNCIA  |
|---|---|-----------------------|---|
| 1   | Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequência letais.  | 6                     | Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão da contratação                                  |
| 2   | Destruir ou danificar documentos/equipamentos/instalações do CONTRATANTE, por culpa ou dolo de seus agentes.  | 5 (culpa)<br>6 (dolo) | Por ocorrência, sem prejuízo da reparação do dano   |
| 3   | Infringir a Política de Segurança da Informação do TRE-AP e suas normas correlatas (Resolução TREAP nº 570/2022 ou Resolução TRE-AP nº 571/2022, que dispõe sobre a Política Geral de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do TRE-AP, e suas normas correlatas, ou Descumprir as obrigações contidas no item 15 do Termo de Referência. | 5                     | Por ocorrência  |
| 4   | Retirar das dependências do CONTRATANTE quaisquer equipamentos ou materiais de consumo sem autorização prévia do responsável.   | 6                     | Por ocorrência  |
| 5   | Causar atraso ou embaraço na execução do serviço  | 5                     | Por dia, limitado a 30% do valor mensal do serviço e sem prejuízo da possibilidade de rescisão contratual |
| 6   | Reincidir em atos penalizados com advertência.  | 4                     | Por ocorrência  |
| <b>PARA OS ITENS A SEGUIR, DEIXAR DE:</b> |   |                       |   |
| 7   | Apresentar a nota fiscal para atesto do gestor do contrato no prazo definido no contrato  | 1                     | Por dia de atraso, limitada a incidência a 10 (dez) dias.   |
| 8   | Comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade referente à execução dos serviços;   | 3                     | Por ocorrência  |
| 9   | Apresentar os esclarecimentos formais solicitados pela fiscalização para sanar as inconsistências, dúvidas, ou dar prosseguimento nos desdobramentos do contrato, como aditivos, acréscimos, exclusões.   | 2                     | Por dia de atraso, limitada a incidência a 10 (dez) dias  |
| 10  | Manter as condições de habilitação durante a contratação.   | 5                     | Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão contratual                                      |

Tabela 11 - Multa (Grau X Incidência)

10.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

10.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.



**PREGÃO ELETRÔNICO**

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ**

10.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.8. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.9. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

10.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

10.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

**11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

11.1. O valor global estimado para a contratação é de R\$ 52.356,20 (cinquenta e dois mil trezentos e cinquenta e seis reais e vinte centavos)

11.2. O valor global contempla as parcelas do serviço descritas no quadro-resumo a seguir compostas pelos ITENS 1 e 2:

| GRUPO | ITEM | MARCA / MODELO VEÍCULO            | ANO/MOD   | PLACA   | BÔNUS VIGENTE* | SETOR               | TIPO                     | VALOR UNITÁRIO DO PRÊMIO ESTIMADO (R\$) |
|-------|------|-----------------------------------|-----------|---------|----------------|---------------------|--------------------------|---|
| 1     | 1    | NISSAN - FRONTIER                 | 2019/2020 | QLS2F69 | 4              | SEDE – PRESIDÊNCIA  | VEÍCULO DE REPRESENTAÇÃO | 2.037,80                                |
|       | 2    | NISSAN - FRONTIER                 | 2019/2020 | QLS2F70 | 4              | SEDE – CORREGEDORIA | VEÍCULO DE REPRESENTAÇÃO | 2.037,80                                |
|       | 3    | MITSUBISHI - TRITON L200 GLX      | 2018/2018 | QLP7622 | 6              | SEDE - TRANSPORTE   | VEÍCULO DE SERVIÇO       | 2.239,19                                |
|       | 4    | MITSUBISHI - TRITON L200 GLX      | 2018/2018 | QLP7623 | 6              | SEDE - TRANSPORTE   | VEÍCULO DE SERVIÇO       | 2.239,19                                |
|       | 5    | MITSUBISHI - TRITON L200 SPORT GL | 2019/2020 | QLR9979 | 4              | SEDE - TRANSPORTE   | VEÍCULO DE SERVIÇO       | 2.037,80                                |
|       | 6    | MITSUBISHI - TRITON L200 SPORT GL | 2019/2020 | QLR9981 | 4              | SEDE - TRANSPORTE   | VEÍCULO DE SERVIÇO       | 2.037,80                                |
|       | 7    | RENAULT / LOGAN EXP 1.6 SE        | 2018/2018 | QLP7772 | 6              | SEDE - TRANSPORTE   | VEÍCULO DE SERVIÇO       | 1.463,40                                |
|       | 8    | RENAULT / LOGAN EXP 1.6 SE        | 2018/2018 | QLP7773 | 6              | SEDE - TRANSPORTE   | VEÍCULO DE SERVIÇO       | 1.463,40                                |
|       | 9    | RENAULT / LOGAN ZEN 1.6 SE        | 2020/2021 | QLT2F83 | 10             | SEDE - TRANSPORTE   | VEÍCULO DE SERVIÇO       | 1.464,01                                |
|       | 10   | RENAULT / LOGAN ZEN 1.6 SE        | 2020/2021 | QLT2F84 | 10             | SEDE - TRANSPORTE   | VEÍCULO DE SERVIÇO       | 1.464,01                                |
|       | 11   | RENAULT / LOGAN ZEN 1.6 SE        | 2020/2021 | QLT2G29 | 8              | SEDE - TRANSPORTE   | VEÍCULO DE SERVIÇO       | 1.464,01                                |
|       | 12   | RENAULT / MASTER - VAN            | 2020/2020 | QLR2D39 | 10             | SEDE - TRANSPORTE   | VEÍCULO DE SERVIÇO       | 2.516,12                                |
|       | 13   | MERCEDES / CAMINHÃO BAÚ           | 2014/2014 | QLN3056 | 8              | SEDE - TRANSPORTE   | VEÍCULO DE SERVIÇO       | 3.482,44                                |
|       | 14   | MERCEDES / ÔNIBUS                 | 2013/2013 | OQS9428 | 1              | SEDE - TRANSPORTE   | VEÍCULO DE SERVIÇO       | 4.030,57                                |



**PREGÃO ELETRÔNICO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ**

|                       |                                   |           |         |    |          |                    |           |
|-----------------------|-----------------------------------|-----------|---------|----|----------|--------------------|-----------|
| 15                    | NISSAN - FRONTIER ATK             | 2023/2024 | SAM1E56 | 10 | 1ª ZONA  | VEÍCULO DE SERVIÇO | 3.036,02  |
| 16                    | RENAULT / LOGAN                   | 2018/2018 | QLP7620 | 6  | 2ª ZONA  | VEÍCULO DE SERVIÇO | 1.463,40  |
| 17                    | NISSAN / FRONTIER                 | 2022/2023 | QLT7C71 | 10 | 4ª ZONA  | VEÍCULO DE SERVIÇO | 2.402,40  |
| 18                    | NISSAN - FRONTIER ATK             | 2023/2024 | SAM1E57 | 10 | 5ª ZONA  | VEÍCULO DE SERVIÇO | 3.036,02  |
| 19                    | RENAULT / LOGAN                   | 2018/2018 | QLP7618 | 6  | 6ª ZONA  | VEÍCULO DE SERVIÇO | 1.463,40  |
| 20                    | MITSUBISHI / TRITON L200 SPORT GL | 2021/2022 | QLT9A78 | 10 | 7ª ZONA  | VEÍCULO DE SERVIÇO | 2.037,80  |
| 21                    | NISSAN / FRONTIER                 | 2022/2023 | QLT7C93 | 10 | 8ª ZONA  | VEÍCULO DE SERVIÇO | 2.402,40  |
| 22                    | RENAULT / LOGAN                   | 2018/2018 | QLP7621 | 5  | 10ª ZONA | VEÍCULO DE SERVIÇO | 1.463,40  |
| 23                    | NISSAN - FRONTIER ATK             | 2023/2024 | SAM1E58 | 10 | 11ª ZONA | VEÍCULO DE SERVIÇO | 3.036,02  |
| 24                    | MITSUBISHI / TRITON L200 SPORT GL | 2021/2022 | QLT9A79 | 10 | 12ª ZONA | VEÍCULO DE SERVIÇO | 2.037,80  |
| TOTAL DO GRUPO 1      |                                   |           |         |    |          |                    | 52.356,20 |
| VALOR GLOBAL ESTIMADO |                                   |           |         |    |          |                    | 52.356,20 |

\* **Bônus informados na apólice de seguro vigente no período de julho de 2023 a julho de 2024.**

11.3. A proposta deverá observar o modelo de proposta (APÊNDICE I) contendo a descrição das coberturas contempladas.

## 12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

A contratação será atendida pela seguinte dotação: Gestão/Unidade: Coordenadoria de Serviços Gerais. Exercício 2024. Despesa agregada: **JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA NA JUSTIÇA ELEITORAL. SEGURO DE VEÍCULOS 20GP.**

12.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante nota de empenho.

## 13. LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (Lei 13.709/2018)

13.1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

13.2. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

13.3. As partes responderão administrativa e judicialmente caso causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à Lei Geral de Proteção de Dados.

13.4. Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, o contratante, para a execução do serviço objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes da contratada, tais como números do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial, e cópia do documento de identificação.

13.5. A contratada declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo contratante.

13.6. A contratada fica obrigada a comunicar ao contratante em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

## 14. TERMO DE RESPONSABILIDADE E CONFIDENCIALIDADE

A contratada deverá assinar junto com o contrato, o Termo de Responsabilidade e Confidencialidade (Apêndice III), apresentando-os, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da solicitação pelo fiscal;

## 15. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Marcelle Ferreira - Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1, DE 21 FEVEREIRO DE 2024**

Dispõe sobre o procedimento de apuração de responsabilidade dos fornecedores que cometerem infrações administrativas no âmbito das contratações realizadas nos termos da Lei nº 14.133/2021, bem como a eventual aplicação de penalidades, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá (TRE/AP).



**O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ**, no uso das atribuições legais e regimentais;

**CONSIDERANDO** a necessidade de adequação do procedimento de apuração e aplicação de penalidades a licitantes fornecedoras participantes da dispensa eletrônica e contratadas pelo TRE/AP, à sistemática estabelecida pela Lei nº 14.133, de 1º/04/2021, novo marco legal das licitações e contratações públicas, que regulamenta o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal;

**CONSIDERANDO** o disposto no artigo 5º, inciso IV, da Lei nº 12.846, de 1º/08/2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira;

**CONSIDERANDO** o disposto na Lei nº 9.784, de 29/01/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal;

**CONSIDERANDO** o poder-dever da Administração de atuar visando a impedir ou minimizar os danos causados pelas licitantes, fornecedoras participantes da dispensa eletrônica e contratadas que descumprem suas obrigações; e

**CONSIDERANDO**, a finalidade das sanções administrativas nas contratações de reprová-la a conduta praticada pelo sancionado, desestimular a sua reincidência, bem como prevenir sua prática futura pelas demais licitantes, fornecedoras participantes da dispensa eletrônica e contratadas,

**CONSIDERANDO**, ainda, o que consta no procedimento administrativo SEI nº 0000563-23.2024.6.03.8000,

**RESOLVE:**

**CAPÍTULO I**  
**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** O procedimento de apuração e aplicação de penalidades decorrentes de descumprimento total ou parcial das regras estabelecidas em edital de licitação, aviso de dispensa eletrônica, contrato, termo de referência ou em projeto básico fica regulamentado por esta Instrução Normativa.



**Parágrafo único.** Equipara-se a contrato qualquer acordo firmado entre as partes, ainda que com outra denominação, que estabeleça obrigações de dar, fazer, entregar, entre outras admitidas em direito.

**Art. 2º** O processo destinado à apuração de responsabilidade e à aplicação de sanções observará os princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, transparência, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, eficiência, celeridade e formalismo moderado.

**Art. 3º** Para os fins desta Instrução Normativa, considera-se:

**I** – documentação: os documentos solicitados para fins de habilitação ou outros que não se enquadrem como detalhamento da proposta;

**II** – não manter a proposta: a ausência de seu envio, bem como a recusa do envio de seu detalhamento ou correção, quando exigível, ou ainda o pedido, pelo licitante ou participante da dispensa eletrônica, da desclassificação de sua proposta, quando encerrada a etapa competitiva, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento;

**III** – retardar a execução do objeto: qualquer ação ou omissão da licitante ou fornecedora participante da dispensa eletrônica que prejudique o bom andamento do certame, inclusive deixar de entregar a amostra no prazo assinalado no edital, termo de referência ou projeto básico, que evidencie tentativa de indução a erro no julgamento, ou que atrase a assinatura do contrato ou da ata de registro de preços;

**IV** – fraudar a licitação, a dispensa eletrônica ou a execução contratual: a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita, induzindo ou mantendo em erro a Administração Pública;

**V** – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, tais como a fraude ou frustração do caráter competitivo do procedimento licitatório ou da dispensa eletrônica, ação em conluio ou em desconformidade com a lei, indução deliberada a erro no julgamento, prestação falsa de informações, apresentação de documentação com informações inverídicas ou que contenha emenda ou rasura, destinados a prejudicar a veracidade de seu teor original; e

**VI** – praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação ou da dispensa eletrônica: a prática de atos tendentes a alterar o resultado do certame, impedir ou perturbar o regular prosseguimento do procedimento licitatório ou da dispensa eletrônica, por qualquer meio, a exemplo de atos de corrupção, oferecimento de qualquer vantagem, fraude, dissimulação, ocultação, falsificação, conluio, dentre outros, independentemente de se obter vantagem ou benefício indevido.

**Parágrafo único.** O mero equívoco na especificação do objeto não consiste na conduta prevista no inciso II deste artigo.

## **CAPÍTULO II**

### **DO PROCEDIMENTO SANCIONATÓRIO**

#### **Seção I**

##### **Das Sanções**

**Art. 4º** As contratadas que descumprirem total ou parcialmente os contratos celebrados com o TRE/AP, as licitantes que durante o procedimento licitatório e as fornecedoras participantes da dispensa eletrônica que tenham praticado eventuais condutas ilícitas ficarão sujeitas às seguintes penalidades, conforme definido em instrumento convocatório, contrato, termo de referência ou projeto básico:

**I** – advertência;

**II** – multa;

**III** – impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União;

**IV** – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos.

§ 1º A competência para aplicação das sanções caberá às autoridades citadas no artigo 12 desta Instrução Normativa, conforme o caso.

§ 2º A aplicação da sanção prevista no inciso IV será precedida de análise jurídica, observado, no que couber, o disposto nos incisos I e II do § 6º do artigo 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

§ 3º A aplicação das sanções previstas neste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**Art. 5º** Na aplicação das sanções, serão considerados:

**I** – a natureza e a gravidade da infração cometida;

**II** – as peculiaridades do caso concreto;

**III** – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**IV** – os danos que dela provierem para a Administração Pública;

**V** – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

### **Subseção I Da Multa**

**Art. 6º** A pena de multa, calculada na forma do ato convocatório ou do contrato, observará as seguintes diretrizes:

**I** – será imposta ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no § 1º do artigo 9º desta Instrução Normativa;

**II** – poderá ser cumulada com as sanções previstas nos incisos I, III e IV do artigo 4º desta Instrução Normativa;

**III** – não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato lícito ou celebrado com contratação direta, quando se tratar de inexecução total ou apresentação de documentação falsa ou declaração falsa durante a execução do contrato.

**IV** – não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor da fatura mensal ou medição do período correspondente à ocorrência, nos casos de inexecução parcial, atraso na execução ou na entrega do objeto.

**Art. 7º** O valor da multa aplicada será:

**I** – retido dos pagamentos devidos pela Administração;

**II** – pago por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU);

**III** – descontado do valor da garantia prestada;

**IV** – cobrado judicialmente.

§ 1º Excepcionalmente, desde que justificado pelo gestor do contrato no processo administrativo, o TRE/AP poderá, por precaução, efetuar a retenção do valor da multa presumida, em conformidade com o instrumento convocatório, Termo de Referência ou Projeto Básico, ou contrato, e instaurar de imediato o procedimento administrativo para apuração de responsabilidade por descumprimento, que deverá ter tramitação prioritária.

§ 2º Quando houver provimento da defesa prévia, do recurso ou na hipótese de a Administração reconsiderar, de ofício, a decisão que aplicar a penalidade, os valores retidos cautelarmente serão devolvidos ao interessado.

**Art. 8º** Como meio de conciliação, desde que não haja prejuízo ao erário ou que eventual dano tenha sido integralmente ressarcido, o TRE/AP poderá substituir a aplicação da pena de multa pela pena de advertência, em atendimento a pedido da contratada, na defesa prévia.

§ 1º A substituição prevista na cabeça deste artigo se sujeitará às seguintes condições:

**I** – enquadramento do descumprimento que ensejou a pena de multa como inexecução parcial do contrato que não justifique a imposição de penalidade mais grave;

**II** – será aplicada apenas uma única vez, ao longo da vigência da contratação;

**III** – manifestação favorável do gestor do contrato, fundamentada:

**a)** no histórico do relacionamento entre a contratada e o TRE/AP;

**b)** na descrição de elementos comprobatórios de que a substituição requerida atenderá ao interesse público;

**c)** na descrição de elementos comprobatórios de que o inadimplemento não causará prejuízo significativo ao prazo previsto para o cumprimento do objeto do contrato;

**IV** – assunção, pela contratada, em documento subscrito pelo preposto e pelo representante legal/convencional, do compromisso de que serão adotadas providências que assegurem:

**a)** o saneamento dos efeitos do inadimplemento identificado, em prazo a ser definido pela Secretaria de Administração;

**b)** a inoccorrência de outros inadimplementos.

§ 2º A substituição de que trata este artigo não se aplica às empresas licitantes e fornecedoras da dispensa eletrônica.

## **Subseção II**

### **Das Condutas Infracionais e Demais Sanções Administrativas**

**Art. 9º** As licitantes, fornecedoras participantes da dispensa eletrônica e contratadas do TRE/AP serão responsabilizadas administrativamente caso incorram nas infrações enumeradas no artigo 155 da Lei nº 14.133/2021, após regular procedimento de apuração.

§ 1º Sem prejuízo da multa eventualmente prevista no edital, aviso de dispensa eletrônica, contrato, termo de referência ou projeto básico, as infrações mencionadas na cabeça deste artigo ensejarão as seguintes sanções:

**I** – dar causa à inexecução parcial do contrato;

PENA: advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

**II** – dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

PENA: Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União pelo período de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

**III** – dar causa à inexecução total do contrato;

PENA: Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União pelo período de 1 (um) ano a 3 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

**IV** – deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

PENA: Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União pelo período de 1 mês a 6 meses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

**V** – não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

PENA: Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União pelo período de 2 (dois) meses a 1 (um) ano, quando não se justificara imposição de penalidade mais grave.

**VI** – não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

PENA: Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União pelo período de 3 (três) meses a 2 (dois) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

**VII** – ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

PENA: Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União pelo período de 3 (três) meses a 1 (um) ano e 6 (seis) meses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

**VIII** – apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

PENA: Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo período de 3 (três) a 6 (seis) anos;

**IX** – fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

PENA: Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo período de 3 (três) a 6 (seis) anos;

**X** – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

PENA: Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo período de 3 (três) a 6 (seis) anos;

**XI** - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

PENA: Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo período de 3 (três) a 6 (seis) anos;

**XII** - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**PENA:** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo período de 3 (três) a 6 (seis) anos.

§ 2º Nas condutas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do § 1º deste artigo, quando justificada a imposição de penalidade mais grave, será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 3º Quando a ação ou omissão ensejar a prática de mais de uma infração, será aplicada a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de 1/3 (um terço) até a metade, justificadamente, em decorrência da gravidade da conduta.

§ 4º A penalidade resultante da aplicação do § 3º deste artigo não poderá ser maior do que as penalidades consideradas cumulativamente.

§ 5º Às condutas praticadas durante o procedimento licitatório em que o valor estimado da contratação supere R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), poderá ser cumulativamente aplicada a penalidade de multa no percentual de 1% (um por cento) do valor estimado da licitação, desde que previsto no instrumento convocatório.

### **Subseção III Da Prescrição**

**Art. 10.** A prescrição da pretensão de aplicação das sanções previstas nesta Instrução Normativa ocorrerá em 5 (cinco) anos, inclusive em caso de infração permanente ou continuada, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

**I** – interrompida pela instauração do processo de responsabilização;

**II** – suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

**III** – suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

§ 1º O prazo da prescrição intercorrente, disposto no § 1º do artigo 1º da Lei nº 9.873/1999, se interromperá com o despacho ou julgamento do processo administrativo.

§ 2º O despacho ou julgamento do processo administrativo, na hipótese citada no § 2º deste artigo, afastará a inércia da Administração e importará em ato inequívoco de apuração do fato.

## **Seção II Do Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade**

### **Subseção I Da Autuação do Processo e Competências**

**Art. 11.** A autuação de processo administrativo de apuração de responsabilidade em relação às condutas sujeitas às penalidades previstas nos incisos I a IV do artigo 4º desta Instrução Normativa caberão:

**I** – ao Gestor ou Fiscal do contrato, conforme o caso, quando decorrente de descumprimento de obrigação legal ou contratual, ou de falha na execução do objeto contrato;

**II** – ao Pregoeiro, ao Agente de Contratação ou à Comissão de Contratação quando se tratar de condutas ilícitas praticadas pelos licitantes no curso dos procedimentos licitatórios, além das praticadas pelas fornecedoras participantes dos processos de dispensa eletrônica.

§ 1º Nas hipóteses previstas no § 1º do artigo 9º desta Instrução em que a sanção cabível seja a advertência, multa ou de advertência cumulada com multa, a instrução do processo de apuração de responsabilidade deverá ser conduzida pelo próprio servidor que promoveu a instauração do procedimento.

§ 2º Nas hipóteses previstas no § 1º do artigo 9º desta Instrução em que a sanção cabível seja o impedimento de licitar e contratar com a União ou a declaração de inidoneidade, cumuladas ou não com multa, a instrução do processo de responsabilização deverá ser conduzida por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, especialmente designada.

**Art. 12.** São competentes para aplicação das penalidades previstas no artigo 4º, incisos I a IV, desta Instrução Normativa:

**I** – Advertência, desde que aplicada de forma isolada: Fiscal e Gestor do Contrato, conforme o caso;

**II** – Multa, aplicada de forma isolada ou cumulada com Advertência: Diretor-Geral do TRE/AP;

**III** – Impedimento de licitar e contratar com a União e Declaração de Inidoneidade, aplicadas de forma isolada ou cumulada com Multa: Presidente do TRE/AP.

**Parágrafo único.** A prática das condutas tipificadas no artigo 5º, inciso IV, da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) será punida na forma disposta no referido diploma legal, observando-se, na instrução do processo, no que couber e no que não lhe contrariar, as disciplinas estabelecidas nesta Instrução, devendo o processo ser autuado pelo Gestor ou Fiscal do Contrato, Pregoeiro, Agente de Contratação, Comissão de Contratação ou Comissão prevista no § 2º do artigo 11, conforme o caso, sendo do Presidente deste Tribunal a competência para aplicação das penalidades.

**Art. 13.** Será competente para a desconsideração da personalidade jurídica a autoridade responsável pela aplicação da penalidade a ser estendida.

**Art. 14.** O Pregoeiro, o Agente de Contratação ou a Comissão de Contratação fará constar do relatório final da licitação ou da dispensa eletrônica todas as ocorrências e o número dos processos das infrações autuadas.

**Art. 15.** O Gestor, Fiscal do Contrato, Pregoeiro, Agente de Contratação ou Comissão de Contratação, conforme o caso, sempre que constatado o descumprimento de regra estabelecida no edital de licitação ou em cláusulas contratuais ou a presença de indícios de qualquer ato ilícito praticado pela licitante ou pela contratada, em paralelo à adoção das providências previstas neste normativo, comunicará a Secretaria de Administração e Orçamento (SAO) as ocorrências e condutas adotadas.

§ 1º O comunicado a que se refere este artigo deverá conter informação sobre a necessidade de retenção preventiva do valor da multa.

§ 2º A Secretaria de Administração e Orçamento (SAO) dirigirá o comunicado à Coordenadoria de Orçamento e Finanças (COF), para o cálculo de multa preliminarmente ao pagamento de nota, quando houver indicação fundamentada da necessidade de retenção preventiva do valor da multa presumida nas notas fiscais atestadas, caso se aguarde a conclusão do processo de apuração de penalidade.



## **Subseção II**

### **Da Defesa Prévia e das Notificações**

**Art. 16.** A licitante, fornecedora, participante da dispensa eletrônica ou contratada será intimada para apresentar defesa prévia no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da intimação, que deverá conter:

**I** – identificação do responsável pela infração;

**II** – identificação do processo da licitação e do instrumento convocatório ou da contratação direta, quando versar sobre fato ocorrido durante a licitação, dispensa eletrônica ou antes da assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do recebimento ou retirada da nota de empenho;

**III** – identificação do contrato, da ata de registro de preços ou da nota de empenho, quando decorrente de inexecução contratual;

**IV** – finalidade a que se destina;

**V** – breve descrição do fato passível de aplicação de penalidade e a indicação dos dispositivos editais, contratuais ou legais infringidos;

**VI** – descrição das possíveis sanções aplicáveis ao caso, com a indicação de sua previsão editalícia, contratual ou legal;

**VII** – prazo e o meio para a apresentação de defesa prévia;

**VIII** – informação da continuidade do processo independentemente da manifestação do fornecedor responsável pela infração, conforme disposto no art. 26, § 1º, V, da Lei nº 9.784/1999;

**IX** – cálculo do valor da multa e a comunicação da retenção cautelar, quando for o caso; e

**X** – outras informações que se julgarem necessárias.

**Parágrafo único.** A licitante, fornecedora participante da dispensa eletrônica ou contratada deverá ser intimada dos despachos ou decisões que lhe imponham deveres, restrições de direito ou sanções.

**Art. 17.** A intimação deverá ser feita preferencialmente por correspondência eletrônica ou correio eletrônico da unidade solicitante ou gestora, com confirmação do respectivo recebimento, ou pessoalmente, mediante ciência no documento.

**§ 1º** As intimações decorrentes de prática de infração pela licitante ou fornecedora participante da dispensa eletrônica serão preferencialmente encaminhadas por meio do *chat* do sistema Comprasnet, em mensagem nominalmente dirigida, ou por qualquer outro meio idôneo que assegure a certeza da ciência do infrator, tal como o endereço eletrônico (e-mail) informado no sítio de internet da empresa ou cadastrado no SICAF, inclusive em nome do sócio administrador.

**§ 2º** Frustradas as tentativas pelos meios anteriormente indicados neste artigo, a intimação deverá ser realizada por meio de correspondência com aviso de recebimento ou por qualquer outro meio idôneo que assegure a certeza da ciência do interessado.

**§ 3º** A intimação dos atos processuais será dispensada:

**I** - quando praticados na presença do representante da contratada e documentados;

**II** - quando o representante da contratada revelar conhecimento de seu conteúdo, manifestado expressamente por qualquer meio no procedimento.

§ 4º A intimação deverá ser publicada no Diário Oficial da União (DOU), quando ignorado, incerto ou inacessível o lugar em que o fornecedor se encontrar.

### Subseção III Da Instrução e Decisão

**Art. 18.** O processo de apuração de responsabilidade deverá ser instruído, em meio eletrônico, pelo apontado nos parágrafos 1º e 2º do artigo 11 desta Instrução, conforme o caso, com os seguintes documentos:

**I** – identificação dos autos do processo administrativo da licitação ou do processo de dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso;

**II** – cópia ou identificação dos *links* eletrônicos e dos respectivos processos onde estão inseridos:

**a)** edital, contrato ou outro instrumento de ajuste, e eventuais termos aditivos e termos de apostila;

**b)** nota de empenho e da confirmação de entrega à contratada, quando o prazo para cumprimento da obrigação contar do seu recebimento, quando for o caso;

**c)** manifestações da unidade responsável pelo acompanhamento e fiscalização do objeto, contendo data de entrega, recebimento e laudo técnico de avaliação, quando for o caso;

**d)** eventuais pedidos de prorrogação de prazo submetidos pela contratada e dos despachos de deferimento ou de indeferimento dos pedidos formulados;

**e)** planilha com cálculo de multa e expediente emitido pela Coordenadoria de Orçamento e Finanças - COF, que informe a realização de retenção cautelar e de glosas nos pagamentos efetuados, quando for o caso;

**f)** espelho de consulta ao histórico de antecedentes do fornecedor registrados no Sistema de cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou outro meio próprio;

**g)** intimações dirigidas à licitante, contratada ou fornecedora quanto ao descumprimento registrado, às cláusulas infringidas e à abertura de prazo para apresentação de defesa prévia e recurso;

**h)** comprovante da ciência ou recebimento da notificação dirigidas à licitante, contratada ou fornecedora, referente à abertura do procedimento sancionatório e da aplicação de pena, quando for o caso;

**i)** Defesa prévia apresentada pela licitante, contratada ou fornecedora, se houver.

**III** – outros documentos considerados pertinentes para a instrução do processo;

**IV** – Relatório preliminar contendo a cronologia das ocorrências, notificações e documentos relacionados nos incisos II e III deste artigo.

**Art. 19.** Transcorrido o prazo para apresentação de defesa e de solicitação de produção de provas, após regular intimação do infrator, com ou sem manifestação do interessado, o responsável pela instrução, no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, emitirá relatório final quanto à aplicação da sanção ou acolhimento das razões alegadas pela licitantes, fornecedoras participantes da dispensa eletrônica ou contratadas, e encaminhará os autos à autoridade competente para fins de aplicação da respectiva penalidade, se for o caso.

**§ 1º** No relatório deverá constar, necessariamente:

**I** – a descrição detalhada da conduta irregular praticada pelo infrator;

**II** – a norma do contrato, instrumento convocatório, aviso de dispensa eletrônica ou do termo de referência ou projeto básico infringida;

**III** – a indicação da penalidade administrativa cabível (nos termos dos incisos do § 1º do art. 9º) e os motivos que justificariam a sua incidência, considerando, em especial, os parâmetros previstos nos incisos do artigo 5º desta Instrução Normativa;

**§ 1º** Após o recebimento da defesa prévia e antes da elaboração do relatório final, o processo poderá, a critério do responsável pela instrução processual, ser encaminhado ao Gestor, Fiscal, Pregoeiro, ao Agente de Contratação ou à Comissão de Contratação, para manifestação a respeito das alegações apresentadas.

**§ 2º** Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis, a licitante, fornecedor participante da dispensa eletrônica ou contratada poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 dias úteis, contado da data da intimação.

**§ 3º** As provas propostas pela licitante, fornecedora participante da dispensa eletrônica ou contratada, quando ilícitas, impertinentes, desnecessárias ou protelatórias, poderão ser recusadas, mediante decisão fundamentada.

**Art. 20.** As decisões serão expressamente motivadas, em conformidade ao disposto no artigo 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e deverão considerar a incidência dos parâmetros previstos nos incisos do artigo 5º desta Instrução Normativa.

**§ 1º** A Administração responderá de forma fundamentada quaisquer manifestações ou questionamentos formulados na defesa pela licitante, fornecedora participante da dispensa eletrônica ou contratada, de acordo com os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, salvo quando consideradas impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

**§ 2º** Na hipótese de acolhimento da defesa prévia, o processo será remetido à COF para devolução dos valores eventualmente retidos, se for o caso.

**Art. 21.** A licitante, fornecedora participante da dispensa eletrônica ou contratada será intimada da decisão, devendo receber cópia do ato em que foi proferida.

**Art. 22.** A intimação dos atos processuais será dispensada quando praticados na presença do representante da licitante, fornecedora participante da dispensa eletrônica ou contratada responsável pela infração, desde que documentados, ou quando aquele revelar conhecimento de seu conteúdo, manifestado expressamente por qualquer meio durante o procedimento.

**Art. 23.** Os interessados têm direito à vista do processo e à obtenção de certidões, cópias reprográficas ou digitais dos dados e documentos que o integram, ressalvados os dados e documentos de terceiros protegidos por sigilo ou pelo direito à privacidade, à honra e à imagem.

**Parágrafo único.** O TRE/AP não arcará com eventuais despesas relacionadas às provas solicitadas pela contratada ou licitante.

#### **Subseção IV** **Do Recurso e do Pedido de Reconsideração**

**Art. 24.** Da decisão que aplicar as sanções previstas nos incisos I, II e III do artigo 4º desta Instrução Normativa, caberá recurso administrativo no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação do ato.

**Parágrafo único.** O recorrente deverá expor os fundamentos do recurso e juntar os documentos que julgar convenientes para provar o alegado.

**Art. 25.** Transcorrido o prazo para apresentação de recurso ou pedido de reconsideração sem manifestação da licitante, contratada ou fornecedora, a sanção será aplicada definitivamente, adotando-se as providências previstas no artigo 30 e respectivos parágrafos.

**Art. 26.** Atestada a tempestividade do recurso, a Assessoria Jurídica competente analisará as peças constantes da instrução dos autos e emitirá parecer informativo e opinativo, que deverá conter o resumo do procedimento, acrescido da proposta fundamentada da decisão, e encaminhará os autos à autoridade recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**§ 1º** O ato decisório poderá ser fundamentado em parecer emitido pela Assessoria Jurídica competente, que, nesse caso, passa a ser parte integrante da decisão.

**§ 2º** Antes de decidir o recurso, a autoridade superior poderá solicitar esclarecimentos adicionais às unidades ou solicitar informações ou documentos ao interessado.

**§ 3º** A autoridade competente adotará medidas de gestão processual para evitar que seu substituto decida, no exercício da substituição, recursos ou impugnações interpostos contra suas próprias decisões, ou quanto aos quais tenha proferido parecer com manifestação de fato e de direito sobre o mérito da matéria sancionatória em discussão.

**§ 4º** As medidas indicadas no § 3º deste artigo se aplicam à hipótese de o substituto ser nomeado novo titular do cargo, caso em que a apreciação do recurso ou da impugnação caberá ao novo substituto.

**Art. 27.** Da aplicação da sanção prevista no inciso IV do artigo 4º desta Instrução Normativa, caberá somente pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**Art. 28.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**Parágrafo único.** Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

**Art. 29.** A licitante, fornecedora participante da dispensa eletrônica ou contratada será notificada da decisão e deverá receber cópia do despacho em que foi proferida e do parecer emitido pela Assessoria Jurídica, se acolhido pela decisão.

**Art. 30.** Decidido o recurso ou analisado o pedido de reconsideração, caso mantida a decisão sancionatória, a licitante, fornecedora participante da dispensa eletrônica ou contratada terá o prazo de 10 (dez) dias para pagamento, via GRU, da multa eventualmente aplicada, a contar da data da notificação prevista no artigo 29.

**§ 1º** A condenada será informada que, transcorrido o prazo sem a realização do pagamento, o valor da multa poderá ser descontado do pagamento eventualmente devido pela Administração; descontado da garantia prestada; e, não sendo possível, será cobrado judicialmente, conforme o § 3º deste artigo.

**§ 2º** Transcorrido o prazo sem a realização do pagamento, o processo será encaminhado à COF para retenção do valor da multa aplicada, ressalvada a hipótese de requerimento de parcelamento, em que se aguardará a decisão da Diretoria-Geral a respeito.

**§ 3º** Caso o valor da multa não tenha sido recolhido aos cofres do Tesouro Nacional por meio dos procedimentos citados nos incisos I a III do artigo 7º, deverá ser expedida comunicação à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) cuja competência compreenda a unidade federativa na qual a empresa devedora está localizada no prazo de até 90 (noventa) dias para fins de inscrição em Dívida Ativa da União e cobrança judicial do valor.

**§ 4º** O processo será encaminhado à SAO para registro da penalidade no SICAF, nos sistemas internos do Tribunal, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção.

**Art. 31.** No caso de provimento do recurso ou de reconsideração da decisão, os autos serão remetidos à COF para devolução à contratada dos valores eventualmente retidos.

**Art. 32.** Com a decisão do recurso, exaure-se a esfera administrativa.

### **Subseção V Dos Prazos**

**Art. 33.** Os atos do processo devem realizar-se em dias úteis, no horário de funcionamento da Secretaria do TRE/AP.

**Parágrafo único.** A execução eletrônica de ato processual ou via correio eletrônico pode ocorrer em qualquer horário, até as 23 (vinte e três) horas e 59 (cinquenta e nove) minutos do último dia do prazo, no horário de Brasília/DF (UTC-3).

**Art. 34.** Na contagem dos prazos processuais, serão computados somente os dias úteis, excluindo-se o dia do início e incluindo-se o do vencimento, sendo computados somente os dias em que ocorrer expediente no TRE/AP.

**Parágrafo único.** Os prazos fluirão a partir do primeiro dia útil após o recebimento da notificação.

**Art. 35.** Os prazos para cumprimento da obrigação pela contratada serão sempre contínuos, não se interrompendo aos sábados, domingos e feriados, salvo disposição contratual ou editalícia em sentido contrário.

**§ 1º** O prazo referido neste artigo será prorrogado até o primeiro dia útil subsequente nas seguintes hipóteses:

**I** – se o vencimento cair em dia em que não houver expediente;

**II** – se o expediente for encerrado antes da hora normal;

**III** – se houver indisponibilidade da comunicação eletrônica do TRE/AP.

**§ 2º** A contagem do período de atraso na execução dos ajustes será iniciada a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo para o cumprimento da obrigação.

**§ 3º** Nos casos de descumprimento de obrigações trabalhistas, a contagem do período de atraso será iniciada imediatamente após o exaurimento do prazo para cumprimento, ainda que o vencimento recaia em dias não úteis.

## **CAPÍTULO III DAS CONDUTAS PREVISTAS NA LEI Nº 12.846/2013**

**Art. 36.** Na hipótese de a licitante, fornecedora participante da dispensa eletrônica ou contratada praticar quaisquer atos lesivos previstos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão aplicados o procedimento e as penalidades nela previstos, conforme Decreto nº 11.129, de 11 de julho de 2022.

**Parágrafo único.** Os atos previstos como infrações administrativas nesta Instrução Normativa e na Lei nº 14.133/2021 que também sejam tipificados como atos lesivos pela Lei nº 12.846/2013 serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na Lei nº 12.846/2013.

#### **CAPÍTULO IV DO PARCELAMENTO DO DÉBITO**

**Art. 37.** O débito resultante de aplicação de penalidades às empresas que possuam contratos de natureza continuada com o TRE/AP poderá ser parcelado, total ou parcialmente, em quantas parcelas mensais e sucessivas forem possíveis até o último mês de vigência atual do respectivo ajuste, ou em até 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas, se o contrato for prorrogado após a decisão que aplicou a penalidade, mediante requerimento formal do interessado à Diretoria-Geral.

§ 1º O requerimento de parcelamento do débito deverá ser formulado no prazo indicado na cabeça do artigo 30 desta Instrução Normativa.

§ 2º No prazo de 30 (trinta) dias, o(a) Diretor(a)-Geral poderá deferir ou indeferir o pedido de parcelamento do débito ou, ainda, autorizar número menor de parcelas do que as eventualmente pretendidas pelo interessado.

§ 3º Caso o(a) Diretor(a)-Geral decida pelo parcelamento do débito, será liberado ao devedor o valor eventualmente retido com fundamento no § 1º, ambos do artigo 7º desta Instrução Normativa.

§ 4º A inadimplência no pagamento ensejará o cancelamento automático do parcelamento eventualmente concedido, bem como a imediata exigibilidade do débito não quitado, na forma prevista no artigo 7º desta Instrução Normativa.

§ 5º O requerimento de parcelamento deferido constitui confissão de dívida e instrumento hábil e suficiente para a exigência do crédito, podendo a exatidão dos valores parcelados ser objeto de verificação.

§ 6º No caso de os débitos se encontrarem sob discussão administrativa ou judicial, submetidos ou não à causa legal de suspensão de exigibilidade, o sujeito passivo deverá comprovar que desistiu expressamente e de forma irrevogável da impugnação ou do recurso interposto, ou da ação judicial, e, cumulativamente, renunciou a quaisquer alegações de direito sobre as quais se fundem a ação judicial e o recurso administrativo.

§ 7º Não será admitida a acumulação de dois ou mais parcelamentos simultâneos.

**Art. 38.** O valor de cada parcela não poderá ser inferior a R\$ 1.000,00 (mil reais).

**Art. 39.** As prestações mensais, após deferimento do pedido pela Diretoria-Geral, serão descontadas dos pagamentos devidos à contratada.

**Parágrafo único.** Caso o montante da parcela exceda o valor dos créditos mensais devidos à empresa, esta deverá pagar mensalmente e o valor residual, por meio de GRU, conforme especificado na notificação de autorização do parcelamento.

**Art. 40.** Os registros de pagamento das parcelas serão realizados pelos gestores do respectivo contrato, os quais deverão informar a quantidade de parcelas remanescentes no atesto mensal dos serviços prestados.



**Art. 41.** No caso de encerramento do vínculo contratual com o TRE/AP, o devedor terá o prazo de 10 (dez) dias para quitar o valor residual do débito, que será retido cautelarmente e devolvido após comprovada a quitação.

§ 1º O prazo previsto na cabeça deste artigo poderá ser prorrogado, uma única vez, por igual período, por solicitação do interessado.

§ 2º No caso de inadimplemento do valor residual, o débito remanescente será:

**I** – recolhido em definitivo dos pagamentos devidos à contratada;

**II** – descontado da execução da garantia prestada, se houver;

**III** – encaminhado à PGFN para o prosseguimento da cobrança ou inscrição em dívida ativa.

## **CAPÍTULO V**

### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 42.** Aplicam-se subsidiariamente a esta Instrução Normativa os preceitos da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

**Art. 43.** Os casos omissos serão resolvidos pela Presidência do TRE/AP.

**Art. 44.** Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Macapá, 21 de fevereiro de 2024.



Documento assinado eletronicamente por **JOÃO GUILHERME LAGES MENDES, Presidente**, em 22/02/2024, às 17:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.tre-ap.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.tre-ap.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0807784** e o código CRC **B1384FBA**.